

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A EVASÃO ESCOLAR
NA ROTA DE SUAS POSSÍVEIS CAUSAS E NA BUSCA DE
SOLUÇÕES

Edson Antonio Digiampietri

Sorocaba/SP
1999

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A EVASÃO ESCOLAR
NA ROTA DE SUAS POSSÍVEIS CAUSAS E NA BUSCA DE
SOLUÇÕES

Edson Antonio Digiampietri

Orientador: Prof^a Dr^a. Lucila Schwantes Arouca

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Sorocaba/SP

1999

Digiampietri, Edson Antonio

A evasão escolar: na rota de suas possíveis causas e na busca de soluções / Edson Antonio Digiampietri. Sorocaba, SP, 1999.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Sorocaba, 1999.

1. Evasão escolar - Sorocaba, SP. I. Título

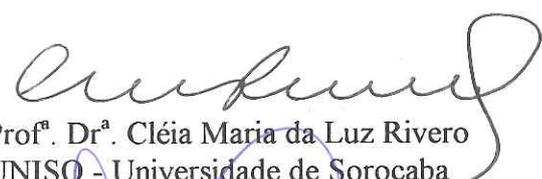
	T
Classe	371.28
	D569e
	e. 1
Acervo:	54359

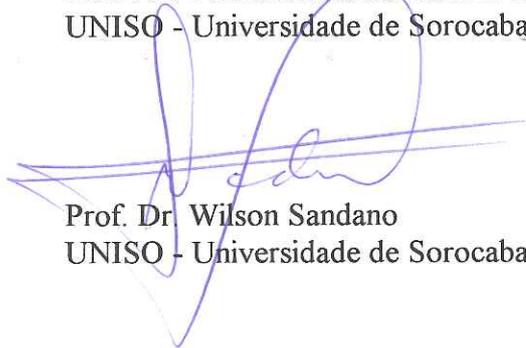
Ann.

A EVASÃO ESCOLAR
NA ROTA DE SUAS POSSÍVEIS CAUSAS E NA BUSCA DE
SOLUÇÕES

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre no Programa
de Pós-Graduação em Educação da
Universidade de Sorocaba, pela Banca
Examinadora formada pelos seguintes
Professores.


Prof.^a Dr.^a Lucila Schwantes Arouca (presidente)
UNISO - Universidade de Sorocaba


Prof.^a Dr.^a Cléia Maria da Luz Rivero
UNISO - Universidade de Sorocaba


Prof. Dr. Wilson Sandano
UNISO - Universidade de Sorocaba

Sorocaba, 06 de outubro de 1999.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho. Nossos sinceros agradecimentos:

- aos professores do Curso de Mestrado em Educação de Ciências.
- aos colegas da turma de Mestrado.
- à direção da EE Prof. Genésio Machado.
- aos funcionários das Delegacias de Ensino de Sorocaba.
- aos funcionários da Biblioteca Aluísio de Almeida.
- às pessoas que colaboraram com seus depoimentos.
- a todos que direta ou indiretamente auxiliarem a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Prof^a. Dra Lucila Schwantes Arouca pelos ensinamentos, orientações e dedicação para com este orientando.

IN MEMORIAM

Ao Edemir, meu irmão, que me estimulou na realização do Mestrado e que acabou partindo precocemente.

Ao Edson Antonio, meu filho, que também me apoiou e que a menos de um mês de minha defesa da dissertação também partiu precoce e tragicamente.

À minha esposa Vera, pelo apoio, auxílio e paciência durante o período de aulas e na realização da pesquisa.

Aos meus filhos, Luciano e Simone, também pelo apoio e paciência.

Éramos uma família unida. Continuamos uma família unida.

RESUMO

Este trabalho pretende (re)estudar a evasão escolar, problema antigo e persistente em nosso sistema educacional.

Embora a maioria dos estudos sobre o abandono escolar tenha sido feita em nível da primeira série da antiga escola primária e depois da escola de primeiro grau, aqui a questão é analisada como um todo, destacando-se a sua ocorrência da quinta à oitava série do atual ensino fundamental

Considera-se como evadido o aluno que abandona os estudos no decorrer do período letivo e também aquele que, mesmo tendo concluído uma série, não mais retorna ou fica afastado por um ou mais anos.

Na primeira parte apresentam-se números sobre promoção, retenção e evasão para que se possa ter uma visão geral do tema em análise. Na segunda parte citam-se artigos da Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e do Estatuto da Criança e do Adolescente que se relacionam com o assunto. Na terceira parte mostram-se causas que normalmente têm sido apontadas como as que levam os alunos a abandonarem seus estudos. Na quarta parte revelam-se os resultados obtidos da pesquisa que o autor realizou com pessoas que abandonaram os estudos. Na quinta parte, analisam-se ações que têm sido desencadeadas na tentativa de solucionar o problema.

Ao término de cada divisão oferece-se uma conclusão parcial referente às averiguações ali realizadas. Na conclusão final, resgatam-se conclusões parciais e procura-se destacar os aspectos mais relevantes.

ABSTRACT

The main objective of this work is to study once more an old and recurrent problem involving our educational system: school dropping out.

Although most of the studies about the subject have focused only on the first grade of the former “primary school”, afterwards called “first degree school”, the issue here is analyzed as a whole, emphasizing its occurrence among students from fifth to eighth grades of what is known nowadays as “fundamental teaching schools”(= elementary schools).

We consider as a dropout that student who abandons his studies without finishing a school term and also that one, who, even having completed a whole school term doesn't return for the next one or stays away from school for a year or for a longer period.

This work is divided into five sections. The first presents statistics about promotion, failure and dropping out for an overview of the subject to be analyzed. The second mentions pertinent articles from the Brazilian Federal Constitution, the LDB (Brazilian supreme educational law) and from the Children and Adolescent Statute. The third section shows the causes which have normally been appointed as those leading to students' dropping out. The author carried out a research with school dropouts and shows the results in the fourth section. The fifth and last section of the work analyzes the actions that have been taken in order to solve the problem.

At the end of each section the author offers a partial conclusion about the subject therein studied. At the final conclusion, goes back to some of the partial ones, trying to emphasize their most relevant aspects.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	10
<i>OS CAMINHOS DA PESQUISA</i>	12
1. INDICADORES DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL NA ATUALIDADE	14
1.1. Número de matrículas no ensino fundamental	15
1.1.1. Brasileiro	15
1.1.2. Paulista	17
1.2. Alguns números da educação no Brasil	18
1.3. Índices de aprovação, retenção e evasão no ensino fundamental	19
1.3.1. Brasileiro	19
1.3.2. Paulista	20
1.3.3. De Sorocaba	20
1.4. Outras considerações sobre a situação educacional	21
1.4.1. Evasão escolar no município de São Paulo	22
1.4.2. Situação da população brasileira sobre habilidades básicas em leitura, matemática e escrita	22
1.4.3. Quadro comparativo da situação educacional em países da América	23
1.5. Conclusão	25
2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO ATUAL	28
2.1. Constituição Federal	28
2.2 . A nova Lei de Diretrizes e Bases	33
2.3. Estatuto da Criança e do Adolescente	35
2.4. Conclusão	37

3. CAUSAS QUE LEVAM OS ALUNOS A FICAREM FORA DA ESCOLA OU A ABANDONÁ-LA	38
3.1. Instalações escolares	38
3.2. Professores	40
3.3. Preconceito	43
3.4. Drogas	44
3.5. Violência	44
3.6. Trabalho de crianças e adolescentes	47
3.7. Currículo	49
3.8. Família	50
3.9. Conclusão	51
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	54
4.1. Composição e características da população em estudo	55
4.2. As razões da evasão	74
4.3. Problemas sociais e expectativas das pessoas	97
4.4. Conclusão	113
5. AÇÕES PARA DIMINUIR A REPETÊNCIA/EVASÃO E/OU MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO	120
5.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	122
5.2. Avaliação do livro didático	127
5.3. Parâmetros Curriculares Nacionais	129
5.4. Formação de professores	133
5.5. Outras	136
5.5.1. Fundo de Fortalecimento da Escola	136
5.5.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica	137
5.5.3. Campanha Toda Criança na Escola	139

5.5.4. Exame Nacional de Cursos	139
5.5.5. Lei de Diretrizes e Bases	140
5.5.6. A TV Escola	140
5.5.7. Programa bolsa-escola	142
⇒ 5.5.8. Progressão continuada	144
5.5.9. Programa de Aceleração de Aprendizagem.....	147
5.5.10. Escola Ativa	149
5.5.11. Punição aos pais que não mantêm seus filhos na escola	151
5.5.12. Programa de Informatização das Escolas	153
5.5.13. Reorganização da rede	154
5.5.14. Recuperação de conteúdos nas férias	155
5.5.15. Projeto Alfa Vida	156
5.6. Conclusão	157
⇒ <i>CONCLUSÃO FINAL</i>	163
<i>ANEXOS</i>	167
<i>GLOSSÁRIO</i>	183
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	185

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu com a finalidade de investigar as causas que levam à evasão escolar e as medidas que podem e devem ser adotadas no sentido de minimizá-la. Em nossa experiência de trinta anos de magistério, ano a ano, temos observado que os problemas de repetência e abandono de estudos se perpetuam e se constituem numa preocupação de todos os educadores.

A pesquisa foi realizada com alunos que se evadiram da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. Consideramos como evadido o aluno que abandonou os estudos no decorrer do período letivo e também aquele que, mesmo tendo concluído uma série, não mais retornou ou ficou afastado por um ou mais anos.

Para a sua consecução adotamos os seguintes procedimentos: leitura de textos sobre pesquisa educacional, levantamento da bibliografia já existente sobre o tema, coleta de dados nas Delegacias de Ensino de Sorocaba, verificação na legislação (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e Estatuto da Criança e do Adolescente) de artigos pertinentes ao nosso trabalho, entrevistas com pessoas que abandonaram os estudos.

Desde que nos propusemos a desenvolver esta pesquisa, a partir do segundo semestre de 1997, passamos a consultar diariamente os jornais “O Estado de São Paulo” e “Cruzeiro do Sul”, este último da cidade de Sorocaba. Outros jornais e revistas também foram consultados e nos permitiram montar um arquivo com recortes.

No primeiro capítulo reunimos dados sobre a situação educacional, dando destaque ao ensino fundamental em nosso país e no Estado de São Paulo. São apresentadas taxas sobre evasão, repetência, aprovação, número de crianças matriculadas e número de crianças que se encontram fora da escola.

Para conseguir essas informações, além das consultas em livros e jornais, estivemos várias vezes nas Delegacias de Ensino de Sorocaba.¹

No segundo capítulo reunimos artigos da Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e Estatuto da Criança e do Adolescente que se relacionam à nossa pesquisa.

No terceiro capítulo, de acordo com o levantamento bibliográfico feito, mostramos causas que normalmente têm sido apontadas como ocasionadoras do abandono escolar.

No quarto capítulo apresentamos os resultados de nossa pesquisa de campo, realizada no primeiro semestre de 1999. Conseguimos o depoimento de cinquenta e duas pessoas: gravamos entrevista com vinte e seis que abandonaram a escola e posteriormente retornaram a ela; através de questionário, reunimos informações de outras vinte e seis que abandonaram os estudos e não mais os retomaram.

No quinto capítulo abordamos medidas que têm sido desenvolvidas para prevenir ou erradicar a evasão escolar. Algumas delas são de abrangência nacional, outras de nível estadual, existindo ainda aquelas que são adotadas em municípios.

Em relação aos capítulos 3 e 5, há uma interação entre eles, pois aquilo que é apontado como causa da evasão escolar pode se transformar em medida para combatê-la e vice-versa.

Ao final de cada capítulo apresentamos conclusões parciais e, após o último, uma conclusão final sintética.

¹ A partir do decreto estadual nº 43.948, de 9/4/99, foram extintas a 1ª e 2ª Delegacias de Ensino e criou-se a Diretoria de Ensino de Sorocaba.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

De acordo com Minayo, “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulados a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”.² Deparamos com o seguinte **problema**: *se a evasão escolar pode ser constatada por dados estatísticos e diferentes estudos, quais as causas desse problema?*

No intuito de responder à indagação, nos propusemos a estudar a evasão escolar nas quatro últimas séries do ensino fundamental, com o **objetivo geral** de *analisar os fatores que levam um aluno a abandonar seus estudos e enumerar possíveis soluções para o problema.*

Qual o motivo da escolha desse tema? Uma **justificativa** para tal é a constatação de que, *todos os anos, entre os alunos matriculados nas escolas, uma parcela deixa os estudos.* Outro fato que nos sensibilizou foram dados do UNICEF³, segundo os quais, das crianças que chegam à escola pública no Brasil, mais de 50% não alcançam a 8ª série. *De cada 1000 crianças que entram no ensino público, mais de 500 abandonam a escola em algum momento, muitas delas depois de uma série de repetências.*

Ainda de acordo com dados do UNICEF, considerando-se os anos perdidos por aqueles que ficam no meio do caminho (repetência e evasão) e os anos a mais gastos por aqueles que conseguem concluir a 8ª série, nosso país investe, em média, 24 anos de ensino para cada formando de primeiro grau. Ou seja, cada aluno formado custa três. Em termos monetários, *calcula-se que gastamos, a cada ano, 2,5 bilhões de dólares com o fracasso escolar.* Esses

² MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**. Petrópolis, Vozes, 1997. p.18.

³ UNICEF, FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Só a escola corrige o Brasil**. [199-].

índices não podem ser aceitos naturalmente. As seqüelas deixadas nos repetentes e evadidos é muito grande. Essa situação precisa e deve mudar.

Como a base de sustentação de todo trabalho de pesquisa é a **caracterização teórica** procedemos, além de outros, a uma *coletânea de estudos precedentes sobre a evasão escolar*. A finalidade dessas informações é possibilitar o estabelecimento de relações que permitam novas explicações e interpretações. Partindo de análises já existentes, nosso propósito é acrescentar algo de novo, de diferente, àquilo que já se conhece.

Após a abordagem teórica do problema, em nossa **metodologia** incluímos *contatos em escola estadual e pesquisa em Delegacias de Ensino*. *Com um grupo de alunos que se evadiram e posteriormente retornaram aos estudos viria a ser realizada entrevista gravada*. *Um outro conjunto de pessoas que se evadiram e não mais retornaram aos estudos viria a responder um questionário com as mesmas perguntas formuladas ao grupo anterior*. *Após a coleta de dados, surge a importante etapa de organização e análise dos mesmos*.

1. INDICADORES DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL NA ATUALIDADE

Neste capítulo reunimos dados sobre a situação educacional, dando destaque ao ensino fundamental em nosso país e no Estado de São Paulo. São apresentadas taxas sobre evasão, repetência, aprovação, número de crianças matriculadas, número de crianças que se encontram fora da escola, etc. Além dessas informações, colocamos outras que também contribuem para caracterizar a educação em nosso país.

De acordo com o relatório Situação Mundial da Infância 1999, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), existem no mundo 130 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, o equivalente a 21% de toda a população mundial nessa faixa etária.

No Brasil, em 1997, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, era de 2,7 milhões. O Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC daquele ano, falava em 1,8 milhão. A Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro afirmava serem 3,1 milhões.⁴ Dados da versão preliminar do Censo Escolar de 1998 indicam 1,12 milhões (4,2%) de crianças fora das salas de aula.⁵ Embora os dados sejam divergentes, existe uma certeza: o número de crianças fora da escola é muito grande e todas as ações possíveis devem ser desenvolvidas para colocá-las e mantê-las em sala de aula.

⁴ REVISTA E, n.2, ago. 1998, p. 11.

⁵ WEBER, Demétrio. Crescem as matrículas na rede pública. *O Estado de S. Paulo*, 5 out. 1998. Caderno A, p. 14.

1.1. Número de matrículas no ensino fundamental.

1.1.1. Brasileiro

Segundo o Censo Escolar de 1997, 95% das crianças entre 7 e 14 anos e 27% dos jovens entre 15 e 17 anos estão nas escolas. Esse valor corresponde a 34,2 milhões de crianças (cerca de 20 milhões nas primeiras quatro séries) matriculadas no ensino fundamental. De 1994 a 1997 houve um crescimento médio de 6,8% nas matrículas do ensino fundamental. Dados do Censo Escolar de 1998 indicam 35,8 milhões de matrículas, o que equivale a um aumento de 4,7% em relação a 1997.⁶ Já dados da versão preliminar do Censo Escolar de 1999 indicam 36,2 milhões de matrículas, o que equivale a um aumento de 1,1% em relação a 1998. O Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado em 1994, previa para 2002 uma taxa de matrícula de 94%, o que foi superado em 1998, com 95,8% das crianças de 7 a 14 anos atendidas pela rede de ensino. Para o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, esse avanço foi decorrente de uma série de ações conjuntas, entre as quais o Fundef e o programa Toda Criança na Escola⁷, os quais analisaremos mais à frente. O crescimento do número de matrículas no ensino fundamental ocorreu exclusivamente na rede pública, pois a rede privada, que em 1997 atendia a 3,66 milhões de crianças, passou a atender a 3,39 milhões em 1998. O Nordeste foi a região com maior índice de crescimento de matrículas no ensino fundamental: 9,6% contra 1,7 no Sudeste, e 0,92 no Sul.

O número de matrículas não reflete efetivamente a quantidade de crianças que permanecem na escola, já que o índice de abandono (aluno que

⁶ Idem 3.

⁷ ATHIAS, Gabriela. Investimento faz avançar o ensino fundamental. *O Estado de S. Paulo*, 31 dez. 1998. Caderno A, p. 8.

pára de estudar e retorna no ano seguinte na mesma série) é, em média de 15%.⁸

O número de alunos matriculados nas quatro primeiras séries do ensino fundamental deverá diminuir nos próximos anos. Em 1998, 21,1 milhões de crianças se matricularam nessas séries; em 2002 o número deverá cair para 19,2 milhões. Segundo o Inep, o número continuará caindo por toda a primeira década do século XXI. O motivo dessa queda é a mudança no perfil demográfico brasileiro. A população de 6 a 10 anos tem crescimento negativo desde o início dos anos 90. Números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizados pelo Inep mostram que, entre 1991 e 1998, houve uma diminuição de 340 mil crianças na faixa de 6 anos de idade. Entre as crianças de 7 a 10 anos, a diminuição foi de 1,1 milhão no mesmo período. A população de jovens de 11 a 19 anos, que vem registrando fortes períodos na faixa entre 15 e 17 anos, também deverá começar a diminuir a partir de 2002. No período de 1991 a 1998 essa população aumentou em 1,2 milhão de pessoas.⁹

⁸ Idem 3.

⁹ TREVISAN, Leonardo. Ciclo básico terá menos alunos a partir de 2000. **O Estado de S. Paulo**, 7 set. 1998. Caderno A, p 11.

1.1.2. Paulista

O quadro abaixo mostra a evolução do número de matrículas no ensino fundamental no Estado de São Paulo, num período de dez anos (1990 a 1999):

ANO	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR
1990	5.269.235	728.825
1991	5.504.931	728.359
1992	5.752.276	681.430
1993	5.887.050	666.211
1994	5.926.450	705.556
1995	5.909.602	752.857
1996	5.805.243	767.069
1997	5.710.410	773.525
1998	5.630.723	763.612
1999	5.561.767	760.565

Quadro 1 Fonte: 1990 a 1998 - CNA/Secretaria de Estado da Educação
1999 - WEBER¹⁰.

No item anterior havíamos citado que o número de matrículas no ensino fundamental deverá decrescer nos próximos anos devido à tendência de redução do número de filhos que vem ocorrendo nas famílias brasileiras. No Estado de São Paulo a diminuição do número de alunos já está acontecendo desde 1995.

Pela observação do quadro, quando se consideram as redes pública e particular, nota-se uma redução do número total de matrículas desde 1995. Nos anos de 1996 e 1997, embora tenha havido aumento do número de estudantes na rede particular, esse aumento não compensou a diminuição que houve na rede pública. De 1997 para 1999, o número de alunos tornou-se menor tanto na rede pública como na particular.

¹⁰ WEBER, Demétrio. Cai número de matrículas em escolas privadas. **O Estado de S. Paulo**, 29 set. 1999. Caderno A, p. 11.

1.2. Alguns números da educação no Brasil.

O quadro abaixo mostra números da educação no Brasil.

161,8	milhões é a população total estimada para setembro de 1998. (I)
194.487	era o número total de estabelecimentos de ensino fundamental e médio em 1994. 70% deles rurais, apesar dos mesmos responderem por apenas 17,5% das matrículas no ensino fundamental. (II)
15,5	milhões de brasileiros, com mais de 15 anos, não sabem ler nem escrever, segundo o IBGE. (III)
30,9	milhões de brasileiros não tinham, em 1996, nenhuma instrução ou a tinham inferior a um ano de estudo. (IV)
35,8	milhões de alunos estavam matriculados no ensino fundamental em 1998. (V)
6,4	milhões de alunos estavam matriculados na 1ª série de ensino fundamental em 1996. (VI)
2,3	milhões de alunos estavam matriculados na 8ª série do ensino fundamental em 1996. (VII)

Quadro 2 Fonte: I, II, IV, VI e VII - LER 1998, exceto número de alunos matriculados no ensino fundamental.

III - **Cruzeiro do Sul**¹¹.

V - FORMENTI¹².

Pelo quadro verifica-se que, embora 70% dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio fiquem na zona rural, eles respondem por menos de 20% das matrículas no ensino fundamental. Em 1998, o governo federal incentivou a união de escolas com menos de 30 alunos (escolas multisseriadas), em unidades maiores, usando transporte escolar. Para 1999, com os cortes no orçamento, as verbas para tal finalidade ficaram reduzidas.

Os 35,8 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental em 1998 abrangem 95,8% das crianças de 7 a 14 anos. Esses números são animadores, no sentido de que estamos conseguindo levar a maior parte das crianças à

¹¹ MEC amplia ações para reduzir o analfabetismo. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 3 out. 1999. Caderno A, p. 5.

¹² FORMENTI, Lígia. Críticos afirmam que País tem pouco a comemorar. **O Estado de S. Paulo**, 8 set. 1998. Caderno A, p. 14.

escola. Agora faz-se necessário que sejam ampliadas as medidas para diminuir a repetência e evitar a evasão.

1.3. Índices de aprovação, retenção e evasão no ensino fundamental.

1.3.1. Brasileiro.

Os índices de reprovação e abandono escolar têm diminuído no país. Em 1997, dos 34,2 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, 11,4% foram reprovados e 11,1% abandonaram a escola. Em 1996, o índice de reprovação havia sido de 14,1% e o de evasão correspondeu a 12,9%. Os números são animadores, levando o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a comemorar o fim da “cultura da reprovação”. Para o ministro, menores taxas de repetência e abandono decorrem de uma série de medidas como: avaliação do livro didático, definição dos parâmetros curriculares, treinamento de professores por meio da TV Escola, recuperação de conteúdos nas férias e aprovação com dependência em até duas disciplinas; as três primeiras de responsabilidade do governo federal e as duas últimas assumidas pelos governos estaduais. Outra providência foi a divisão do ensino fundamental em ciclos de duas ou mais séries, com progressão continuada dentro dos ciclos.¹³ Todas essas iniciativas serão por nós analisadas no capítulo sobre ações para diminuir a repetência/evasão e/ou melhorar a qualidade do ensino.

ENSINO FUNDAMENTAL - BRASIL			
ANO	APROVAÇÃO	RETENÇÃO	EVASÃO
1996	73,0%	14,1%	12,9%
1997	77,5%	11,4%	11,1%

Quadro 3

¹³ WEBER, Demétrio. Cai reprovação nos ensino médio e fundamental. *O Estado de S. Paulo*, 8 out. 1998. Caderno A, p. 24.

1.3.2. Paulista

De acordo com o Censo Escolar de 1997, São Paulo é o Estado com os maiores índices de aprovação no ensino fundamental. Dos 6,4 milhões de alunos de 1ª a 8ª série matriculados nesse ano, 92,6% (6 milhões) foram promovidos. Em 1996, o índice era de 86,1%. A taxa de reprovação caiu de 8,8% em 1996 para 4,5% em 1997, já a de evasão caiu de 5,1% para 3%.

ENSINO FUNDAMENTAL - ESTADO DE SÃO PAULO			
ANO	APROVAÇÃO	RETENÇÃO	EVASÃO
1996	86,1%	8,8%	5,1%
1997	92,6%	4,5%	3,0%

Quadro 4

Segundo o secretário-adjunto de Estado da Educação, Herbert Alqueres, os altos índices de aprovação em São Paulo são resultado de uma série de medidas adotadas pelo governo a partir de 1995, tais como: reorganização das escolas, descentralização da compra de material didático, contratação de coordenadores pedagógicos para todos os estabelecimentos de ensino, recuperação nas férias e recuperação paralela.¹⁴

1.3.3. De Sorocaba

Conforme se pode verificar pelos quadros abaixo, os índices de aprovação vêm crescendo na cidade de Sorocaba e, conseqüentemente, os índices de retenção vêm diminuindo. As taxas de evasão também vêm diminuindo, sendo que na 2ª Delegacia de Ensino (2ª DE) houve grande queda de 1996 para 1997. Esta 2ª DE tinha sob sua jurisdição as escolas da zona Norte; as escolas da zona Sul estavam sob jurisdição da 1ª DE, sendo o marco divisório entre ambas, a linha da atual Ferrovia Bandeirantes S/A.

¹⁴ Idem.

Comparando com os dados do Estado de São Paulo, verifica-se que eles, embora menores quanto à aprovação e maiores em relação à retenção e à evasão, não são muito diferentes. Quando a comparação é feita com os dados do Brasil, os resultados da cidade de Sorocaba podem ser considerados excelentes.

ENSINO FUNDAMENTAL - SOROCABA - 1ª DE			
ANO	APROVAÇÃO	RETENÇÃO	EVASÃO
1994	76,3%	15,0%	8,7%
1995	78,1%	13,3%	8,6%
1996	82,8%	9,1%	8,1%
1997	88,3%	4,7%	7,0%

Quadro 5 Fonte: 1ª DE, Sorocaba/SP

ENSINO FUNDAMENTAL - SOROCABA - 2ª DE			
ANO	APROVAÇÃO	RETENÇÃO	EVASÃO
1994	74,6%	16,9%	8,5%
1995	77,8%	12,8%	9,4%
1996	81,4%	10,7%	7,9%
1997	93,3%	2,0%	4,7%

Quadro 6 Fonte: Informação Ano 1 - nº 1, set/98, 2ª DE, Sorocaba/SP

A evasão escolar, de 5ª a 8ª série, na cidade de Sorocaba, foi de 6,18%, no ano de 1998.

1.4. Outras considerações sobre a situação educacional.

Neste item acrescentamos mais algumas informações sobre a caracterização da situação educacional, que poderão contribuir na elucidação das indagações levantadas no decorrer desta investigação.

1.4.1. Evasão escolar no município de São Paulo.

Embora o índice de abandono escolar venha diminuindo no país e no Estado de São Paulo, nas escolas municipais de São Paulo ele é muito grande: 25%, semelhante aos 26% de Maceió, a capital de um dos estados mais pobres do Brasil. Em Curitiba, ainda na rede municipal, é de 3%. Em algumas escolas paulistanas que atendem alunos moradores de favelas, as taxas são superiores a 50%. Nessas escolas, além das deficiências pedagógicas e de estrutura dos prédios escolares, outros fatores contribuem para a evasão. Quando os pais mudam de favela, por exemplo, pode ocorrer que os filhos fiquem fora da escola. Muitas crianças apresentam deficiências auditivas e visuais, que dificultam a capacidade de aprendizado e também colaboram para a exclusão. Da mesma forma, problemas nutricionais contribuem para o aumento negativo das estatísticas.¹⁵

1.4.2. Situação da população brasileira sobre habilidades básicas em leitura, matemática e escrita.

Segundo a Organização de Cooperação Econômica para o Desenvolvimento (OCDE), as habilidades básicas em leitura, matemática e escrita são fundamentais para a formação de um cidadão capaz de inserir-se na sociedade e em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A população brasileira se encontra em um nível de formação muito baixo em relação a essas habilidades. Estudos realizados no Rio de Janeiro e Campinas mostram que a maioria das pessoas, diante de um texto informativo simples, reconhece o tema, mas é incapaz de diferenciar o fato narrado de uma opinião. A maioria das pessoas também não é capaz de localizar uma informação em

¹⁵ ATHIAS, Gabriela. São Paulo tem evasão equivalente à de Maceió. **O Estado de S. Paulo**, 26 set. 1998. Caderno A, p. 15.

textos de mais de 30 linhas, de fazer uma adição e subtração de números decimais e nem de quantias que envolvam restos.¹⁶

1.4.3. Quadro comparativo da situação educacional em países da América.

No trabalho “Situación Educativa da America y Caribe”, da UNESCO, é a seguinte a posição do Brasil comparativamente a outros países estudados de 1980 a 1989:

PAÍS	ANOS DE DURAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	% DE ALUNOS QUE CONCLUEM NOS ANOS PREVISTOS SEM REPETÊNCIA	% DE ALUNOS QUE CONCLUEM COM UMA OU MAIS REPETÊNCIA	% DE FRACASSO (ALUNOS QUE NÃO CONCLUEM)	% DE SUCESSO (ÍNDICE DE EFICIÊNCIA)
Argentina	7	17,1	66,3	16,6	76,7
Bolívia	8	6,2	38,1	55,9	69,2
Brasil	8	0,4	34,1	65,5	46,9
Colômbia	5	26,7	60,7	12,6	74,9
Costa Rica	6	31,0	48,6	20,4	81,6
Cuba	6	53,9	27,1	19,0	89,9
Chile	8	35,2	49,3	15,7	87,7
Equador	6	34,9	46,8	18,3	82,9
El Salvador	9	3,3	45,9	50,8	63,5
Guatemala	6	9,6	49,6	40,6	63,4
Haiti	6	0,2	12,7	86,9	27,9
Honduras	6	12,4	54,5	33,0	67,1
México	6	23,5	53,8	22,7	77,3

Quadro 7 Fonte: Pacto de Minas pela Educação.

Pela análise do quadro, entre os países próximos, verifica-se que, embora estejamos em 2º lugar quanto à duração do ensino fundamental - 8 anos em nosso país e 9 anos em El Salvador em relação aos outros itens somos superiores apenas ao Haiti. Assim, com relação ao número de alunos que

¹⁶ ATHIAS, Gabriela. Estudo indica má formação de população brasileira. *O Estado de S. Paulo*, 9 set. 1998. Caderno A, p 12.

concluem esse nível de ensino, nos anos previstos, sem nenhuma repetência, enquanto a taxa de Cuba é de 53,9%, a nossa é de 0,4% e a do Haiti de 0,2%. Sobre o número de alunos que não o concluem, na Argentina, Colômbia, Cuba, Chile e Equador, o índice não chega a 20%, já no Brasil ele é de 65,5% e no Haiti é de 86,9%.

Dados mais recentes da UNESCO (1997) mostram que temos o maior percentual de repetência na primeira série do ensino fundamental (54%), superando Colômbia (43,8%), Bolívia (38,4%), Peru (29%), Equador (28,22%) e Paraguai (27,6%). Sobre o tempo de conclusão das quatro primeiras séries, a “liderança” também é nossa: 8,2 anos em média, ante 6,5 no Peru, 6,3 no Paraguai, 6,2 na Colômbia e Equador e, 4,8 na Bolívia. Com relação ao número de alunos que concluem o ensino fundamental, houve melhoria em outros países (Bolívia = 64%, Cuba = 92%, Chile = 85%), mas as taxas continuam baixas no Brasil (33%).¹⁷

Números do UNICEF¹⁸ da década de 90, embora diferentes daqueles contidos no quadro 7, também são péssimos: em nosso país, de cada 1.000 crianças que entram no ensino público, mais de 500 o abandonam em algum momento, muitas delas depois de uma série de repetências. Apenas 45 (4,5%) de um grupo de mil concluem o ensino fundamental nos oito anos regulamentares, sem nenhuma reprovação e 330 (33%) o concluem, mesmo repetindo uma ou mais séries, chegando a permanecer em média 12 anos na escola. Só para concluir as quatro primeiras séries, as crianças brasileiras demoram, em média, 8,2 anos. Levando-se em conta os anos perdidos por aqueles que ficaram no meio do caminho (os índices de repetência e de evasão são maiores entre os repetentes) e os anos a mais gastos por aqueles que

¹⁷ RETENÇÃO está entre as maiores da AL. *O Estado de S. Paulo*, 19 out. 1997. Caderno A, p. 22.

¹⁸ UNICEF, FUNDAÇÃO ODEBRECHT. *Só a escola corrige o Brasil*. [199-].

conseguem concluir a oitava série, nosso país investe, em média, 24 anos de ensino para cada formando no ensino fundamental, ou seja, cada aluno concluinte custa três. Em termos monetários, considerando-se a população escolar brasileira, os custos por aluno e os índices de abandono e repetência, calcula-se que gastamos, a cada ano, 2,5 bilhões de dólares, estes consumidos pelo fracasso escolar caracterizado por diferentes fatores, aqui já explicitados, entre outros.

O número de crianças que abandonam a escola tem diminuído, mas as taxas continuam altas. Em 1988, um em cada cinco estudantes do ensino fundamental deixavam a escola. Em 1998, o índice de evasão passou a ser de um em cada oito estudantes. Portanto, em uma década, a taxa de evasão caiu de cerca de 20% para 12,5%. Esse resultado pode ser considerado animador para um país em que um terço da população vive abaixo da chamada linha de pobreza, ou seja, não ganha para comer o suficiente. Mas só a pobreza não é suficiente para explicar o alto nível de fracasso escolar.

1.5. Conclusão.

Nossa proposta neste capítulo foi a de apresentar dados sobre a situação educacional, dando destaque ao ensino fundamental em nosso país e no Estado de São Paulo.

Verificamos que existem no mundo 130 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, o equivalente a 21% de toda a população mundial nessa faixa etária. No Brasil, embora ocorram diferenças nos índices de um órgão para outro, esse número deve ficar entre 1,12 e 3,1 milhões, o que, no caso mais otimista, corresponde a 4,2%. Quando se comparam os dados mais recentes com os de anos anteriores, nota-se uma melhoria significativa no que diz respeito ao número de matrículas. Mas, conforme já salientamos, embora

tenha havido aumento do número de matrículas, esse número não reflete efetivamente a quantidade de crianças que vão à escola, pois o índice de abandono é superior a 10%.

Outro fato negativo para o nosso país é que ocupamos o 7º lugar no “ranking” de analfabetismo. Ao todo são 12 milhões de pessoas com mais de 15 anos que não sabem ler, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse número pode ser duplicado se forem considerados os analfabetos funcionais: pessoas que, apesar de terem frequentado a escola, não sabem fazer as quatro operações matemáticas e não conseguem decifrar o que está escrito, por exemplo, em placas de avisos.

Se no país como um todo houve aumento do número de matrículas, em São Paulo houve pequeno declínio. Não podemos concluir sobre o motivo desse declínio, mas podemos inferir que, neste estado, um centro muito desenvolvido, já tenha se iniciado um processo por acontecer nas demais regiões: a diminuição do número de alunos por causa da menor taxa de natalidade.

Os índices de promoção vêm aumentando e os de retenção diminuindo em todo o país, mas continua havendo discrepâncias entre diferentes regiões. Em 1997, enquanto a taxa de aprovação no Estado de São Paulo foi de 92,6%, no país ela foi de 75,7%. A taxa de evasão que, no Estado de São Paulo, foi de 5,1% em 1996 e 3,1% em 1997, em termos de Brasil foi de 11,1% em 1996 e 12,9% em 1997, havendo aqui, inclusive, um pequeno aumento. Um dado preocupante e para o qual devem ser tomadas urgentes ações para que seja diminuído, é o de abandono nas escolas municipais da cidade de São Paulo: 25%.

Para aumentar o número de alunos nas escolas e melhorar a qualidade do ensino foram adotadas várias providências, entre as quais o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o Programa Toda Criança na Escola, a recuperação de conteúdos nas férias, classes de aceleração, etc. Essas medidas serão por nós analisadas no capítulo 5.

2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO ATUAL.

Neste capítulo apresentamos os artigos da Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e Estatuto da Criança e do Adolescente, que se relacionam à nossa pesquisa.

2.1. Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, Capítulo III, refere-se à educação. Desse capítulo destacamos:

Artigo 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Observa-se que a educação é direito de cada cidadão e dever do Estado.

Artigo 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

Nota-se que o ensino público é gratuito, ou seja, às expensas do Estado; com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola a todos; ministrado por profissionais qualificados e remunerados condignamente. No inciso I, gostaríamos de destacar o termo permanência, o qual será lembrado outras vezes, pois deve ter sentido de vigilância contra a evasão e a reprovação

escolares. No inciso IV o termo gratuidade, que expressa preocupação em oferecer ensino para todos, requer que sejam destinados recursos suficientes para sua efetivação. No inciso V, a valorização dos profissionais é essencial para que o ensino possa ser de boa qualidade, Não custa lembrar que essa qualificação diz respeito tanto a melhor formação quanto a maior remuneração dos educadores.

Artigo 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O inciso I do artigo 208 reafirma a gratuidade do ensino. Enquanto no artigo 206 fala-se em gratuidade do ensino público, aqui a gratuidade se refere ao ensino fundamental, o que pode ser considerado uma priorização, justamente por causa dos índices constatados em todo o país de crianças fora da escola, repetência e evasão.

O inciso VI se refere ao ensino noturno adequado às condições do educando, pois quem estuda à noite normalmente trabalha durante o dia, necessitando de um atendimento específico às suas necessidades.

Além do ensino público ser gratuito e oferecido a todos, o inciso VII destaca que o Estado deve atender os alunos em relação a material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O § 1º afirma que o ensino obrigatório e gratuito é dever público subjetivo, de modo que o seu não-oferecimento regular (§ 2º) importa responsabilidade da autoridade competente. Para melhor efetivar essa obrigação compete ao Poder Público recensear periodicamente a população em idade escolar (§ 3º), fazer a chamada para que todos se matriculem e atuar junto aos pais ou responsáveis pela frequência à escola. Este § 3º é repetido no parágrafo 3º do artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O artigo 56 do mesmo Estatuto afirma que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares. No Estado de São Paulo, ao final de cada bimestre, a escola deve advertir a família e comunicar o Conselho Tutelar sempre que um aluno ultrapassar 20% das faltas. As ausências dos alunos podem ser compensadas durante todo o ano letivo.

Artigo 211 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º - A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

§ 2º - Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Artigo 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a

proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no artigo 208, inciso VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas que dela poderão deduzir a aquisição realizada no ensino fundamental de seus respectivos empregados

Pela leitura desse artigo, percebe-se que: a União deve aplicar, *no mínimo*, 18% da receita de impostos na educação; estados e municípios devem aplicar, *no mínimo*, 25% da receita de impostos em educação. Esses valores, em 1997, corresponderam a R\$ 5,4 bilhões no governo federal; R\$ 11,6 nos governos estaduais e; R\$ 7,1 bilhões nos governos municipais. O total (R\$ 24,1 bilhões), de acordo com o MEC, corresponde a 23% da arrecadação global dos impostos.¹⁹ O artigo 60 das Disposições Transitórias, transcrito na seqüência, diz que nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público deve aplicar no mínimo 50% da receita de impostos, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. A partir de 1998, dos 25% do orçamento destinados à educação, 15% estão sendo transferidos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Ainda na Constituição Federal de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, destacamos o artigo 60, o qual foi alterado pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, recebendo novos parágrafos e passando a ter a seguinte redação:

Artigo 60. Nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de 60%

¹⁹ RETENÇÃO está entre as maiores da AL. O Estado de S. Paulo, 19 out. 1997. Caderno A, p. 22.

(sessenta por cento) dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1º - A distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, é assegurada mediante a criação no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal de seu Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil.

§ 2º - O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos, 15% (quinze por cento) dos recursos a que se referem os arts. 155, II: 158, IV; e 159, I, a e b, proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental.

§ 3º - A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 4º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de 5 (cinco) anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente.

§ 5º - Uma proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

§ 6º - A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a 30% (trinta por cento) dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal.

§ 7º - A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno.

2.2. A nova Lei de Diretrizes e Bases.

Da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), Lei nº 9394 de 20/12/96, destacamos inicialmente os artigos 3º, 4º e 5º, os quais não transcrevemos aqui porque, praticamente, repetem artigos da Constituição Federal (CF), na seguinte correspondência: LDB - artigo 3º, incisos I, VI e VII, CF - artigo 206, incisos I, IV e V; LDB - artigo 4º, incisos I, VI, VII e VIII, artigo 5º, parágrafo 1º, incisos I, II e III, CF - artigo 208, incisos I, VI e VII, parágrafos 1º, 2º e 3º.

Na seqüência distinguimos os artigos 6º, 23, 24, 28 e 32:

Artigo 6º - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.

Nesse artigo fica estabelecida a responsabilidade dos pais em matricularem os filhos ao completarem sete anos de idade.

SOUZA e SILVA²⁰, ao comentarem o artigo acima, afirmam que “poderia ter havido um parágrafo em que se previssem sanções para os pais que deixassem de cumprir esse dever”.

Artigo 23 - A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º - O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino,

²⁰ SOUZA, Paulo Nathanel Pereira de e SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo, Pioneira, 1997.

sem com isso reduzir o número de horas letivas previstas nesta Lei.

Verifica-se nesse artigo que a educação básica, além de ser organizada em séries anuais, pode também ser organizada em ciclos, o que volta a ser repetido no artigo 32. Na página 144, analisamos a progressão continuada (divisão do ensino fundamental em ciclos de duas ou mais séries).

Artigo 24 - A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;*
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.*

O inciso V desse artigo 24, permite a formação de classes de aceleração para que os alunos que se encontrem defasados passem para a série correspondente à sua idade. Na página 147, analisamos o Programa de Aceleração de Aprendizagem, que procura nivelar o aluno à série correspondente à sua idade.

Artigo 28 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Esse artigo estabelece que, na zona rural, a educação básica receba um tratamento diferenciado, com conteúdos curriculares e calendário escolar adequados às condições locais. Na página 149, comentamos sobre a Escola Ativa, um programa que visa melhorar a qualidade do ensino na zona rural.

Artigo 32

§ 1º - É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º - Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino

Esse artigo volta a ressaltar que a organização do ensino fundamental pode ser feita em ciclos. Isso já vem ocorrendo em diferentes estados brasileiros. No Estado de São Paulo, a partir de 1998, o ensino fundamental foi dividido em ciclos, um da 1ª à 4ª série (Ciclo I) e outro da 5ª à 8ª série (Ciclo II). Anteriormente, no governo de Franco Montoro, foi introduzido, no ensino paulista, o Ciclo Básico, excluindo a reprovação da 1ª série, o primeiro grande gargalo do sistema educacional. A prefeitura do município de São Paulo também já havia adotado, a partir de 1992, de forma pioneira, o sistema de progressão continuada.

Finalmente, selecionamos os artigos 67, 68, 69 e 87. Esses artigos também não serão transcritos, porque praticamente repetem normas contidas na Constituição Federal, na seguinte correspondência: LDB - artigo 67, incisos II e VI, CF - artigo 206 (tratam da valorização dos profissionais da educação); LDB - artigo 68, incisos I, II, III, IV e artigo 69, CF - artigo 212 (tratam dos recursos públicos destinados à educação). O parágrafo 2º do artigo 87 da LDB repete o parágrafo 3º do artigo 208 da Constituição Federal (tratam do levantamento, matrícula e frequência dos educandos à escola).

2.3. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069 de 13/07/90), Capítulo IV, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, destacamos os artigos 53, 54, 55, 56 e 57. O artigo 54, incisos I, VI e VII,

parágrafos 1º, 2º e 3º, não será transcrito porque praticamente repete o artigo 208 da Constituição Federal e o artigo 4º da LDB.

Artigo 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

O inciso I desse artigo repete o inciso I do artigo 206 da Constituição e o inciso I do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases. No inciso V, em seguida à expressão “acesso à escola pública e gratuita”, consta “próxima de sua residência”.

Artigo 55 - Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Artigo 56 - os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

Artigo 57 - O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

2.4. Conclusão.

Este capítulo teve por finalidade apresentar artigos da Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e Estatuto da Criança e do Adolescente relacionados a nossa pesquisa.

Verificamos, pela Constituição Federal, que a educação é direito de cada cidadão e dever do Estado, sendo o ensino público gratuito, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola a todos, além de ser ministrado por profissionais qualificados e remunerados condignamente.

Ainda de acordo com a Constituição Federal, a União deve aplicar, *no mínimo*, 18% da receita de impostos na educação; estados e municípios devem aplicar, *no mínimo*, 25% da receita de impostos em educação. A partir de 1998, dos 25% do orçamento destinados à educação, 15% estão sendo transferidos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Em relação ao comentado nos parágrafos anteriores, a Lei de Diretrizes e Bases e o Estatuto da Criança e do Adolescente, por seguirem o preceito constitucional, nada acrescentam.

Na Lei de Diretrizes e Bases destacam-se o artigos 23 e 32, que permitem a organização da educação básica em ciclos, na chamada progressão continuada.

Independente de entrar no mérito de cada uma das leis, o que não é pretensão de nosso trabalho, fica evidente que um direito de todos, que é a educação, não ocorre plenamente, como mostram os índices que indicam a quantidade de pessoas que não chegam a freqüentar a escola ou, então, que a abandonam.

3. CAUSAS QUE LEVAM OS ALUNOS A FICAREM FORA DA ESCOLA OU A ABANDONÁ-LA.

Neste capítulo apresentamos causas que levam os alunos a ficarem fora da escola ou a abandoná-la. Entre elas, a primeira a ser analisada é a das instalações escolares, que, em muitos casos, se encontram incompletas, deterioradas e deficientes em recursos pedagógicos, bem como, em alguns casos, o déficit de salas de aula.

Em seguida, faremos uma reflexão sobre os professores, ilustrando com dados de pesquisa sobre sua formação e salários. Foi possível verificar que a maioria dos atuantes no ensino fundamental não tem curso superior e, entre eles, se encontram profissionais ganhando menos de um salário mínimo por mês, considerando, neste caso, a situação dos docentes do Brasil como um todo, pois a diferença é gritante entre os estados brasileiros.

Posteriormente serão mostrados os problemas de preconceito, drogas, violência e trabalho de menores, sendo este último bastante significativo em nosso país, com cerca de 4,5 milhões de crianças trabalhando. Os últimos enfoques se referem ao currículo e à família.

3.1. Instalações escolares.

As instalações escolares representam uma negação à permanência do aluno na escola, na medida em que estejam incompletas, deterioradas e deficientes em recursos pedagógicos.

O Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), o qual será comentado no capítulo seguinte, tem, por um de seus objetivos, tornar disponíveis os materiais e serviços que contribuam para que cada escola

beneficiada alcance um padrão mínimo de funcionamento. Para a implantação do padrão mínimo, a Coordenação de Projetos Escolares definiu o gabarito das salas de aula e a quantidade de equipamentos, mobiliário escolar e outros insumos necessários, segundo o número de alunos atendidos. De acordo com o padrão mínimo, para cada 6 salas de aula, cada escola deve dispor de, no mínimo, 1 sala para a direção (com cadeira, ventilador de teto, atlas, cesto de papel e armário), 6 mesas de professores com cadeiras, 210 carteiras, 6 armários, biblioteca, sala de recursos didáticos (sala de vídeo), 7 sanitários (contando com o da administração), 7 lavatórios, 3 chuveiros e uma quadra de esporte (para escolas que ofereçam de 5ª a 8ª séries).²¹ Infelizmente, esse padrão mínimo não ocorre em quase nenhuma unidade escolar da rede pública.

Existem escolas tão danificadas, que cabe aqui uma expressão empregada por Apple²²: “os prédios escolares estão literalmente desabando diante de nossos olhos”. No Levantamento do Sistema Escolar (LSE), feito por técnicos do Fundescola, mais de 25% das escolas públicas das Regiões Norte e Centro-Oeste foram condenadas. De 4164 estabelecimentos pesquisados, 1142 foram considerados “substituíveis” e 3022 foram considerados “adaptáveis”. Os substituíveis podem ser demolidos, pois funcionam em prédios que não são próprios ou estão em estado físico tão precário que não vale a pena reformá-los. Os adaptáveis são aqueles que, apesar de estarem em péssimo estado de conservação, podem ser melhorados.²³

Com relação às salas de aula, ao final de cada ano letivo, deve ser feita a previsão e construção de quantas serão necessárias para que, quando um

²¹ ATHIAS, Gabriela. MEC “reprova” escolas do Norte e Centro-Oeste. **O Estado de S. Paulo**, 23 dez. 1998. Caderno A, p.8.

²² APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional?. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortes, 1994.

²³ ATHIAS, Gabriela.

novo período escolar se iniciar, não ocorram problemas de falta de vagas. Mas, em todo início de ano, ocorrem problemas de falta de salas. Nos primeiros dias de janeiro de 1999, os meios de comunicação²⁴ noticiaram que o ano letivo começaria com falta de salas na rede estadual de São Paulo. O motivo alegado foi o de que as salas emergenciais não ficariam prontas até o dia 8 de fevereiro, previsto para o início das aulas. Nos mesmos noticiários informava-se que a Secretaria de Estado da Educação reconhecia o atraso das obras, mas garantia que haveria reposição de aulas e os estudantes iriam cumprir os 200 dias letivos previstos na Lei de Diretrizes e Bases. A previsão era de que as obras estariam concluídas após o carnaval ou em março, e as escolas deveriam preparar um calendário de reposição. Em outros estados também ocorreu o problema de falta de salas para alunos.

Na zona rural, além dos problemas já relatados, podem ocorrer outros, como a não implantação de séries mais avançadas e a existência, em uma mesma sala, de alunos de séries diferentes, tendo aulas ao mesmo tempo (classes seriadas).

3.2. Professores.

O principal agente do processo de ensino é o professor. Se ele não estiver bem preparado e atualizado para exercer a docência com responsabilidade de profissional e educador, poderá contribuir para que alunos deixem de frequentar a escola. Neste item reunimos informações sobre esses profissionais, principalmente com relação à remuneração e ao nível de formação.

²⁴ FALTARÃO salas de aula na rede estadual de ensino. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 9 jan. 1999, p. 7.

JUNQUEIRA, Juliana. Ano letivo começará com falta de salas em SP. *O Estado de S. Paulo*, 9 jan. 1999. Caderno A, p. 11.

O salário dos professores em nosso país é muito baixo. De acordo com o levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relatado por FORMENTI, a remuneração média anual de um professor de nível primário (1ª a 4ª série do ensino fundamental), em início de carreira é de US\$ 4.402. O padrão dos países da OCDE é de US\$ 18.486. Participaram do levantamento os 29 países membros da OCDE e 14 nações convidadas, entre elas o Brasil.²⁵

Já dados do Censo Escolar de 1997, divulgados pelo MEC, segundo WEBER, indicam valores diferentes para a remuneração dos professores. Considerando as redes públicas municipal e estadual, a média salarial mensal de 1ª a 4ª série, foi de R\$ 1.281,00 no Distrito Federal, R\$ 883,00 no Amapá, R\$ 750,89 em São Paulo e R\$ 347,33 no Piauí. De 5ª a 8ª série a média foi de R\$ 1.413,43 no Distrito Federal, R\$ 1.051,91 no Amapá, R\$ 797,14 em São Paulo e R\$ 316,89 no Piauí.²⁶ Conforme podemos verificar, os professores mais bem pagos são os que atuam no Distrito Federal e no Amapá; os que menores salários recebem são os do Piauí. Foi constatada a existência de 1,5% de professores ganhando menos de R\$ 50,00 e de 4,8% ganhando entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00.

OLIVEIRA afirma que a média salarial mensal dos professores do ensino fundamental correspondeu a R\$ 1.103,00 para os da rede pública federal, R\$ 595,30 para a rede particular; R\$ 515,50 para a rede pública estadual e R\$ 292,70 para a rede pública municipal.²⁷

²⁵ FORMENTI, Lígia. Estudo indica baixo investimento no ensino básico. *O Estado de S. Paulo*, 24 nov. 1998. Caderno A, p. 12.

²⁶ WEBER, Demétrio. Docentes do DF e Amapá são os mais bem pagos. *O Estado de S. Paulo*, 21 nov. 1998. Caderno A, p. 13.

²⁷ OLIVEIRA, Doca. País tem 1,6 milhão de docentes no ensino básico. *O Estado de S. Paulo*, 11 ago. 1998. Caderno A, p. 9.

Ainda de acordo com o Censo do Professor de 1997, a maioria dos professores de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental não tem curso superior. Do 1,8 milhão de docentes que atuam no ensino fundamental e médio, 997 mil (54,6%) são formados no ensino médio. Na zona rural, o problema é maior: apenas 41,1 mil (14,1%) dos 289,9 mil postos são preenchidos por docentes com curso superior.²⁸

Apresento agora dados sobre os professores da rede estadual de São Paulo. As informações seguintes, além de serem importantes na caracterização desses profissionais, podem também levar a questionamentos e sugerir novas pesquisas. Em 1998, dos 217 mil docentes, a maior parte era admitida em caráter temporário (ACT)²⁹: 47,6% de 1ª a 4ª séries e 70% de 5ª a 8ª série e ensino médio; os efetivos correspondiam a 37% de 1ª a 4ª séries e 23% de 5ª a 8ª série e ensino médio; os demais se encontravam em outras situações. Sobre a idade, cerca de dois terços tinham menos de 35 anos: 61% dos que atuavam de 1ª a 4ª séries e 68% dos que atuavam de 5ª a 8ª série. Segundo técnicos da Secretaria da Educação, esse fato é importante para os programas de formação continuada, já que os professores jovens são mais sensíveis às mudanças propostas em cursos de atualização. Com relação ao sexo, as mulheres eram maioria: 91,5% de 1ª a 4ª série e 78% de 5ª a 8ª séries e ensino médio. Ainda de acordo com dados da Secretaria da Educação, a média salarial paga em setembro/98 para o professor I, nível I, foi de R\$ 780,19 de 1ª a 4ª série e R\$ 1.115,46 de 5ª a 8ª série.

²⁸ WEBER, Demétrio. Docentes do DF e Amapá são os mais bem pagos. **O Estado de São Paulo**, 21 nov. 1998. Caderno A, p. 13.

²⁹ No Estado de São Paulo, a Lei n° 500, de 13/11/74, instituiu o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário (ACT). Os professores ACT são contratados para ministrar aulas até a criação e provimento dos cargos correspondentes.

3.3. Preconceito.

Preconceito racial

“A discriminação é a principal causa da evasão e da repetência escolar entre as crianças negras.” A afirmação é da pesquisadora Irene Sales de Souza, do Departamento de Estudos Sociais Básicos e Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e consta de reportagem de JUNQUEIRA.³⁰ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os negros apresentam, também, as maiores taxas de analfabetismo. Aos 7 anos, 2,1% das crianças brancas ainda não sabem ler e escrever. Esse percentual sobe para 59% entre as negras e pardas.

A pesquisadora realizou um estudo com 200 professores do ensino fundamental em Franca (SP) e verificou que o preconceito e a discriminação racial ainda são temas difíceis de serem abordados nas salas de aula. “Diante da discriminação, os professores tentam contornar a situação de forma superficial, apelando para o lado humano de que todos são iguais.” “Mas é necessário mostrar que há diferenças e a racial é uma delas.” O preconceito precisa ser combatido, mostrando que as desigualdades existem porque os povos têm histórias, valores e manifestações culturais variadas. “A igualdade que existe é a de direito e esta precisa ser mostrada e preservada.” Na pesquisa, 36% dos entrevistados admitiram que não estão preparados para tratar da questão. Embora não se sintam a vontade, estão interessados em receber treinamento para abordar o problema, o que é um fato positivo³¹.

³⁰ JUNQUEIRA, Juliana. Preconceito racial é questão difícil para docentes. **O Estado de S. Paulo**, 1 fev. 1999. Caderno A, p.8.

³¹ Idem.

3.4. Drogas.

As drogas também têm levado os alunos a abandonarem a escola. Notícia publicada no jornal O Estado de S. Paulo (08/11/98, Caderno C, p. 6) informa que, na cidade de São José do Rio Preto (SP), pelo menos 280 estudantes entre 10 e 18 anos abandonaram a escola no decorrer do ano, por uso de drogas. Comparado a 1997, o aumento na evasão escolar por uso de drogas corresponde a 15%.

Outras informações contidas na reportagem: nos dois anos anteriores, havia casos de menores viciados a partir de 12 anos e, agora, de crianças de 10 e 11 anos; o número de meninas que se drogam cresceu e elas já são quase 50%; cerca de 20% dos dependentes tornam-se “aviõezinhos”³²; as drogas mais consumidas nas escolas são cola de sapateiro, maconha e crack; para comprar sua porção, os alunos furtam bonés e dinheiro do lanche dos colegas; a maioria dos casos ocorre em escolas estaduais.

3.5. Violência.

Outro fator, ainda não analisado de modo mais profundo, mas que vem fazendo com que alunos não frequentem a escola, é a violência. Violência que ocorre tanto dentro da sala de aula como no local onde se localiza a escola.

O tráfico de drogas nas proximidades de escolas faz com que a violência aumente: a presença de traficantes e de membros de gangues acaba amedrontando os alunos que para ali se dirigem a fim de estudar.

Os dois exemplos a seguir mostram como a violência pode levar à evasão. Em um deles, publicado no jornal O Estado de São Paulo em 8/5/99, a

³² “avião” = intermediário na compra de tóxicos.

coordenadora da EE Clodomiro Carneiro afirma que, dois dias após uma gangue quase matar um aluno na escola, o pai do estudante resolve tirá-lo do colégio. No outro, publicado no Jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba/SP, em 5/5//99, um aluno foi aconselhado a deixar de frequentar as aulas por estar sendo ameaçado. Neste caso, o aluno não se evadiu mas, em situação semelhante, muitos podem não mais retornar à escola.

De acordo com Roberto Augusto Leme (O Estado de S. Paulo, 31/01/99), presidente do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (UDEMOM), um dos coordenadores da pesquisa “Violência na Escola - Uma Coisa Séria”, oito em cada dez escolas da região metropolitana de São Paulo já foram alvo de violência. A violência se refere à pichação de muros e paredes da escola, briga de alunos, estouro de bombas de artifício e invasão do prédio por gangues.

Em 1998, a UDEMOM realizou uma pesquisa em 700 escolas localizadas no interior do Estado. De acordo com a pesquisa, quatro de cada dez diretores da rede pública de ensino paulista acreditam que a melhor solução para reduzir a violência na escola é o envolvimento da comunidade. Em 1995, quando a pesquisa foi feita na capital e na região metropolitana, apenas 1% dos diretores sugeriu a participação comunitária como medida para reduzir a violência. A maioria acreditava que a solução do problema ocorreria com a presença de policiais e a contratação de vigilantes. Atualmente, o policiamento escolar, estadual e municipal, na cidade de São Paulo, envolve um efetivo de 37 mil soldados e cerca de 60 veículos. Para manter essa estrutura, o poder público gasta mensalmente, só com os salários, R\$ 2,2 milhões. E é evidente que a violência nas escolas continua. A contratação de vigilantes também é inviável para a maioria das escolas.

Algumas ações têm sido desencadeadas isoladamente na tentativa de resolver o problema, sendo uma delas a organização de campanhas de desarmamento infantil. Outra seria estimular os moradores a denunciar à polícia irregularidades e ameaças de violência pois, muitas vezes, nesses locais predomina a lei do silêncio, que protege os criminosos e expõe a população a um clima de pânico constante.

Com a finalidade de reduzir a violência na escola, ATHIAS divulga:

A Escola Municipal Oliveira Viana, no Campo Limpo, periferia da zona sul, começou em 1996, a executar um projeto chamado Capacitação Continuada para Educadores em Direitos Humanos. Com a participação da Abrinq e da Rede Brasileira de Direitos Humanos, os professores trouxeram para a sala de aula discussões sobre cidadania. Começaram a mostrar aos alunos, por exemplo, os aspectos legais de certas atitudes, como portar armas sem licença e depredar prédios públicos. Paralelo a isso, a Associação de Pais e Mestres mobilizou os familiares dos estudantes, aproximou-os da escola e a quadra de esportes foi aberta à comunidade. O resultado é que, em dois anos, a violência foi abrandada, a escola passou a ter um jornal voltado para direitos humanos e até mesmo a evasão escolar e a repetência foram reduzidas.³³

Para prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência nas escolas, na cidade de Votorantim (SP), a Polícia Militar iniciou, em 1999, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), para 697 alunos da 4ª série.

Sobre o Proerd, o jornal Cruzeiro do Sul publicou, em março de 1999, uma série de informações, das quais destacamos:

³³ ATHIAS, Gabriela. Comunidade pode reduzir violência na escola. *O Estado de S. Paulo*, 19 fev. 1999. Caderno A, p.7

O Proerd é um esforço conjunto dos policiais - formados pelo programa -, educadores, pais e comunidade, que visa oferecer atividades educacionais em sala de aula para prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência entre crianças de 9 a 12 anos.

O Proerd é organizado em dezessete aulas com duração de 45 a 60 minutos, aplicadas por policiais e com atividades extras, dadas pelos professores. Um policial treinado é responsável por dar a aula uma vez por semana em uma determinada escola.

O objetivo do programa é "preparar a criança para dizer não às drogas e se manter distante da oferta das drogas e da violência", disse o sargento Alcides Vicente.

Ele disse que durante as aulas, os alunos aprendem a reconhecer e resistir às pressões que poderiam influenciá-los a experimentar as drogas, além do que, a ver que a violência é um mal para a humanidade.³⁴

3.6. Trabalho de crianças e adolescentes.

Outro fator que contribui para afastar crianças e adolescentes da escola é o trabalho de menores. Embora exista em todo o planeta, é nos países do Terceiro Mundo que ele ocorre de forma mais intensa. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 95% das crianças e adolescentes que trabalham estão nesses países.³⁵

Está associado à miséria. Normalmente as crianças e adolescentes começam a trabalhar para ajudar na renda familiar ou na sua própria

³⁴ ALUNOS de cinco escolas recebem orientação para evitar as drogas. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 5 mar. 1999, p. 17.

³⁵ **DEZ medidas básicas para a infância brasileira**. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, 1987. P. 85.

subsistência. No Brasil, mais de 50%³⁶ dos menores que trabalham vivem em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

ATHIAS divulga dados do IBGE, indicando que, no Brasil, existem 4,5 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalhando, das quais 65% estão concentradas no campo e a maioria estuda apenas até a 3ª série.³⁷

Os próprios pais têm contribuído para a exploração do trabalho infantil, na medida em que o consideram preferível à escolarização, por ser rentável e permitir que os filhos se iniciem numa profissão.

Embora o trabalho de menores colabore para afastar crianças e adolescentes da escola, esta também colabora para aquele, na medida em que não assegura condições mínimas para a permanência dos alunos. Já citamos neste capítulo, os problemas com os prédios escolares, a deficiência de material pedagógico e a própria formação e remuneração dos professores.

Ao longo de nossa história, o poder público também colaborou com a situação, ao não estabelecer leis de proteção ao trabalho de menores e permitindo que empregadores se utilizassem dessa mão de obra mal remunerada.

A partir de 16 de dezembro de 1998, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 20, que proíbe o trabalho de menores de 16 anos. Antes, a idade mínima para admissão ao trabalho era de 14 anos. GALVÃO³⁸ relata que

³⁶ Idem. p. 86.

³⁷ ATHIAS, Gabriela. Seca induz a trabalho infantil e evasão escolar. *O Estado de S. Paulo*, 22 jun. 1998. Caderno A, p. 11.

³⁸ GALVÃO, Arnaldo. Proibição de trabalho de menor traz desafio. *O Estado de S. Paulo*, 6 fev. 1999. Caderno A, p. 8.

a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20, “trouxe um desafio para autoridades e sociedade: o que oferecer a quase 2 milhões de adolescentes entre 14 e 16 anos que já estão trabalhando ou precisam trabalhar?”. Uma das alternativas seriam os programas de renda mínima, que dão às famílias um valor mensal em troca da garantia de que os filhos freqüentem a escola. Outra alternativa seria oferecer condições de trabalho educativo ou aprendizado, evitando que eles simplesmente sejam absorvidos pelo trabalho informal ou familiar e abandonem os estudos, comprometendo o próprio futuro. Ainda na mesma reportagem, Sérgio Mindlin, diretor presidente da Fundação Abrinq para os Direitos da Criança, diz que “o espírito da emenda é bom, mas lamenta que ela não foi acompanhada de nenhuma medida de apoio aos jovens que poderiam começar a trabalhar.”

3.7. Currículo.

Embora o currículo possa não aparecer como causa da evasão escolar, está sendo inserido aqui porque pode influir na permanência ou não do aluno.

Utilizando uma concepção citada por Geraldi³⁹, segundo a qual o currículo compreende “o conjunto das aprendizagens vivenciadas pelos alunos, planejadas ou não pela escola, dentro ou fora da aula e da escola, mas sob a responsabilidade desta, ao longo de sua trajetória escolar”, deduz-se o quanto ele pode interferir na inclusão ou exclusão do aluno. Através de levantamentos feitos por seus alunos do curso de Pedagogia, a pesquisadora constatou ocorrer nas escolas um massacre dos alunos, tendo como resposta o tédio. Essa falência do processo de ensino pode ser verificada pelos seguintes indicadores: o conteúdo escolar dos diferentes componentes curriculares, o próprio livro didático, o ritual das aulas e a previsão do fracasso. O conteúdo dos diferentes

³⁹ GERALDI, C. M. G. Currículo em ação: buscando a compreensão do cotidiano na escola básica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 5, n. 3 (15), nov. 1994.

componentes curriculares acaba não sendo estabelecido pelo professor, mas ditado pelo livro-didático. Este, geralmente, é o único material usado, cabendo a ele imprimir direção ao processo pedagógico. Associado ao próprio uso do livro-didático, mas indo além dele, nota-se o *ritual das aulas*: estas praticamente não mudam, parecem sempre as mesmas. Outro fator negativo é a previsão do fracasso, com o professor, ainda no primeiro semestre, afirmando saber quais os alunos que serão reprovados.

3.8. Família.

Relacionada ou não a outras causas aqui apontadas, a família também pode contribuir para a exclusão de seus membros da escola. Na família ocorre uma série de processos que vão influenciar no bom ou mau desenvolvimento das crianças e adolescentes: se estes conviverem bem com seus pais, receberem afeto e orientação, a probabilidade de sucesso é grande. Se, pelo contrário, receberem agressividade, exploração e humilhação, o fracasso poderá ser inevitável. Nos parágrafos seguintes, relatamos três situações em que a família pode estar colaborando para a desistência escolar.

Através de nossa atividade no magistério, temos observado que, por ocasião das “reuniões de pais”, alguns destes são informados que seus filhos deixaram de freqüentar a escola a partir de determinada data. Pela ação familiar, esses estudantes podem ou não retornar, mas existem aqueles que se evadem e cujos pais não tomam conhecimento, só se inteirando do fato ao final do ano letivo ou por ocasião de nova matrícula.

Também, ao longo de nosso trabalho no magistério, notamos que jovens deixam os bancos escolares devido à gravidez precoce, muitas vezes indesejada. Para evitar esse tipo de situação, é muito importante o diálogo familiar e a orientação dos pais.

Outro motivo do abandono escolar citado nesta pesquisa, o trabalho de menores, também pode receber incentivo da família, pois muitos pais “consideram o trabalho preferível à escolarização por ser *educativo e rentável*”.⁴⁰ “É uma falsa idéia, que atribui à ocupação da criança e do adolescente, a um só tempo, o dom de educar, evitar a criminalidade, a *vadiagem* e complementar a renda familiar.”⁴¹

3.9. Conclusão.

Nosso objetivo neste capítulo foi o de mostrar as causas que levam os alunos a ficarem fora da escola ou abandoná-la.

Um dos motivos que contribuem para a não permanência dos estudantes são as instalações escolares, que, em muitos casos se encontram deterioradas, com insuficiência de salas de aula e deficientes em recursos pedagógicos. Embora esse problema ocorra em todo o país, ele é mais grave nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde mais de 25% dos estabelecimentos podem ser demolidos, porque se encontram em estado tão precário, que é inviável reformá-los. Os outros, mais de 70%, também precisam de benfeitorias. Um fato que nos deixou perplexo durante a pesquisa, foi a notícia da assinatura de convênio entre o Ministério da Educação e a Sudene, para construção de poços e sanitários nas escolas das zonas rurais de municípios atingidos pela seca, no Nordeste, que não possuem sistema de abastecimento de água. Se, por um lado, a assinatura do convênio é um fato digno de elogios, por outro, é de se lamentar a situação deprimente em que devem se encontrar essas unidades escolares.

⁴⁰ **DEZ medidas básicas para a infância brasileira.** São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. 1987. p. 86.

⁴¹ *Idem.* p. 88.

Além das condições estruturais dos prédios escolares, muitos não apresentam número ideal de salas de aula. Isso leva a uma superlotação das salas existentes, com conseqüente queda na qualidade de ensino. Outras vezes, embora prevista a construção de novas salas ou de novas escolas, elas não ocorrem em tempo hábil. Quando a entrega dos novos prédios atrasa, é comum deslocar os alunos desses estabelecimentos para assistir aulas em outros. Conclusão: ambas as escolas, a que recebe os alunos e a que se deslocou, são prejudicadas, pois, para que todos tenham aulas, é necessário reduzir o número de horas diárias de aula de cada classe.

Outra razão a contribuir para a não permanência dos alunos na escola pode ser o próprio professor, se ele não estiver totalmente capacitado para desempenhar suas funções. Verificamos que a maioria dos professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental não tem curso superior e mais da metade dos que atuam no ensino fundamental e médio é formada apenas no ensino médio. Vimos também que na zona rural o problema é ainda mais grave: apenas cerca de 15% possuem curso superior. Outro aspecto negativo em relação aos professores é a baixa remuneração que muitos recebem, encontrando-se uma parcela com proventos inferiores ao salário mínimo. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que analisaremos no capítulo seguinte, tem por uma de suas finalidades melhorar e tentar corrigir as distorções salariais existentes em diferentes regiões. Observe-se que, mesmo com a entrada em funcionamento do Fundef, existem professores recebendo muito pouco.

Atualmente, dois outros fatores vêm se destacando no sentido de inibir a permanência dos alunos na escola: as drogas e a violência. O problema das drogas e da violência tem provocado uma mudança de hábitos em muitos pais. É cada vez maior o número deles nos portões das escolas nos horários de

entrada e saída. Eles ali se dirigem levando seus filhos primeiro no sentido residência-escola, e, depois, em sentido inverso.

Outra causa da desistência escolar é o trabalho de crianças e adolescentes e, aqui, entra-se num círculo vicioso: se o menor trabalha, pode não freqüentar a escola; não freqüentando a escola, dificilmente terá condições de aspirar a melhores colocações quando adulto. Nos últimos anos foram desenvolvidas algumas iniciativas para eliminar o problema, mas muito ainda precisa ser feito. Entre as medidas adotadas citam-se as atividades da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, a entrada em vigor em 16 de dezembro de 1998 da Emenda Constitucional nº 20, que proíbe o trabalho de menores de 16 anos, e o projeto bolsa-escola.

Também podem contribuir para o abandono dos estudos a família e o currículo, este na medida em que as aulas se tornem repetitivas e monótonas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO.

Neste capítulo apresentamos os resultados de nossa pesquisa de campo, que foi realizada com 52 pessoas, no primeiro semestre de 1999. Com metade delas, gravamos entrevista; a outra metade respondeu às mesmas questões formuladas ao grupo anterior, através de questionário.

O grupo com o qual gravamos entrevista, que denominamos grupo A, é formado por estudantes que abandonaram os estudos antes do encerramento de um ano letivo ou que, mesmo tendo concluído o ano letivo, não retornaram por um ou mais anos. Essas pessoas acabaram retornando aos estudos e hoje estão matriculadas na EE Prof. Genésio Machado, em Sorocaba. O grupo pesquisado através de questionário, que denominamos grupo B, é composto por pessoas que deixaram de estudar e não mais retornaram à escola.

Quando da realização da pesquisa solicitamos permissão à direção da escola para consultar seus arquivos e proceder ao levantamento de alunos evadidos nos últimos cinco anos, compreendidos entre 1994 e 1998. Fomos prontamente atendidos, o que também ocorreu nos dias de gravação de entrevistas. Os alunos alvo foram contatados e também colaboraram. A evasão escolar, de 5ª a 8ª série, nessa unidade escolar, nos dois últimos anos (1997 e 1998), correspondeu a 4,7% e 4,6%, respectivamente.

O “Roteiro de entrevista”, anexo à página 168, se baseou em instrumento aplicado por BRUNS⁴², quando da realização de sua pesquisa sobre evasão escolar. As questões da primeira parte do roteiro, utilizando os mesmos dizeres da pesquisadora, nos “permitiu coletar dados sobre a

⁴² BRUNS, Maria Alves de Toledo. *Evasão escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1987.

composição e características da população em estudo”. As questões da segunda parte nos “permitiu obter dados referentes à percepção e expectativas dos sujeitos em relação ao fracasso escolar”.

Conforme se pode verificar pelo anexo I, nosso roteiro de entrevista constou de 41 quesitos, numerados de 1 a 41. Antes desses, havia outros que eram a escola, a série e o ano em que ocorreu a evasão. Excetuando-se a série em que ocorreu a evasão - 5^a a 8^a, não houve nenhuma seleção prévia dos pesquisados sobre sexo, idade ou outras características.

A seguir estaremos mostrando os resultados obtidos para cada uma das questões formuladas. Quando são citadas as falas das pessoas, transcrevemos o que elas nos disseram, apenas foram corrigidos erros em determinadas palavras e feitas pequenas adaptações de caráter gramatical. A partir da questão 14, parte f), após a transcrição das falas, procuramos colocar entre parênteses outras informações para melhor caracterizar as pessoas. Assim, as letras A ou B indicam o grupo de pesquisa, as letras M (masculino) ou F (feminino) indicam o sexo e, o número indica a idade.

4.1. Composição e características da população em estudo.

Neste item, além das informações sobre a escola, série e ano em que ocorreu a evasão, analisamos as questões de 1 a 18 do roteiro de entrevista, que abrangem sexo, idade, estado civil, moradia e ocupação das pessoas, bem como o nível de instrução e renda mensal de suas famílias.

Com relação à escola:

- no grupo A, 25 se evadiram de escolas estaduais; 1 respondeu não se lembrar do nome da escola, a qual era em São Paulo. Desses, 6 eram estudantes na mesma escola para a qual retornaram - EE Prof. Genésio Machado. Com

duas indicações apareceram as escolas: EE Jordina Amaral Arruda, EE Parque Vitória Régia e EE Baltazar Fernandes, todas em Sorocaba.

- no grupo B, 22 se evadiram de escolas estaduais, 2, de particulares, 1, de municipal e 1, de escola que não conseguimos identificar. Desses, 4 estudaram na EE Prof. Genésio Machado; 2, na EE Prof. João Clímaco de Camargo Pires; 2, na EE Baltazar Fernandes; 2, na Renato Seneca de Sá Fleury e 2, na EE Senador. Sobre esses dois últimos, ficamos em dúvida se trata da EE Senador Vergueiro ou EE Senador Luiz Nogueira Martins.

- considerando os dois grupos, 47 se evadiram de escolas estaduais; 2, de particulares; 1, de municipal; além de 1 que não respondeu por não se lembrar da escola e 1, de escola que não conseguimos identificar. Excetuando-se as duas últimas, todas as demais escolas são da cidade de Sorocaba.

ESCOLA ONDE OCORREU A EVASÃO	
Estadual	90,3%
Particular	3,9%
Municipal	1,9%
Não identificada	3,9%

Quadro 8

Com relação à série, abandonaram a escola:

- no grupo A, 7 na 5ª série, 10 na 6ª série, 7 na 7ª série e 2 na 8ª série.
- no grupo B, 6 na 5ª série, 6 na 6ª série, 10 na 7ª série e 6 na 8ª série.
- considerando os dois grupos: 13 na 5ª série, 16 na 6ª série, 17 na 7ª série e 6 na 8ª série.

SÉRIE EM QUE OCORREU A EVASÃO	
5ª	25,0%
6ª	30,8%
7ª	32,7%
8ª	11,5%

Quadro 9

Com relação ao ano de evasão:

- no grupo A: 1975 (1 caso); 1998 (1 caso), 1993 (5 casos); 1996 (5 casos);
- no grupo B: 1967 (1 caso); 1998 (2 casos); 1994 (6 casos); 1996 (4 casos);
- considerando os dois grupos, de 1967 a 1998 a ocorrência maior de evasão foi em 1994 (10 casos) e 1996 (9 casos).

1. Sexo.

Com relação ao sexo:

- no grupo A, foram 13 homens e 13 mulheres.
- no grupo B, foram 16 homens e 10 mulheres.
- considerando os dois grupos, foram 29 homens e 23 mulheres.

SEXO	
Masculino	55,8%
Feminino	44,2%

Quadro 10

2. Idade.

Com relação à idade atual:

- no grupo A, variou de 16 a 37 anos (1 indicação cada), com maior predominância de 18 anos (7 pessoas).
- no grupo B, variou de 14 a 48 anos (1 indicação cada), também com maior predominância em 18 anos (5 indicações).
- considerando os dois grupos, variou de 14 a 48 anos, com maior predominância em 18 anos (12 indicações) e 19 anos (7 indicações).

3. Estado civil.

Com relação ao estado civil:

- no grupo A, encontramos 9 solteiros, 8 solteiras, 5 casadas, 2 casados, 2 que foram casados e estão separados.
- no grupo B, encontramos: 8 solteiros, 7 casados, 6 solteiras, 2 casadas, 1 amasiada, 1 amasiado e 1 separada.
- considerando os dois grupos, encontramos: 17 solteiros, 14 solteiras, 9 casados, 7 casadas, 2 que foram casados e estão separados, 1 amasiada, 1 amasiado, 1 separada.

ESTADO CIVIL	
Solteiro(a)	59,6%
Casado(a)	30,8%
Separado(a)	5,8%
Amasiado(a)	3,8%

Quadro 11

4. Em que bairro você mora?

Com relação ao bairro onde mora:

- no grupo A, o maior número de indicações (6) foi para Vila Santana, que é o local onde se situa a EE Prof. Genésio Machado, para onde os egressos voltaram a estudar. Em segundo lugar, apareceu Vitória Régia, com 3 indicações.
- no grupo B, coincidentemente, apareceram com mais indicações Vila Santana (5) e Vitória Régia (3).
- considerando os dois grupos, os bairros mais indicados foram: Vila Santana (11), Vitória Régia (6) e Jardim Maria do Carmo (4).

5. Como é o local onde você mora?

Com relação ao local onde mora:

- no grupo A, 22 residem em casas, 4 em sobrados.
- no grupo B, todos residem em casas.
- considerando os dois grupos, 48 residem em casas e 4 em sobrados.

COMO É O LOCAL ONDE VOCÊ MORA?	
Casa	92,3%
Sobrado	7,7%

Quadro 12

6. Quantos cômodos tem o local onde você mora?

- no grupo A, foram mais citadas residências com 5 cômodos (7 indicações) e com 3 cômodos (4 indicações). O menor número de cômodos citados foi 1 (1 indicação) e o maior 10 (1 indicação).
- no grupo B, foram mais citadas residências com 4 cômodos (6 indicações) e com 3 e 5 cômodos (5 indicações cada). O menor número de cômodos citado foi 2 (3 indicações) e o maior 10 (1 indicação).
- considerando os dois grupos, foram mais citadas residências com 5 cômodos (12 indicações), com 3 cômodos (10 indicações) e com 4 cômodos (9 indicações).

QUANTOS CÔMODOS TEM O LOCAL ONDE VOCÊ MORA?			
1	1,9%	6	11,5%
2	9,6%	7	9,6%
3	17,3%	8	5,8%
4	17,3%	10	3,9%
5	23,1%		

Quadro 13

7. Fale sobre o local onde você mora.

- no grupo A, 21 moram em imóvel próprio, 3 em alugado e 2 em cedido.
- no grupo B, 18 moram em imóvel próprio, 5 em alugado, 2 em cedido e 1 em emprestado.
- considerando os dois grupos, 39 moram em imóvel próprio, 8 em alugado, 4 em cedido e 1 em emprestado.

FALE SOBRE O LOCAL ONDE VOCÊ MORA.	
Próprio	75,0%
Alugado	15,4%
Cedido	7,7%
Emprestado	1,9%

Quadro 14

8. Com quem você mora?

Com relação às pessoas com quem mora:

- no grupo A, encontramos as seguintes indicações: 9 com os pais e irmão(s), 1 com os pais, 1 com a mãe e padrasto, 1 com os pais, irmão e sobrinha, 4 com a mãe e irmão(s), 2 com a esposa, 2 com o marido e filho(s), 2 com o marido e sogra, 1 com os filhos, 2 com tios e primos, 1 com avós.
- no grupo B, encontramos as seguintes indicações: 9 com os pais, 5 com os pais e irmão(s), 2 com o marido e filho(s), 2 com a esposa, 1 com a esposa e a sogra, 1 com a esposa e filhos, 2 com a mãe e irmãos, 1 com o marido, irmã e filha, 1 com os tios, 1 com os irmãos, 1 com a mãe, avós, tios e irmãs.
- considerando os dois grupos, predominaram as indicações: 14 com os pais e irmão(s), 9 com os pais e 6 com a mãe e irmão(s).

9. Descreva a ocupação (trabalho) de:

a) seu pai

Com relação à ocupação do pai:

- no grupo A, o maior número de indicações foi para pedreiro (6), dado que para mim foi uma surpresa. Uma pessoa respondeu que o pai, falecido, também era pedreiro. Outra respondeu que é “encostado” e pedreiro. Ocorreram 2 indicações para carpinteiro. Para aposentado ocorreram 6 indicações (1 tecelão, 1 na roça, 1 jardineiro, 1 na Fepasa⁴³, 1 que era operador de máquinas, mas hoje também trabalha como pedreiro e 1 que não especificou). Outras respostas (1 indicação cada): cabeleireiro, vendia verdura, mestre de obras, taxista, metalúrgico, trabalha em padaria, montador, padeiro e confeitiro. Uma disse não se lembrar do trabalho do pai porque saiu cedo de casa e outra respondeu que o padrasto trabalha na prefeitura.

- no grupo B, o maior número de respostas (6) foi aposentado, sendo que apenas uma especificou que o pai era mecânico na Fepasa. Pedreiro apareceu em 3 respostas, outras 2 foram para mecânico. Outras ocupações (1 indicação cada): carpinteiro e pedreiro, vendedor de lanche, caseiro, pintor, azulegista e eletricista, ferreiro, relojoeiro, maquinista, metalúrgico, tecelão, caminhoneiro. Outras respostas, também com 1 indicação cada: não trabalha, desempregado, falecido e “faz bico”.

- considerando os dois grupos, as respostas mais comuns foram aposentado (12 indicações) e pedreiro (9 indicações).

b) sua mãe

Com relação à ocupação da mãe:

- no grupo A, 9 responderam do lar, 7 dona de casa e 1 doméstica, totalizando 17 respostas. Houve 4 respostas para empregada doméstica. Outras respostas (1 indicação cada): autônoma faxineira, copeira, “margarida” na

⁴³ Fepasa = Ferrovias Paulistas S/A., hoje Ferroban = Ferrovia Bandeirantes S/A

prefeitura, “na roça”. Houve também aquela resposta em que a pessoa disse não se lembrar por ter saído muito cedo de casa.

- no grupo B, 7 responderam dona de casa, 4 do lar e 3 doméstica, totalizando 14 repostas. Houve 3 respostas citando aposentada e 2 falecida. Outras repostas (1 indicação cada): vendedora, vendedora de roupas, ajudante geral, cozinheira, empregada doméstica, costureira e babá na creche.

- considerando os dois grupos, houve 31 respostas com o mesmo significado (do lar, dona de casa e doméstica). A resposta mais citada depois dessa foi empregada doméstica, com 5 indicações.

10. Qual o nível de instrução de

a) seu pai?

Com relação ao nível de instrução do pai:

- no grupo A, houve 8 respostas para 4^a série, 5 para 8^a série, 3 para 3^a série, 2 para 5^a série e 3 nenhum, além de 2 “não sei” e 1 “não me lembro”. Outras repostas (1 indicação cada): 6^a série e nunca foi à escola.

- no grupo B, houve 8 respostas para 4^a série, 3 para 8^a série, 2 para 3^o grau, além de 2 que não responderam. Outras repostas (1 indicação cada): 5^a série, 3^a série, 1^a série, 1^o grau incompleto, analfabeto, primário, 4^o ano primário completo, alfabetizado, 2^a série do 1^o colegial, 2^o grau. Outra pessoa com o pai falecido não respondeu.

- considerando os dois grupos houve maior número de respostas para 4^a série (16), seguida de 8 para 8^a série.

Conforme se pode verificar pelas repostas, embora varie bastante, o nível de instrução do pai, em mais de 50% dos casos, não passou da 4^a série. Percebe-se, também, que, no grupo A, o índice de analfabetismo entre os pais é de, no mínimo, 17%.

b) sua mãe?

Com relação ao nível de instrução da mãe:

- no grupo A, houve 8 respostas para 4ª série, 3 para 8ª série, 3 para 5ª série e 3 nenhum. Houve 2 respostas analfabeta e 2 “não tem estudo”. Outras respostas (1 indicação cada): 7ª série, “4ª série de antigamente”, magistério, “não saiu da 1ª série”, “não sei”.

- no grupo B, houve 4 respostas para 4ª série, 3 para analfabeta, 1 “não estudou”, 2 para 8ª série, 2 para 5ª série, 2 para 1º grau, 2 não responderam e outros 2 não responderam por ser a mãe falecida. Outras respostas (1 indicação cada): primário, 7ª série, 3ª série, 2ª série, 3º ano primário incompleto, alfabetizada, ensino supletivo (1º colegial) e 1º colegial.

- considerando os dois grupos, também houve maior número de respostas para 4ª série (12), seguidas de 5 para analfabeta, 3 para nenhuma e 2 “não tem estudo”, totalizando 10 indicações.

Da mesma forma que no caso do pai, o nível de instrução da mãe, em mais de 50% dos casos não passou da 4ª série. Observamos também que, de um modo geral, a escolaridade da mãe é menor que a do pai. Notamos que, no grupo A, o índice de analfabetismo entre as mães é de, no mínimo, 30%.

11. Se não reside com seus pais, qual o nível de instrução das pessoas com quem você mora?

- no grupo A, a maioria (16), por residir com os pais, nada respondeu. Das 4 que residem com o marido, 2 responderam que terminaram o colegial e outras 2 não responderam. 1 que reside com o marido e filhos, respondeu: marido - 2º grau completo e fazendo computação, filhos - estão estudando, 1 que reside com a esposa respondeu 8ª série. Demais respostas (1 indicação cada): filha - técnica em contabilidade, filho - 2º colegial, outro filho - 1º colegial; tio - 5ª série, tia - 3ª série; avô - 4ª série, avó - professora primária e ginásial; tio - 3º colegial, tia - fazendo magistério, primos - 1º colegial, 7ª e 4ª série.

- no grupo B, também a maioria (16), por residir com os pais, nada respondeu. Os demais entrevistados responderam (1 indicação cada): marido - 5ª série; marido - superior, irmã - está no 2º grau; marido - 2º grau incompleto, filhas - 1ª série do 1º grau; esposa - 7ª série; esposa - 2º grau completo; esposa - 1º grau concluído, 2 filhos concluíram o 2º grau, 2 filhos no 2º grau, 1 filho no 1º grau; filhos estão estudando; tia - técnica em contabilidade; filho - 2º ano de faculdade, filha - cursando 2º grau; 1 filha - concluiu o 2º grau, a outra está no 2º grau.

12. Qual é a renda mensal da unidade doméstica da qual você faz parte?

- no grupo A, houve 7 respostas para de 1 a 3 salários mínimos, 9 para mais de 3 até 5 salários mínimos, 3 para mais de 5 até 7 salários mínimos, 3 para mais de 7 até 10 salários mínimos e 2 para mais de 10 salários mínimos. Um entrevistado, que reside com os avós, respondeu “não tenho idéia”. Outra entrevistada, que reside com o marido, respondeu que ele está desempregado.

- no grupo B, houve 12 respostas para de 1 a 3 salários mínimos; 5 para mais de 3 até 5 salários mínimos; 5 para mais de 5 até 7 salários mínimos; 1 para mais de 7 até 10 salários mínimos, 1 para mais de 10 salários mínimos, 1 não respondeu e 1 assinalou duas opções.

13. Cite o número de pessoas que vivem da renda familiar indicada na questão anterior (incluindo você).

- no grupo A,

- das 7 respostas para de 1 a 3 salários mínimos, houve 3 para duas pessoas, 1 para três pessoas, 1 para quatro pessoas, 1 para cinco pessoas e 1 para seis ou mais pessoas.

- das 9 respostas para de mais de 3 até 5 salários mínimos, houve 1 para três pessoas, 3 para quatro pessoas, 2 para cinco pessoas e 3 para seis ou mais pessoas.

- das 3 respostas para mais de 5 até 7 salários mínimos, houve 1 para quatro pessoas, 1 para cinco pessoas e 1 para seis pessoas.

- das 2 respostas para mais de 7 até 10 salários mínimos, houve 1 para três pessoas e 1 para quatro pessoas.

- das 3 pessoas para mais de 10 salários mínimos, houve 1 para três pessoas, 1 para quatro pessoas e 1 para seis ou mais pessoas.

- no grupo B,

- das 12 respostas para de 1 a 3 salários mínimos, houve 3 para duas pessoas, 2 para três pessoas, 2 para quatro pessoas, 3 para cinco pessoas e 2 para seis ou mais pessoas.

- das 5 respostas para mais de 3 até 5 salários mínimos, houve 3 para cinco pessoas e 2 para seis ou mais pessoas.

- das 5 respostas para mais de 5 até 7 salários mínimos, houve 1 para quatro pessoas, 1 para cinco pessoas e 3 para seis ou mais pessoas.

- a única resposta para mais de 7 até 10 salários mínimos, afirma que vivem da mesma renda seis pessoas.

- a única resposta para mais de 10 salários mínimos, afirma que vivem da mesma renda quatro pessoas.

14. Você trabalha?

- no grupo A, 10 trabalham e 16 não trabalham. Entre as pessoas que trabalham, uma está afastada por tendinite.

- no grupo B, 17 trabalham, 8 não trabalham e 1 está aposentada.

- considerando os dois grupos, 27 trabalham, 24 não trabalham e 1 está aposentada.

Notamos que no grupo B, onde estão os que abandonaram os estudos e não mais retornaram à escola, o número de pessoas que trabalham é bem maior.

VOCÊ TRABALHA?	
Sim	52,9%
Não	47,1%

Quadro 15

a) Desde quando?

- no grupo A, houve 2 respostas 1998, sendo as demais (1 indicação cada): 1982, 1984, 1985, 1989, 1991, 1992, 1996. Um outro entrevistado respondeu que trabalha há um mês.

- no grupo B, houve 3 respostas 1999, 3 para 1998, 3 para 1995 e 2 para 1992, sendo as demais (1 indicação cada): 1966, 1969, 1973, 1975, 1989, 1994.

b) Onde?

- no grupo A, obtivemos as seguintes respostas: em casa de família (2 indicações) e, como empregada doméstica, como ajudante de pedreiro e pintor, como cabeleireiro, com vendas, na OSSEL⁴⁴, Só resta sorrir⁴⁵, no Clube Santana⁴⁶, afastado por tendinite (1 indicação cada).

- no grupo B, obtivemos 2 respostas como autônomo, sendo que as demais (1 indicação cada) foram: salão de cabeleireiro, com moda íntima, ADPM⁴⁷ e Drogasil, babá na casa dos tios, Alcoa, borracharia e escritório, casa de família, serralheria, JF serviços elétricos, padaria, panificadora Ouro Fino, Perfect Sound, tecelagem. Houve também: 1 resposta “ao lado da minha casa” e 1 que citou o bairro (Sorocaba I).

c) Quantas horas?

- no grupo A, obtivemos as seguintes respostas (1 indicação cada): 4 h, 5 h, 6 h, 8 h, 10 h, “das 7 horas da manhã às 5 e meia da tarde”, “como é próprio não tem horário fixo”, “eu entro às 8 horas e saio de lá parar vir para a

⁴⁴ OSSEL = Organização Sorocabana SEOL Empreendimentos de Luto Ltda.

⁴⁵ Só resta sorrir = Só resta sorrir Indústria e Comércio Ltda.

⁴⁶ Clube Santana = Santana Atlético Clube.

⁴⁷ ADPM = Associação Desportiva Polícia Militar.

escola”, “das 8 e 30 às 16 horas”. A pessoa que está afastada por tendinite não respondeu.

- no grupo B, obtivemos as seguintes respostas: 8 h (8 indicações), 10 h (2 indicações), 7,5 h, 13 h, “Drogasil - 8 h e ADPM - 8 h”, “qualquer hora”, “dia inteiro”, “meio período”, “45 semanais”.

d) Quanto recebe?

- no grupo A, obtivemos as seguintes respostas (1 indicação cada): R\$ 1.200,00, de R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00, R\$ 800,00, R\$ 290,00, R\$ 220,00, R\$ 205,00, R\$ 160,00, R\$ 130,00, R\$ 120,00, 1 salário.

- no grupo B, obtivemos as seguintes respostas (1 indicação cada): R\$ 600,00, R\$ 400,00, R\$ 380,00, R\$ 350,00, R\$ 100,00, 2 salários. Também encontramos: R\$ 20,00 por semana (a entrevistada que trabalha em salão de cabeleireiro), R\$ 1,35 por hora (o entrevistado que trabalha na Alcoa) e R\$ 80,00 (por meio período, a pessoa que trabalha em casa de família). Obtivemos ainda: 2 respostas R\$ 480,00, 2 respostas R\$ 280,00, 3 respostas 1 salário mínimo e 1 que não respondeu.

e) Você tem carteira de trabalho assinada?

- no grupo A, 3 responderam que possuem carteira de trabalho assinada, as demais (7) não.
- no grupo B, 9 responderam que possuem carteira de trabalho assinada, as demais (8) não.
- considerando os dois grupos, das 27 pessoas que trabalham, 12 possuem carteira de trabalho assinada e 15 não.

VOCÊ TEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA?	
Sim	44,4%
Não	55,5%

Quadro 16

f) Você está satisfeito com o seu trabalho? Por quê?

- no grupo A, obtivemos as seguintes respostas:

- “Não. Ganho muito pouco e eu queria trabalhar registrada e lá não sou registrada”. (F, 36, trabalha como empregada doméstica e ganha R\$ 160,00)

- “Estou”. (M, 22, trabalha como ajudante de pedreiro e pintor e ganha R\$ 220,00)

- “Sim, porque ganho bem”. (M, 20, trabalha na OSSEL e ganha de R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00)

- “Estou porque estou bem sossegado e é próprio, não é?”. (M, 18, trabalha como cabeleireiro e ganha R\$ 800,00)

- “Sim, porque é uma renda boa só para mim mesma, que dá para mim estudar e dar para os meus pais”. (F, 17, trabalha na “Só resta sorrir” e ganha R\$ 205,00)

- “Ele é bom para mim, só que não sou registrada e elas não têm condição de registrar”. (F, 18, uma das pessoas que trabalha em casa de família, ganha R\$ 130,00)

- “Não estou satisfeita não, mas dá para ir levando. Enquanto eu não acho outro melhor vou ficando neste”. (F, 18, outra das pessoas que trabalha em casa de família, ganha R\$ 120,00)

- “Satisfeito não, apesar de ter bom salário. Se eu tivesse uma base desde o começo eu poderia estar num nível melhor”. (M, 28, trabalha com vendas e ganha R\$ 1.200,00)

- “Estou”. (M, 17, trabalha no Clube Santana e ganha um salário)

Das 10 pessoas que trabalham, percebemos que 6 estão satisfeitas e 3 insatisfeitas. A pessoa que está afastada por tendinite respondeu que está insatisfeita porque não está trabalhando por problema de saúde.

- no grupo B, obtivemos as seguintes respostas:

- “Sim, porque gosto do que faço”. (M, 21, trabalha na *Perfect sond* e ganha R\$ 480,00)

- “Porque o salário é pouco”. (F, 14, trabalha em salão de cabeleireiro e ganha R\$ 20,00 semanais)
- “Sim, porque é o que eu gosto” (F, 17, trabalha com moda íntima e ganha R\$ 350,00)
- “Sim, porque é bom e satisfatório”. (M, 46, trabalha na ADPM e Drogasil e ganha R\$ 380,00)
- “Sim”. (M, 23, trabalha como autônomo, não respondeu quanto ganha)
- “Não, porque eu quero voltar a estudar para ser alguém na vida”. (F, 19, trabalha como babá na casa dos tios e ganha 1 salário)
- “Sim, a remuneração não é tão baixa”. (M, 22, trabalha na Alcoa e ganha R\$ 1,35 por hora)
- “Sim”. (M, 44, trabalha na borracharia e escritório e ganha 1 salário mínimo)
- “Não, porque não trabalho mais”. (F, 18, trabalha em casa de família e ganha R\$ 80,00 por meio período)
- “Sim, porque eu gosto do que eu faço”. (M, 38, trabalha em serralheria e ganha 1 salário mínimo)
- “Não poderia ser uma coisa melhor”. (M, 21, trabalha como autônomo e ganha 2 salários)
- “Sim, porque eu gosto da profissão que exerço”. (M, 27, trabalha na JF serviços elétricos e ganha R\$ 480,00)
- “Sim, porque é legal”. (M, 18, trabalha em padaria e ganha R\$ 280,00)
- “Sim”. (F, 24, trabalha em tecelagem e ganha R\$ 600,00)
- “Estou, porque gosto do que eu faço”. (F, 24, trabalha na panificadora Ouro Fino e ganha R\$ 480,00)

Das duas pessoas que não citaram a atividade, uma (F, 20, trabalha ao lado da sua casa e ganha R\$ 100,00) respondeu: “Não, porque eu recebo muito

pouco”; a outra (M, 18, trabalha no Sorocaba I e ganha R\$ 280,00) respondeu: “Não, se eu tivesse estudos seria melhor”.

Das 17 pessoas que trabalham, percebemos que 12 estão satisfeitas e 5 insatisfeitas.

- considerando os dois grupos, verificamos que a maioria (18 em 26) está satisfeita com seu trabalho.

VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM O SEU TRABALHO?	
Sim	69,2%
Não	30,7%

Quadro 17

15. Quais os motivos que o levaram a trabalhar?

- no grupo A, das 10 pessoas que trabalham, obtivemos as seguintes respostas:

- “Eu gosto de ter o meu dinheiro, não gosto de depender dele (*marido*). Ele não gosta muito que eu vá trabalhar, mas eu gosto de ter o meu”.

(F, 36)

- “Para sustentar a família”. (M, 22)

- “Financeiro”. (M, 20)

- “A minha independência”. (M, 18)

- “Precisava ajudar em casa e também precisava na escola material”. (F, 17)

- “Preciso trabalhar para ajudar meu marido e minha mãe”. (F, 18)

- “Na época, necessidade”. (M, 28)

- “Precisão, não é?”. (F, 18)

- “Ajudar minha mãe”. (M, 17)

- “Porque a renda familiar era muito baixa, para não passar fome fui obrigado a trabalhar”. (M, 22, no momento está afastado por tendinite)

pouco”; a outra (M, 18, trabalha no Sorocaba I e ganha R\$ 280,00) respondeu: “Não, se eu tivesse estudos seria melhor”.

Das 17 pessoas que trabalham, percebemos que 12 estão satisfeitas e 5 insatisfeitas.

- considerando os dois grupos, verificamos que a maioria (18 em 26) está satisfeita com seu trabalho.

VOCÊ ESTÁ SATISFEITO COM O SEU TRABALHO?	
Sim	69,2%
Não	30,7%

Quadro 17

15. Quais os motivos que o levaram a trabalhar?

- no grupo A, das 10 pessoas que trabalham, obtivemos as seguintes respostas:
 - “Eu gosto de ter o meu dinheiro, não gosto de depender dele (*marido*). Ele não gosta muito que eu vá trabalhar, mas eu gosto de ter o meu”. (F, 36)
 - “Para sustentar a família”. (M, 22)
 - “Financeiro”. (M, 20)
 - “A minha independência”. (M, 18)
 - “Precisava ajudar em casa e também precisava na escola material”. (F, 17)
 - “Preciso trabalhar para ajudar meu marido e minha mãe”. (F, 18)
 - “Na época, necessidade”. (M, 28)
 - “Precisão, não é?”. (F, 18)
 - “Ajudar minha mãe”. (M, 17)
 - “Porque a renda familiar era muito baixa, para não passar fome fui obrigado a trabalhar”. (M, 22, no momento está afastado por tendinite)

Outras respostas:

- “Não por necessidade, mas para ter minhas coisinhas”. (M, 25, no momento não está trabalhando)

- “Era porque eu ficava muito em casa, queria me ocupar. Meu pai dava o principal, ele não podia dar mais”. (F, 21, no momento, não está trabalhando)

• no grupo B, das 17 pessoas que trabalham, obtivemos as seguintes respostas:

- “Motivo de precisão”. (M, 21)

- “Necessidades”. (F, 14)

- “Por necessidade”. (F, 17)

- “Para ter o meu dinheiro”. (F, 20)

- “Para o sustento de minha família”. (M, 46)

- “Dinheiro”. (M, 23)

- “Ter parado os estudos”. (F, 19)

- “Necessidade”. (M, 22)

- “Necessidade para poder viver”. (M, 44)

- “Eu tenho uma filha para criar”. (F, 18)

- “Para ter o meu próprio dinheiro”. (M, 38)

- “Para poder sustentar a família”. (M, 21)

- “Dificuldade”. (M, 27)

- “Ajudar a mãe”. (M, 18)

- “Falta de dinheiro, para ajudar minha mãe”. (M, 18)

- “Para ajudar minha família”. (M, 47)

- “Para ajudar na casa e para ter o meu próprio dinheiro”. (F, 24)

Outras respostas:

- “A falta de dinheiro”. (M, 17, pessoa que só trabalhou 3 meses)

- “Necessidade financeira”. (M, 20, pessoa que está desempregada)

- “É o desejo de construir um lar próprio”. (M, 48, pessoa aposentada)

- “Problemas pessoais”. (F, 33, pessoa que também está desempregada)

- considerando os dois grupos, concluímos que a quase totalidade começou a trabalhar por motivos financeiros.

16. Você é filiado a alguma associação e/ou sindicato?

- no grupo A, das 10 pessoas que trabalham, apenas 1 é filiada a alguma associação e/ou sindicato.

- no grupo B, de 17 pessoas que trabalham, 4 são filiadas a alguma associação e/ou sindicato. A pessoa aposentada é filiada ao sindicato dos ferroviários.

- considerando os dois grupos, do total de 28 pessoas (27 que trabalham e 1 aposentado), apenas 5 são filiadas a alguma associação e/ou sindicato.

VOCÊ É FILIADO A ALGUMA ASSOCIAÇÃO E/OU SINDICATO?	
Sim	17,8%
Não	82,1%

Quadro 18

17. Se desempregado, falar o que fazia no último emprego.

- no grupo A, obtivemos as seguintes respostas: ajudante geral, operador de máquinas, balconista de uma sorveteria.

- no grupo B, obtivemos as seguintes respostas: balconista, auxiliar de escritório, ajudante, representante de cigarro, empregada doméstica, merendeira, ajudante de supermercado.

18. Por que você saiu do emprego?

- no grupo A, obtivemos como resposta:

- “Porque eu quis”. (M, 19, era ajudante geral)

- “Eu saí justamente para casar, eu queria esse dinheiro para fazer uma festa e também estava descontente”. (M, 25, era operador de máquinas)

- “Devido à falência da sorveteria”. (F, 21, era balconista)
 - “Discuti com o patrão”. (M, 19, não citou o que fazia)
 - “Mudei de residência e de cidade”. (M, 19, não citou o que fazia)
 - no grupo B, obtivemos como resposta:
 - “Mudei de cidade”. (F, 18, era balconista)
 - “Fui mandado embora”. (M, 19, era auxiliar de escritório)
 - “Porque eram apenas três meses”. (M, 17, o emprego era por três meses, não citou o que fazia)
 - “Falência”. (M, 20, era ajudante)
 - “Porque a firma faliu”. (M, 44, era representante de cigarro)
 - “Fui mandada embora”. (F, 18, era empregada doméstica)
 - “Fui mandada embora”. (F, 33, era merendeira)
 - “Faliu”. (M, 21, era ajudante de supermercado)
- Duas pessoas saíram do emprego por se aposentarem.
- considerando os dois grupos, para a saída do emprego, as pessoas alegaram: falência (4), ter sido mandado(a) embora (3), mudança de cidade (2), ter se aposentado (2), outras respostas (4).

POR QUE VOCÊ SAIU DO EMPREGO?	
Por motivo de falência	26,6%
Ter sido mandado(a) embora	20,0%
Por mudança de cidade	13,3%
Ter se aposentado	13,3%
Outras respostas	26,6%

Quadro 19

4.2. As razões da evasão.

Neste item, analisamos as questões de 19 a 33 do roteiro de entrevista, onde as pessoas, além de outros aspectos, explicam por que deixaram de estudar, a quem atribuem a culpa e como vêem a escola.

19. Em que turno (manhã, tarde, noite, outro) estudava quando abandonou os estudos?

- no grupo A, 11 estudavam à noite, 11 à tarde e 3 de manhã. Uma pessoa respondeu que abandonou a escola duas vezes: na primeira, estudava de manhã e na segunda, à tarde.
- no grupo B, 14 estudavam à noite, 9 à tarde e 2 de manhã. Uma pessoa não respondeu.
- considerando os dois grupos, obtivemos: noite = 25 (50%), tarde = 20 (40%) e manhã = 5 (10%).

EM QUE TURNO ESTUDAVA QUANDO ABANDONOU OS ESTUDOS?	
Noite	50%
Tarde	40%
Manhã	10%

Quadro 20

20. Por que você deixou de estudar?

- no grupo A, notamos que o abandono dos estudos está relacionado: em 11 respostas a razões econômicas (trabalho), em 4 respostas a problemas familiares (doença, casamento e gravidez), em 3 respostas ao fato de não haver escola perto, não haver vaga, em 3 respostas à percepção de reprovação, em 2 respostas ao fato de não gostar da escola e não se interessar pelas aulas, em 3 respostas a outros motivos.

- no grupo B, notamos que o abandono de estudos está relacionado: em 12 respostas a razões econômicas, em 8 respostas ao fato de não gostar da escola e não se interessar pelas aulas, 2 respostas a problemas familiares (doença, casamento e gravidez), em 1 resposta ao fato de não haver vaga, em 3 respostas a outros motivos.

Observamos também que neste grupo, constituído por pessoas que não mais retornaram à escola, a evasão escolar devido ao fato de não gostar da escola e não se interessar pelas aulas foi quatro vezes maior do que a do grupo A.

- considerando os dois grupos, notamos que o abandono escolar está relacionado: em 23 respostas (44,2%) a razões econômicas (trabalho), em 10 respostas (19,3%) ao fato de não gostar da escola e não se interessar pelas aulas, em 6 respostas (11,5%) a problemas familiares (doença, casamento e gravidez), em 4 respostas (7,7%) ao fato de não haver escola perto, não haver vaga, em 3 respostas (5,8%) à percepção de reprovação, em 6 respostas (11,5%) a outros motivos.

POR QUE VOCÊ DEIXOU DE ESTUDAR?	
Razões econômicas (trabalho)	44,2%
Não gostar da escola, não se interessar pelas aulas	19,3%
Problemas familiares (doença, casamento e gravidez)	11,5%
Não haver escola perto, não haver vaga	7,7%
Percepção de reprovação	5,8%
Outros motivos	11,5%

Quadro 21

21. A quem você atribui a culpa? À escola? A sua família? Ao trabalho? Outros.

- no grupo A, 11 atribuem a culpa a si mesma(o), 5 atribuem a culpa ao trabalho, 2 atribuem a culpa ao trabalho e a si mesma(o), 2 atribuem a culpa à escola, 2 atribuem a culpa à família, 4 atribuem a culpa a outros motivos.

- no grupo B, 8 atribuem a culpa ao trabalho, 6 atribuem a culpa a si mesma(o), 3 atribuem a culpa à escola, 3 atribuem a culpa à família, 1 atribui a culpa à mãe e à escola, 5 atribuem a culpa a outros motivos.

- considerando os dois grupos, 19 atribuem a culpa a si mesma(o), 15 atribuem a culpa ao trabalho, 6 atribuem a culpa à escola, 6 atribuem a culpa à família, 9 atribuem a culpa a outros motivos.

Nesta questão, como, do total de 52 pessoas, 3 citaram dois motivos, aparecem 55 respostas.

A QUEM VOCÊ ATRIBUI A CULPA?	
Mim mesma(o)	34,5%
Trabalho	27,3%
Escola	10,9%
Família	10,9%
Outros motivos	16,4%

Quadro 22

22. Como sua família explica o fato de você ter deixado de estudar?

- no grupo A, agrupamos as opiniões nas seguintes categorias: não gostou, criticou = 22, aceitou normalmente, entendeu o motivo = 3, não se intrometeu = 1.

- no grupo B, agrupamos as opiniões nas seguintes categorias: não gostou, criticou = 11, não opinou, não se intrometeu = 6, aceitou o fato normalmente, entendeu o motivo = 2, outras = 6.

- considerando os dois grupos, obtivemos: não gostou, criticou = 33 (63,4%), não opinou, não se intrometeu = 7 (13,5%), aceitou o fato normalmente, entendeu o motivo = 5 (9,6%), outras respostas = 7 (13,5%).

COMO SUA FAMÍLIA EXPLICA O FATO DE VOCÊ DEIXAR DE ESTUDAR?	
Não gostou, criticou	63,4%
Não opinou, não se interessou	13,5%
Aceitou o fato normalmente, entendeu o motivo	9,6%
Outras respostas	13,5%

Quadro 23

Seguem algumas respostas obtidas:

- “Eles não queriam que eu parasse, mas tive que parar, fazer o quê? Eu trabalhava, então não dava para fazer as duas coisas”. (A, F, 36)

- “Pensaram que eu não deveria deixar de estudar. Não dava para deixar de trabalhar”. (A, M, 22)

- “Minha mãe não gostou”. (A, M, 19)

- “Minha família praticamente pensava que eu vinha para a escola. Quando descobriu levei uma bela bronca”. (A, M, 18)

- “Meu pai ficou muito bravo, minha mãe também”. (A, F, 18)

- “Eles não gostaram nada. Meu pai não foi a favor”. (A, M, 25)

- “No momento fica todo mundo chateado, mas por outro lado havia as necessidades das pessoas que moravam na casa, naquela ocasião. Preferi o trabalho”. (A, M, 28)

- “Minha mãe não achou muito bom. Meu pai, ele não queria que eu parasse de estudar, mas eu estava querendo muito trabalhar”. (A, F, 18)

- “Meu pai criticou bastante, disse que mais futuramente eu iria me arrepender. Ia sentir falta daquilo ali”. (A, F, 21)

- “Neutra. Foi uma decisão minha”. (A, M, 19)

- “Minha família não aprovou”. (B, F, 20)
- “Aceitou o fato normalmente”. (B, M, 46)
- “Meus pais ficaram bravos na hora”. (B, F, 38)
- “Não explicam nada, não se intrometem em nada”. (B, M, 18)

23. Para você, qual é a finalidade da escola?

Obtivemos as seguintes categorias de percepção da escola:

possibilitar melhores empregos

- “Crescer mais para a frente, arrumar uma profissão”. (A, M, 22)
- “É bom estudar porque assim, mais para frente, a gente vai conseguir um emprego melhor”. (A, F, 18)
- “Para mim melhorar mais de vida e conseguir um emprego melhor, lógico, não é? Do jeito que está duro hoje em dia a situação com o estudo está ruim, imagine sem”. (A, F, 18)
- “Eu determino a escola com um objetivo único: um crescimento de vida meu, para que eu possa amanhã ter um campo de trabalho mais aberto”. (A, M, 28)
- “É bom porque tem um bom emprego”. (B, F, 24)

ensinar, adquirir conhecimento

- “Tem que estar sempre evoluindo, os meus filhos perguntam alguma coisa, a gente não sabe responder. Tem que estar por dentro”. (A, F, 36)
- “Aprender muitas coisas”. (B, F, 17)
- “Depende. A escola hoje em dia é para aprender, embora não aprenda muito”. (A, M, 25)
- “Adquirir mais conhecimentos”. (A, F, 18)
- “Para aprender”. (A, F, 18)
- “É de aprender mais e mais”. (B, M, 15)
- “Educar e preparar o aluno para o futuro”. (B, M, 20)

permitir um futuro melhor

- “É o meu futuro. Eu quero ser alguma coisa”. (A, F, 17)

- “Eu acho que é as portas abertas para o futuro. O aprendizado da vida da gente”. (A, F, 18)

- “Bem, eu busco a escola para ver se no caso eu consigo melhorar meu futuro”. (A, M, 22)

- “Para ter um futuro melhor”. (A, M, 17)

- “Uma preparação para o futuro”. (B, F, 18)

- “Encaminhar os jovens para um futuro melhor”. (B, M, 46)

- “Um futuro melhor”. (B, M, 22)

- no grupo A. obtivemos: possibilitar melhores empregos = 5, ensinar, adquirir conhecimento = 8, permitir um futuro melhor = 10, outras = 5. Obs: do total de 26 pessoas, 2 citaram 2 finalidades, totalizando, portanto, 28 respostas.

- no grupo B, obtivemos: possibilitar melhores empregos = 1, ensinar, adquirir conhecimento = 10, permitir um futuro melhor = 5, nenhuma = 1, outras = 10. Obs: do total de 26 pessoas, 1 citou 2 finalidades, totalizando, portanto, 27 respostas.

- considerando os dois grupos, obtivemos: possibilitar melhores empregos = 6 (10,9%), ensinar, adquirir conhecimento = 18 (32,7%), permitir um futuro melhor = 15 (27,3%), nenhuma = 1 (1,8%), outras = 15 (27,3%). Obs: do total de 52 pessoas, 3 citaram 2 finalidades, totalizando, portanto, 55 respostas.

PARA VOCÊ, QUAL É A FINALIDADE DA ESCOLA?	
Ensinar, adquirir conhecimento	32,7%
Permitir um futuro melhor	27,3%
Possibilitar melhores empregos	10,9%
Nenhuma	1,8%
Outras	27,3%

Quadro 24

24. Explique com suas palavras por que os alunos deixam de estudar.

- no grupo A, obtivemos as seguintes categorias: razões econômicas (trabalho) = 16, problemas familiares (casamento, falta de incentivo por parte dos pais) = 5, falta de interesse/vontade, preguiça de ir à escola = 3, más companhias = 1, não gostar da escola = 2, problemas na sala de aula (“bagunça”, ensino ultrapassado) = 3, falta de vagas = 1, drogas = 2, outras = 2. Obs: do total de 26 pessoas, 9 citaram 2 motivos, totalizando, portanto, 35 respostas.

- no grupo B, obtivemos as seguintes categorias: razões econômicas (trabalho) = 13, problemas familiares (casamento, falta de incentivo por parte dos pais) = 5, falta de interesse/vontade, preguiça de ir à escola = 8, más companhias = 1, não gostar da escola = 2, outras = 5. Obs: do total de 26 pessoas, 8 citaram 2 motivos, totalizando, portanto, 34 repostas.

- considerando os dois grupos, obtivemos as seguintes categorias: razões econômicas = 29 (42,0%), problemas familiares (casamento, falta de incentivo por parte dos pais) = 10 (14,5%), falta de interesse/vontade, preguiça de ir à escola = 11 (15,9%), más companhias = 2 (2,9%), não gostar da escola = 4 (5,8%), problemas na sala de aula (“bagunça”, estudo ultrapassado) = 3 (4,3%), falta de vagas = 1 (1,5%), drogas = 2 (2,9%), outras = 7 (10,1%). Obs: do total de 52 pessoas, 17 citaram 2 motivos, totalizando, portanto, 69 respostas.

Para explicar por que os alunos deixam de estudar, houve 2 respostas para drogas e 1 para falta de vagas. Esses valores sugerem uma pesquisa mais ampla, pois, se forem confirmados, permitirão concluir que a falta de vagas está influenciando menos que o problema de drogas.

EXPLIQUE COM SUAS PALAVRAS POR QUE OS ALUNOS DEIXAM DE ESTUDAR.	
Razões econômicas (trabalho)	42,0%
Falta de interesse/vontade, preguiça de ir à escola	15,9%
Prob. familiares (cas., falta de incentivo por parte dos pais)	14,5%
Não gostar da escola	5,8%
Problemas na sala de aula (“bagunça”, ensino ultrapassado)	4,3%
Falta de vagas	1,5%
Drogas	2,9%
Outras respostas	10,1%

Quadro 25

Seguem algumas respostas obtidas:

- “Eu acho que, de certa forma, os pais mesmo. O governo que não dá condições. Muita gente não tem condições financeiras. Tem que trabalhar hoje. Não tem estímulo dos pais”. (A, F, 37)

- “Eu acho que é mais por preguiça de ir à escola. Eles são muito acomodados e, se não têm um empurrãozinho dos pais, eles não vão. Eu vejo pelo meu filho. Se a gente não cutucar eles querem faltar todos os dias. Numa hora abandona”. (A, F, 36)

- “Na minha opinião, na maioria das vezes é o trabalho. Tem muitas pessoas que deixam de estudar para trabalhar, para ajudar o pai e a mãe. Tem também que são poucos que param de estudar à toa”. (A, M, 22)

- “Tem uns que é por preguiça; a grande maioria trabalha o dia inteiro e quer sair à noite”. (A, M, 18)

- “Às vezes é as condições da escola, às vezes não está se dando com o professor, não é? Está numa classe, não está legal com a classe, quer mudar e a direção não muda”. (A, F, 17)

- “Porque trabalham e chegam tarde”. (A, F, 18)

- “Muitas vezes é por falta de recursos e falta de apoio dos próprios pais e amigos, porque acha que estudar não vale a pena, mas vale”. (A, F, 18)
- “Muitas vezes é o emprego, não é? Porque começa a trabalhar e dificulta manter o trabalho e a escola”. (A, M, 25)
- “Alguns precisam de trabalhar, outros não têm interesse”. (A, F, 18)
- “A falta de apoio dos pais. O pai não pode obrigar, mas tem que incentivar o filho ao máximo. E também por causa do serviço”. (A, F, 21)
- “Bagunça na classe”. (A, F, 19)
- “Para trabalhar, casar, etc “. (B, M, 19)
- “A maioria por falta de vontade”. (B, F, 14)
- “Às vezes por causa de emprego e as vezes por seus pais não ligarem”. (B, M, 17)
- “Por más companhias, ou necessidade, ou até mesmo perde o interesse pela escola”. (B, F, 20)
- “Porque a maioria dos jovens precisa trabalhar”. (B, M, 46)
- “A maioria para trabalhar, outros pela falta de estímulo”. (B, F, 19)
- “No meu caso foi falta de vontade de estudar”. (B, F, 18)
- “Bem, eu parei porque minha mãe tirou eu da escola”. (B, M, 18)
- “Porque muitos têm que trabalhar para ajudar a família”. (B, F, 24)

25. Na sua opinião, quem se sai melhor na vida?

Com relação a quem se sai melhor na vida, 46 pessoas responderam ser as pessoas que estudam. As outras 6 respostas foram: “Não sei”, “Na minha opinião, é aquela que tem muita força de vontade”, “Quem é esperto, tem vontade de trabalhar, mesmo não tendo estudo”, “Quem se decide a lutar e vencer”, “Filhos de políticos, pessoas idem”, “Os ricos”.

QUEM SE SAI MELHOR NA VIDA/?	
Quem estuda	88,5%
Outras respostas	11,5%

Quadro 26

26. Dê sua opinião de alguns aspectos de como era sua escola.

A escola, de acordo com expressões utilizadas pelas pessoas, era: boa, ótima, organizada = 24; desorganizada, “bagunçada”, péssima = 10. Outras respostas: sem liberdade, rígida = 3; melhor que hoje = 3, pior do que agora = 1, não mudou muito = 1, normal e era do Estado = 1, grande e mal acabada = 1. Houve ainda 9 respostas com categorias diferentes das anteriormente citadas. Obs: do total de 52 pessoas, 1 citou 2 aspectos, totalizando, portanto, 53 respostas.

COMO ERA SUA ESCOLA?	
Boa, ótima, organizada	45,3%
Desorganizada, “bagunçada”, péssima	18,9%
Sem liberdade, rígida	5,6%
Melhor que hoje	5,6%
Pior do que agora	1,9%
Não mudou muito	1,9%
Normal e era do Estado	1,9%
Grande e mal acabada	1,9%
Outras respostas	17,0%

Quadro 27

A seguir transcrevemos metade das 52 opiniões de como era a escola:

- “Boa, muito boa, rígida. Eu lembro que os diretores eram muito rígidos com a gente. Na época eu achava aquilo um absurdo. Hoje eu tenho consciência que deve ser assim. Se não tiver um pulso com a criançada de hoje, não tem como”. (A, F, 37)

- “Na minha época já tinha bagunça. Aquele negócio de ficar matando aula e a gente sempre vai no embalo e acaba desistindo também. A escola era boa” (A, F, 36)

- “A escola era bem mais presa, a gente não tinha liberdade nenhuma. Lá era trancado, não podia sair. Ficava presa. Ficava por obrigação”. (A, M, 20)

- “Onde eu estudava era horrível. É muito desorganizado”. (A, F, 17)

- “Quando eu comecei era tudo bagunçado. Depois, mais para a frente, melhorou”. (A, F, 18)

- “A escola era meio abandonada. Não era bem legal, certinha. Era meio longe. A turma que estuda lá era mais do bairro. Não gostava de estudar lá”. (A, F, 18)

- “A escola era boa, tinha vários amigos professores, colegas, estava num ambiente bem familiarizado e, no caso, eu me arrependi muito de ter parado naquela época”. (A, M, 22)

- “É uma escola boa. Tinha bons professores”. (A, M, 17)

- “Eu não sei, foi meu primeiro ano lá. Eu faltei tanto, matei tanta aula que não descobri como era a escola. Foi um ano assim: antes da metade do ano já estava condenado e já não queria mais estudar e já parei. Então eu não tenho o que dizer”. (A, M, 25)

- “A escola não mudou muito. Hoje ela é mais aberta”. (A, M, 28)

- “Não era ruim. Eu larguei mais porque eu queria trabalhar. A escola era boa”. (A, F, 18)

- “Era uma escola bem disciplinada, tinha bastante rendimento, dava para você aprender mesmo”. (A, F, 21)

- “Era boa, professores excelentes, era exigente”. (B, F, 18)

- “Limpa, organizada, um pouco rígida, etc”. (B, M, 21)

- “Bastante muros pichados, classes com ventiladores quebrados, etc”. (B, M, 19)

- “Era até que disciplinada, mas ainda tinham muitos vândalos que sujavam paredes da escola”. (B, F, 19)

- “Toda fechada, como um presídio”. (B, M, 15)

- “Limpa, boa, com diretores ótimos, só que com muito vandalismo”. (B, M, 17)
- “Muitos vândalos, sistema de ensino fraco, falta de interesse de *alguns* professores”. (B, M, 20)
- “Bagunçada, desorganizada, a única coisa que tinha era briga e professores que chegavam na escola, sentava e mandava a gente fazer lição sem explicar”. (B, F, 20)
- “Era uma boa escola e se preocupavam bastante com o ensino”. (B, F, 18)
- “Muitas exigências e pouca capacidade de ensino”. (B, M, 23)
- “Boa, estudo ótimo e professores melhores ainda”. (B, M, 27)
- “Colégio de freira, ensino reforçado, os professores eram bem rudes”. (B, M, 18)
- “Boa, ensinava boas maneiras, mas não deu nada certo”. (B, M, 18)
- “Os inspetores eram legais, os professores tinham vontade de ensinar”. (B, M, 47)

27. Como você pensa que deveria ser a escola?

Sobre como deveria ser a escola:

- no grupo A, obtivemos as seguintes respostas: mais rígida, disciplinada (7); nem imagino, não tenho idéia, não sei (3); ser melhor (3); está bem, está boa (2); organizada (2); técnica (1); ter um intervalo maior (1); outras (7).
- no grupo B, obtivemos as seguintes respostas: mais rígida, disciplinada, um lugar de respeito (4); melhor, com um bom estudo (4); como um segundo lar (2); limpa (2); ser boa (2); com mais segurança, sem vandalismo (2); técnica (1); ter um intervalo maior (1); organizada (1); ótima (1); outras (7). Obs: do total de 26 pessoas, 1 se enquadrou em duas categorias, totalizando, portanto, 27 respostas.

• considerando os dois grupos, obtivemos: mais rígida, disciplinada, um lugar de respeito (11); melhor, com bom estudo (7); nem imagino, não tenho idéia, não sei (3); está bem, está boa, está ótima (3); deve ser boa (2); organizada (3); técnica (2); como um segundo lar (2); limpa (2); deve ter um intervalo maior (2); mais segurança, sem vandalismo (2); outras (14). Obs: do total de 52 pessoas, 1 se enquadrou em duas categorias, totalizando, portanto, 53 respostas.

Embora as opiniões tenham sido bastante diversificadas, tanto no grupo A como no B, houve um maior número de respostas para mais rígida, disciplinada, o que mostra a preocupação das pessoas quanto a esse aspecto na escola atual. Ao mesmo tempo, o segundo maior número de opiniões, tanto no grupo A como no B, é no sentido de que a escola deveria ser melhor, com um bom estudo. Na seqüência, transcrevemos 21 das respostas obtidas:

- “Hoje em dia, ela teria que ser mais rígida com certeza, porque aí eu acho que os alunos teriam mais educação. Infelizmente, as pessoas não têm educação”. (A, F, 37)

- “Mais rígida. Existe muita falta de respeito para com os professores”. (A, F, 36)

- “Deveria ser mais disciplinada e ter menos bagunça”. (A, M, 18)

- “Não tenho idéia”. (A, F, 17)

- “Eu acho que está bem a escola. Antes era diferente. Está bem melhor”. (A, F, 17)

- “Eu acho que deveria ser melhor. Que os professores explicassem melhor”. (A, F, 18)

- “Não está excelente ao todo, mas a escola em si, pelo nível que nós estamos, até que está boa. O que tem que mudar é a cabeça dos alunos”. (A, M, 22)

- “Deveria, além dos alunos terem mais respeito com os professores, alguns professores também terem mais respeito pelos alunos, não é só exigir”. (A, M, 17)
 - “Bem organizada. Essa história de que não repete mais, o aluno perde a vontade de estudar. Vem um dia, falta outro. Vem fazer a prova. Deveria ser um pouquinho mais forte”. (A, M, 25)
 - “Deveria ser um pouquinho mais rigorosa”. (A, F, 21)
 - “Do jeito que está não está muito bom. Tem gente que não quer aprender”. (A, M, 19)
 - “Deveria ser como um segundo lar”. (B, F, 18)
 - “Menos aula e mais tempo de intervalo”. (B, M, 19)
 - “Limpa, disciplinada, e tivesse coisas diferentes para os alunos fazerem para que não se tornassem rotina”. (B, F, 19)
 - “Ter mais tecnologia, excursões para museus, bienais, etc, acompanhar o desenvolvimento”. (B, M, 20)
 - “Limpa, tranqüila, que os alunos respeitassem a hora de estudar”. (B, F, 20)
 - “Um lugar de respeito, disciplina e compreensão como nem sempre há”. (B, F, 18)
 - “Organizada, um lugar bom de se estar, professores comunicativos”. (B, F, 19)
 - “Os professores deveriam ser mais atenciosos com os alunos”. (B, M, 22)
 - “Com mais segurança e atração”. (B, F, 33)
 - “Normal, sem vandalismo, violência”. (B, M, 18)
-

COMO VOCÊ PENSA QUE DEVERIA SER A ESCOLA?	
Mais rígida, disciplinada, um lugar de respeito	20,8%
Melhor, com um bom estudo	13,2%
Nem imagino, não tenho idéia, não sei	5,6%
Organizada	5,6%
Está bem, está boa, está ótima	5,6%
Ser boa	3,8%
Técnica	3,8%
Como um segundo lar	3,8%
Limpa	3,8%
Ter um intervalo maior	3,8%
Com mais segurança, sem vandalismo	3,8%
Outras respostas	26,4%

Quadro 28

28. Em poucas palavras diga o que você entende por um bom professor?

Das 52 respostas, o termo:

“explica” apareceu em 20, sendo que em uma delas foi citado duas vezes; “explicar” apareceu em 4 e “explique” em 1.

“ensinar” apareceu em 6 e “ensina” em 5.

Seguem algumas respostas que obtivemos

- “Calmo, atencioso”.

- “Aquele que se interessa pela pessoa. Aquele que às vezes incentiva você a fazer alguma coisa”.

- “Explica bem, dá mais atenção para o aluno. Eu penso que este professor é bom. Não é aquele que chega lá, escreve um monte de coisas, a gente não entende nada e fica por isso mesmo”.

- “É aquele que conversa com os alunos, não só explica a matéria. Se diverte com a matéria e sabe o que está ensinando. Está contente com o trabalho”.

- “Um amigo, uma pessoa que tenta descobrir seu objetivos e te incentivar bastante”.

- “Aquele que explica bem, com boa vontade”.

- “Aquele que explica bem, respeita o aluno e o aluno respeita ele”.

- “Um bom professor não é aquele que passa muita lição e sim aquele que explica a matéria”.

- “Uma pessoa que tenha várias maneiras para explicar, caso o aluno não consiga entender”.

- “É aquele que ensina bem para o aluno e presta atenção sobre suas dúvidas”.

- “Educado, que explica a matéria e entenda os alunos”.

- “É aquele que não falta às aulas e tem compreensão com todos os alunos”.

Pelas respostas, observamos em várias pessoas que, para elas, o bom professor é aquele que respeita e se interessa pelos alunos.

29. Você acha que quem estuda arranja emprego melhor?

Das 52 pessoas pesquisadas, em 48 percebemos resposta positiva, conforme se pode perceber pelos exemplos seguintes:

- “Arruma porque ele está mais instruído. Tem mais capacidade de entender o mundo do comércio, a vida de hoje”. (A, F, 37)

- “Aquele que já tem estudo não consegue serviço, já estão formados e não têm emprego. Imagine para quem não tem estudo “. (A, F, 36)

- “Acho, porque hoje em dia estão pedindo o 2º grau, curso superior . 8ª série não é nada”. (A, M, 32)

- “Primeiramente sabe conversar melhor e, segundo, você aprende muita coisa”. (A, M, 20)

- “Tem mais capacidade para trabalhar, para entender”. (A, M, 18)
 - “Claro que sim, tem uma maneira mais fácil de se expressar, uma maneira que impressiona as pessoas. Sabe lidar com letras e com números e por isso tem mais chance”. (A, F, 17)
 - “Por causa que a maioria dos empregos pede os estudos”. (A, F, 18)
 - “Arruma com certeza, porque tem mais educação, mais instrução e mais cultura”. (A, F, 18)
 - “O mercado de trabalho está crescendo cada vez mais. Precisa estudar bastante, ter diploma”. (A, M, 17)
 - “Porque tem mais conhecimento, tem mais preparo”. (A, F, 18)
 - “Devido ao conhecimento maior na área. Por que se ele estudou teve vários conhecimentos e adquiriu várias experiências”. (A, F, 21)
 - “Sim, porque numa entrevista o diploma fala mais alto” (A, M, 19).
 - “Com certeza. Porque está mais experiente. Você vai achar um emprego melhor. Quem não estuda arruma um emprego de balconista para ganhar um salário”. (A, F, 16)
 - “Sim, porque muitas profissões exigem diploma”. (B, F, 18)
 - “Com certeza. Pela inteligência”. (B, M, 15)
 - “Sim, porque tem mais qualificação”. (B, F, 17)
 - “Sim, porque se, para ser um lixeiro necessita 1º grau completo, imagine um cargo melhor”. (B, M, 20)
 - “Sim, porque todo trabalho precisa de estudo”. (B, F, 18)
 - “Sim, está melhor preparado”. (B, F, 33)
- Das outras 4 pessoas recebemos as seguintes respostas:
- “Acho que não, o estudo não está servindo para nada, porque o nosso país está bem desenvolvido. É tudo à base do computador”. (A, M, 19)
 - “Hoje em dia, não. Tem mais possibilidades, mas a situação real do país fez com que sumisse os empregos”. (B, M, 22)
 - “Na atual situação que se encontra o país, tem pessoas com cursos superiores passando fome. Me explique isso você?”. (B, M, 27)



-“Hoje em dia não, mas ajuda bastante”. (B, F, 24)

30. Cite algumas vantagens ou desvantagens que há em deixar de estudar.

Das 52 pessoas pesquisadas, em 44 sentimos, de maneira praticamente categórica, que não existem vantagens. Dessas 44, pelo menos 18, citam como desvantagens o fato de não conseguir um bom emprego, conforme se pode verificar pelos exemplos seguintes:

- “Tem todas as desvantagens. Eu queria estudar para ter melhor emprego hoje. Não tenho porque deixei de estudar. Tive várias oportunidades, mas como eu não tinha o 2º grau completo, eu não consegui”. (A, F, 37)

- “Acho que só tem desvantagens. Não vai arrumar serviço, não arruma emprego melhor. Para arrumar tem que ter estudo, 2º grau e com experiência”. (A, M, 22)

- “Vantagem nenhuma. Desvantagem porque você não consegue emprego nenhum. Todos os empregos pedem 1º grau completo”. (A, M, 20)

- “Vantagem não. Desvantagem é que vai trabalhar aí por exemplo de servente, que não precisa de estudo”. (A, M, 18)

- “Vantagem não. Desvantagens são muitas: perde um tempo precioso. Quando você quiser voltar para ter um emprego decente, está muito atrasada. As coisas já mudaram muito. Tem dificuldade de acompanhar o que está acontecendo”. (A, F, 17)

- “Não, é uma ilusão. Na época que você larga você pensa: vou ter tempo para isto e para aquilo. Desvantagens: quando você sai para a vida vai perceber a grande burrice que você fez”. (A, M, 22)

- “Vantagem nenhuma, Desvantagens: porque eu já perdi empregos bons, porque eu não terminei minha escola”. (A, M, 25)

- “Vantagem não. As desvantagens são: poucos conhecimentos e falta de emprego”. (A, F, 21)

- “Vantagem não. Desvantagem: perde uma boa parte da vida. Me arrependi de ter parado de estudar”. (A, M, 17)

- “Desvantagens: é que você um dia ou outro precisará do seu diploma”(B, M, 21)

- “Desvantagem: dificuldade de achar emprego, falta de dinheiro”. (B, M, 17)

- “Desvantagem: menos oportunidade no mercado de trabalho, menos força de vontade, falta de interesse. Não há vantagens”. (B, M 20)

- “Desvantagens há bastante, mas uma das principais é arrumar emprego sem estudo”. (B, F, 18)

- “Vantagem não há nenhuma. Desvantagens: fica desatualizado do mundo”. (B, M, 22)

- “Dificuldade de achar emprego, palavras que não entendo e problemas que não compreende”. (B, M, 18)

As outras 8 respostas foram:

- “Nenhuma, também não”. (A, F, 36)

- “Vantagem: ficar em casa, não ter preocupação, nem ter que fazer trabalho, ir na escola. Desvantagem: é ruim ficar sem estudar”. (A, F, 17)

- “Vantagem tem: você conseguir um emprego. Desvantagem tem: depois você se arrepende e tem que voltar a estudar para conseguir um emprego melhor”. (A, F, 18)

- “Vantagens: um bom emprego. Desvantagens: alguns empregos exigem que trabalhe no período da manhã e à tarde”. (B, M, 19)

- “É que você tem mais tempo para ficar em casa, não se preocupando com lições. Desvantagens: é que todo mundo critica a gente, depois perde um pouco a noção”. (B, F, 20)

- “Vantagem: ter seu próprio dinheiro. Desvantagem: não conseguir emprego melhor sem estudo”. (B, F, 19)

- “Vantagem: que você vai procurar uma profissão que você vai exercer. Desvantagens é que, amanhã, você vai estar desempregado e vão te exigir estudo”. (B, M, 27)

- “Vantagem: não precisa ir à escola. Desvantagem: não aprende, não arruma um bom emprego”. (B, M, 18)

31. Você voltou a estudar? Por quê?

• no grupo A, onde estão pessoas que voltaram a estudar, pelo menos 9 alegaram motivos relacionados a trabalho. Observamos também que, em alguns casos, a pessoa retornou por incentivo familiar. Houve também aqueles que voltaram por terem se arrependido de ter parado. Seguem algumas das respostas fornecidas por essas pessoas:

- “Justamente para eu conseguir esse emprego que eu deixei de trabalhar no passado”. (A, F, 37)

- “Porque me deu vontade de voltar a estudar de novo. Agora meus filhos já estão maiores também. Agora vou estudar. Eu adorei voltar”. (A, F, 36)

- “Incentivo da família: pais e minha mulher”. (A, M, 22)

- “Porque eu olhei para trás e pude ver a tontice que fiz de desistir e daí pensei: vou terminar, para valer”. (A, M, 19)

- “Por causa do serviço. Trabalha, estuda, tem serviço. Não estuda, não tem”. (A, M, 20)

- “Porque meus pais falaram para mim voltar a estudar, não ficar só na rua”. (A, M, 18)

- “Porque acabei com o tratamento e estava em condição de voltar”. (A, F, 17)

- “Porque comecei a trabalhar e o trabalho exigiu”. (A, F, 17)

- “Minha mãe ficava em cima de mim porque ela queria que eu voltasse a estudar. Eu mesma não queria não”. (A, F, 18)

- “Porque eu gosto muito de estudar. A gente aprende bastante coisa na escola. Não só estudar, conviver com amigos, ter dificuldade de algum assunto, perguntar e fica sabendo”. (A, F, 18)

- “Ah, porque eu me arrependi de ter parado de estudar e voltei”. (A, F, 18)

- “Porque trabalho num horário que dá para estudar”. (A, F, 18)

- “Eu achei que era minha obrigação voltar a estudar”. (A, F, 18)

- “Caí na real, sem estudo não se consegue nada”. (A, M, 19)

- no grupo B, onde estão pessoas que não mais retornaram à escola, a resposta sempre foi não. Oito dessas pessoas responderam que não voltaram a estudar por não encontrar vaga nas escolas.

32. Você gostaria de voltar a estudar? Por quê?

Essa questão foi respondida apenas pelas pessoas do grupo B, as que não mais retomaram os estudos. Entre elas, 18 responderam que gostariam de voltar a estudar, as outras 8 não. Das 26 respostas, reproduzimos 13:

- “Sim, porque penso em dar um futuro bom à minha filha”. (F, 18)

- “Sim. Para arrumar um emprego melhor”. (M, 19)

- “Sim, porque eu tenho vergonha de não ter terminado os meus estudos”(F, 20)

- “Não, porque eu não me interesso mais pelos estudos”. (M, 46)

- “Sim, sem nenhuma dúvida, preciso do estudo para crescer na empresa em que me encontro”. (M, 22)

- “Não, porque não tenho tempo por causa do serviço”. (M,44)

- “Não. Porque não me desperta interesse”. (M, 48)

- “Sim, sem estudo está difícil arrumar emprego”. (F, 33)

- “De jeito nenhum, porque eu odeio a escola”. (M, 38)

- “Sim, mas se fossem mais interessante os estudos”. (M, 21)

- “Não, porque estudo não dá camisa para ninguém”. (M, 27)

- “Sim, para melhorar minha vida”. (M, 18)

- “Não, porque não tenho tempo”. (M, 47)

33. Você acha importante ter um diploma? Por quê?

Tanto no grupo A como no B, totalizando 21 respostas em cada um, sentimos que as pessoas acham importante ter um diploma. A maioria relata que ele é importante no momento de se conseguir um emprego. Seguem respostas fornecidas por essas pessoas:

- “Eu acho, porque todo lugar que você vai procurar serviço querem uma prova que você concluiu”. (A, M, 22)

- “Porque a gente vai fazer alguma ficha, eles exigem o diploma. Também é importante para a gente, não é?”. (A, M, 20)

- “Acho importante porque se a gente vai arrumar um emprego em algum lugar, exige um diploma”. (A, M, 18)

- “Eu acho importante ter o diploma para arrumar um bom emprego, mas o mais importante é você saber o que você aprendeu”. (A, F, 17)

- “Porque eu acho que é uma lembrança que você estudou, que você se esforçou para ter aquilo ali. Toda vez que você se lembrar, que você olhar para ele, você vai dizer: nossa, eu estudei, vai lembrar de sua vida, do que você passou na escola”. (A, F, 18)

- “É muito importante para trabalhar. Sem diploma ninguém pega a gente”. (A, M, 19)

- “Sim, porque, para arranjar um emprego, é muito mais fácil com um diploma na mão”. (B, F, 18)

- “Sim, porque eu teria o diploma de que frequentei uma escola para ser alguém na vida”. (B, M, 17)

- “Sim, porque assim tem como comprovar que você estudou”. (B, F, 18)

- “Sim. Porque hoje em dia, com o diploma, você será bem visto na sociedade”, (B, F, 19)

- “Sim, pois é uma prova que estamos atualizados e capacitados para trabalhar em qualquer função”. (B, M, 22)

Para 2 pessoas do grupo A e para 3 do grupo B o diploma não é importante, conforme se pode verificar por suas respostas:

- “Não o diploma, o futuro”. (A, F, 16)
- “Hoje em dia o importante é a gente aprender as coisas. Diploma hoje em dia não resolve nada”. (A, F, 22)
- “Não, para o que eu faço”. (B, F, 17)
- “Não, porque diploma é apenas um papel”. (B, F, 20)
- “Não, porque tem pessoas que não têm nada, eu não tenho diploma e tenho tudo”. (B, M, 27)

As outras 5 pessoas deram respostas não categóricas e até com antagonismos, como se pode verificar nos dois relatos seguintes:

- “Eu não acho importante o diploma. Eu acho importante você estar atualizado no mundo. Não é que não seja importante. Sim, porque uma firma pede e você tem que ter. O importante é você estar atualizado no mundo atual”. (A, F, 37)

- “O diploma nem tanto, o principal é estudar. Não é um pedaço de papel que vai fazer de você uma pessoa importante”. (A, M, 22)

VOCÊ ACHA IMPORTANTE TER UM DIPLOMA?	
Sim	80,8%
Não	9,6%
Não responderam categoricamente	9,6%

Quadro 29

4.3. Problemas sociais e expectativas das pessoas.

Neste item, analisamos as questões de 34 a 41 do roteiro de entrevista, onde as pessoas, além de opinarem sobre os problemas sociais de seus bairros, da cidade de Sorocaba e do Brasil, expõem os sonhos que gostariam de ver realizados.

34. Na sua opinião, quais são os maiores problemas sociais de seu bairro?

Nessa questão, como algumas pessoas citaram mais de um problema, o número de respostas ultrapassa 52.

- no grupo A, houve maior número de respostas (7) no sentido de que “não tem”, “é bom”. Em seguida foram citadas falta de segurança (4) e drogas (3). Com 2 designações cada, apareceram: saneamento, ruas sem asfalto, marginalidade, violência, posto de saúde. 2 pessoas responderam não saber, por residir no bairro há pouco tempo. Houve 1 indicação para escola, que só possui 1º grau (ensino fundamental). Em 3 respostas as opiniões não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

- no grupo B, houve maior número de respostas (7) para escola. Em seguida foram citados falta de segurança (6) e “não tem problemas”, “é bom” (5). Outras designações: violência (4), posto de saúde (4), saneamento (3), ruas sem asfalto (3), telefone público (3), luz (2), vandalismo (2). Houve 1 indicação para marginalidade e outra para drogas. Em 1 resposta a opinião não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores.

- considerando os dois grupos, obtivemos: “não tem”, “é bom” (12), falta de segurança (10), escola (8), violência (6), saneamento (5), ruas sem asfalto (5), posto de saúde (5), drogas (4), telefone público (3), marginalidade (2), luz (2). Além dessas respostas houve 2 em que as pessoas não responderam por residir no bairro há pouco tempo e outras 4 que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

Seguem respostas que ilustram as diversas categorias citadas:

- “Não posso te falar, porque eu sou nova aqui ainda. Fazem dois meses que eu estou aqui. Não posso te dizer”. (A, F, 37, reside na Vila Santana)

- “Não tem. Até que este bairro está bom. Não tenho do que reclamar”. (A, F, 36, reside na Vila Santana)

- “Marginalidade, saneamento nas ruas”. (A, M, 22, reside no Jardim Nova Esperança)

- “Meu bairro é bom, só está faltando asfalto”. (A, M, 19, reside na Vila Barão)

- “Violência”. (A, M, 18, reside na Vila Santana)

- “Falta de segurança nas ruas. Tem muito bandido. Não pode andar sozinha à noite”. (A, F, 17, reside no Parque Vitória Régia I)

- “Posto de saúde. Eu fui lá com hemorragia e eles não quiseram me atender. E também, se a gente estiver sentindo dor, eles marcam para o outro mês. Se a gente tiver que morrer, morre ali mesmo”. (A, F, 18, reside no Parque Vitória Régia)

- “Escola, só 1º grau. Posto médico não muito bom”. (A, F, 18, reside no Parque Vitória Régia)

- “Roubo e tráfico de drogas”. (A, M, 17, reside na Vila Gabriel)

- “Vandalismo”. (B, M, 21, reside na Vila Santana)

- “As ruas de terra. Escolas longe. E orelhão sempre quebrado”. (B, M, 15, reside no Jardim Marise)

- “Escola. Porque tem três escolas no Parque Vitória Régia, duas funcionam de 1ª a 4ª e uma está em construção para de 1ª a 8ª, enquanto que os alunos de 2º grau têm que estudar no centro”. (B, F, 14, reside no Parque Vitória Régia)

- “Falta de água, luz, rede de esgoto e muito vandalismo”. (B, M, 17, reside no Parque das Laranjeiras)

- “Falta de policiamento, abandono de algumas áreas”. (B, M, 20, reside no Jardim Santa Marina I)

- "Drogas, não temos segurança, assaltos, etc". (B, M, 22, reside no Jardim Maria do Carmo)

Com relação à escola, os problemas apontados se referem principalmente à falta de opções: fica longe, só vai até a 4ª série, não tem ensino médio, etc.

QUAIS SÃO OS MAIORES PROBLEMAS SOCIAIS DE SEU BAIRRO?	
"Não tem", "é bom"	16,9%
Falta de segurança	14,1%
Escola	11,3%
Violência	8,4%
Saneamento	7,1%
Ruas sem asfalto	7,1%
Posto de saúde	7,1%
Drogas	5,6%
Telefone público	4,2%
Marginalidade	4,2%
Vandalismo	4,2%
Luz	2,8%
Não responderam por residir há pouco tempo no bairro	2,8%
Outras respostas	5,6%

Quadro 30

35. E de Sorocaba?

A exemplo da questão anterior, como algumas pessoas citaram mais de um problema, o número de respostas ultrapassa 52.

- no grupo A, houve maior número de respostas (8) para desemprego. Em seguida, com 5 citações cada apareceram saúde (hospitais, postos de saúde), violência e drogas. Ocorreram 3 indicações para marginalidade. Com 2

designações cada, foram apontados: escola, trânsito, asfalto e saneamento. Houve 1 indicação para creches, falta de segurança, enchente, alunos fora da escola e falta de moradia. Em 7 respostas as opiniões não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

- no grupo B, também houve maior número de respostas (5) para desemprego. Com 4 citações cada apareceram: escola, saúde (hospital, posto de saúde), falta de segurança. Ocorreram 3 indicações para poluição. Com 2 designações cada, foram apontados falta de segurança, trânsito, saneamento, luz. Houve uma indicação para creches, marginalidade, vandalismo, lazer, favelas. Em 6 respostas as opiniões não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

- considerando os dois grupos obtivemos: desemprego (13), saúde (9), violência (7), escola (6), drogas (5), falta de segurança (5), marginalidade (4), asfalto (4), saneamento (4), poluição (3), creches (2), luz (2), trânsito (2), lazer (1), vandalismo (1), falta de moradia (1), enchentes (1), favelas (1), alunos fora da escola (1), além de 13 que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

Embora a questão se refira aos problemas sociais de Sorocaba, algumas pessoas os relacionaram aos políticos, conforme se pode verificar pelas opiniões seguintes, que foram classificadas como outras respostas:

- “Prefeito e governador que fazem Sorocaba ser ruim”. (A, M, 19)
- “O prefeito só gosta de fazer jardim, ele não vê os outros problemas”. (A, M, 20)
- “Sorocaba não tem muitos problemas. A política do Brasil tem grandes problemas e afeta a cidade”. (A, M, 17)
- “Falta de vergonha na cara dos vereadores e do prefeito”. (B, M, 22)
- “É a falta de vereadores com objetividade”. (B, M, 48)
- “O governo”. (B, F, 24)

As respostas que seguem ilustram as diversas categorias citadas pelas pessoas:

- “Emprego, marginalidade, gente sem lugar para morar, sem casa própria, morando embaixo da ponte, sem teto. As condições em que eles vivem são subumanas”. (A, M, 22)
 - “Violência e trânsito”. (A, M, 18)
 - “Enchente e roubos”. (A, M, 25)
 - “São vários. Tanto na parte de emprego como na área de educação. A saúde está uma carência total”. (A, F, 21)
 - “Drogas e crimes”. (A, M, 19)
 - “Desemprego, roubo, assalto, poluição, etc”. (B, M, 19)
 - “Sorocaba piorou o lazer. Não tem mais carnaval de rua, nem festa de rodeio”. (B, F, 19)
 - “Falta de médico , falta polícia , falta escola, creche, hospital, político que promete e não cumpre”. (B, F, 20)
 - “Ruas sem ser asfaltadas, empresas paradas, bairros sem luz e outros mais”. (B, M, 46)
 - “Rios podres, sujeira nas ruas, etc”. (B, F, 18)
 - “Favelas”. (B, M, 27)
-

QUAIS SÃO OS MAIORES PROBLEMAS SOCIAIS DE SOROCABA?	
Desemprego	15,3%
Saúde (hospitais, postos de saúde)	10,6%
Violência	8,2%
Escolas	7,1%
Drogas	5,9%
Falta de segurança	5,9%
Marginalidade	4,7%
Asfalto	4,7%
Saneamento	4,7%
Poluição	3,5%
Creches	2,3%
Luz	2,3%
Trânsito	2,3%
Lazer/vandalismo/falta de moradia	1,2% cada
Enchentes/favelas/alunos fora da escola	1,2% cada
Outras respostas	15,3%

Quadro 31

36. E do Brasil?

Também nesta questão, como algumas pessoas citaram mais de um problema, o número de respostas ultrapassa 52.

- no grupo A, houve maior número de respostas (8) para desemprego. Em seguida, com 7 citações aparece política (políticos, governo). As demais designações foram: educação (6), saúde (6), problemas econômicos (5), violência (3), drogas (3), habitação (2) e fome (1). Em 3 respostas as opiniões não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores.

- no grupo B, as respostas mais citadas coincidiram com as do grupo A, conforme se pode verificar pelo número de indicações: desemprego (12), política (7), educação (4), saúde (4), violência (4), fome (4), preconceito racial

(2), saneamento (2). luz (2), enchentes (2), problemas econômicos (1), habitação (1), poluição (1), luz (1), vandalismo (1).

- considerando os dois grupos, obtivemos: desemprego (20); política (14), educação (10), saúde (10), violência (7), problemas econômicos (6), fome (5), habitação (5), drogas (3), preconceito racial (2), saneamento (2), luz (2), poluição (1), vandalismo (1), outras respostas (6).

Seguem respostas que ilustram as diversas categorias citadas pelas pessoas:

- “A educação, saúde e emprego”. (A, F, 37)
- “Tem tantos: saúde, educação e habitação”. (A, F, 17)
- “Inflação, desemprego e falta de compreensão um pelo outro também”. (A, F, 17)
- “Tem que mudar tudo. O governo muito corrupto, morte, violência, droga”. (A, M, 17)
- “Desemprego em primeiro lugar. Salário não sobe, coisas caras”. (A, F, 16)
- “Salário, desemprego, mortalidade infantil”. (A, F, 22)
- “Entulhos nas redes de esgotos que derrubam casas e deixam famílias desabrigadas”. (B, F, 18)
- “Tem um mau governo”. (B, M, 15)
- “Presidente e governantes, etc... todos ladrões, tiram de quem não tem para encher suas barrigas”. (B, F, 14)
- “Vandalismo, falta de emprego, água, luz, esgoto, enchentes, etc”. (B, M, 17)
- “O racismo, desemprego, fome, mortalidade infantil, etc”. (B, F, 18)
- “Falta de moradia, de um ensino melhor, falta de empregos”. (B, M, 48)

QUAIS OS MAIORES PROBLEMAS SOCIAIS DO BRASIL?	
Desemprego	21,3%
Política (políticos, governo)	14,9%
Educação	10,6%
Saúde (hospitais, mortalidade infantil)	10,6%
Violência	7,5%
Econômicos (salário, inflação, moeda)	6,4%
Fome	5,3%
Habitação	3,2%
Drogas	3,2%
Preconceito racial	2,1%
Saneamento	2,1%
Luz	2,1%
Enchentes	2,1%
Poluição	1,1%
Vandalismo	1,1%
Outras respostas	6,4%

Quadro 32

37. Esses problemas têm solução? Sim () Não () Como podem ser resolvidos?

Das 52 pessoas, 49 acreditam que os problemas têm solução e apenas uma afirmou que não: “Não. Não têm solução porque só vêm a piorar”. (B, F, 18). As outras duas também poderiam ser consideradas afirmativas, embora não tenham convicção, conforme se pode verificar por suas respostas:

- “Eu não sei. Acho que o problema da violência não tem solução. Do jeito que está indo o país, só vai aumentar. O problema da enchente tem solução. Tem que mudar o pensamento dos governantes”. (A, M, 25)

- “Acho que se por um cara, um cara cabeça mesmo, em Brasília, é capaz que mude. Tudo não. Mas é capaz que melhore um pouco”. (A, M, 17)

Na percepção das pessoas, as soluções dos problemas passa pelos políticos (presidente, governadores), que, normalmente, são vistos como vilões, conforme se pode observar pelas respostas:

- “Mudando o governo”. (A, F, 36)
 - “Sim. É culpa do presidente, do prefeito e assim por diante. As pessoas que estão lá em cima têm que olhar para baixo. Eles podem resolver tudo de maneira bem boa”. (A, M, 19)
 - “Sim. Se o governo parasse de roubar. A maioria deles só pensa em roubar o dinheiro do povo. Eles falam que fazem isso, faz aquilo e não faz nada”. (A, F, 18)
 - “Sim. Colocando gente melhor e mais responsável nos cargos superiores”. (A, M, 17)
 - “Tem. É do lado da política, não é? Se hoje mudasse a política, se eles deixassem de roubar, na realidade, e voltar a ser humano, o Brasil estaria melhor”. (A, M, 28)
 - “Acho que tem. Os governadores não sabem aplicar o dinheiro nos lugares certos”. (A, F, 16)
 - “O governo deveria usar com mais consciência o dinheiro que a gente paga imposto”. (A, F, 22)
 - “Sim. Colocando um governador que não roube o povo e faça coisas boas”. (B, M, 19)
 - “Sim. Se os políticos deixarem de ser corruptos e pensarem no povo, há jeito para tudo”. (B, F, 19)
 - “Sim. Com governantes competentes”. (B, M, 23)
 - “Sim. Com menos mentiras dos políticos, eles só falam, só que precisam agir”. (B, F, 33)
 - “Sim. A hora que os políticos que parassem de roubar e pensar nos seus eleitores”. (B, M, 27)
-

Algumas se referem aos políticos e à população:

- “Sim. Se cada um cooperasse, cada um fizesse uma parte. Se o presidente fizesse uma parte e nós fizéssemos a outra”. (A, F, 17)

- “Tem. Pelo presidente melhor e se todo mundo cooperasse”. (A, M, 17)

- “Sim. Com melhor governo, com gente decente no governo e com a ajuda do povo principalmente, pois cada pessoa sabe dos problemas do seu bairro”. (B, F, 20)

38. Você acha que ter saído da escola fez alguma diferença em sua vida? Sim () Não (). Como? Dê um exemplo.

Sobre se ter saído da escola fez alguma diferença:

- no grupo A, foram 24 sim e 2 não.
- no grupo B, foram 19 sim e 7 não.
- considerando os dois grupos, foram 43 sim e 9 não.

Observamos que no grupo B, onde estão as pessoas que abandonaram os estudos e não mais retornaram à escola, o número de pessoas que responderam não é três vezes e meia superior ao do grupo A.

Entre as pessoas que responderam não, destacamos:

- “Bom, na minha vida não. Estou terminando por terminar. O que eu quero fazer mesmo é ser cabeleireiro, continuar na profissão. Para mim não faria diferença se eu estudasse ou não. Mas, se mais para frente eu quiser fazer alguma coisa”. (A, M, 18)

- “Não. Não porque não preciso trabalhar para me manter. Já sou casada faz cinco anos”. (B, F, 19)

- “Não. Estou na mesma. Na escola vou estar estudando e em casa assisto televisão”. (B, M, 15)

- “Não. A profissão que exerço é motorista, o que a escola me ensinou sobre essa profissão, nada”. (B, M, 27)

Entre as pessoas que responderam sim, destacamos:

- “Sim. Fiquei muito atrasada. Voltei com 36 anos de idade”. (A, M, 36)
- “Sim. Porque era para ter terminado com 17 anos e estou quase com 20 no 1º colegial”. (A, M, 19)
- “Sim. Se eu tivesse estudado um pouco mais eu teria um cargo melhor do que tenho hoje”. (A, M, 20)
- “Sim. Porque você fica sem saber o que está acontecendo. Isto é horrível”. (A, F, 17)
- “Sim. Já era para mim estar terminando e eu estou aqui”. (A, F, 18)
- “Sim. Se eu não tivesse desistido poderia estar num emprego melhor e cursando uma faculdade”. (A, M, 22)
- “Faz, eu parei aquele ano e já tinha repetido outros anos anteriores. Pesou”. (A, M, 17)
- “Sim. Idade diferente das colegas”. (A, F, 19)
- “Sim. Na parte de empregos e também na parte de educação”. (B, F, 14)
- “Sim. Como já disse nas minhas respostas anteriores, tenho problemas no mercado de trabalho”. (B, M, 20)
- “Sim. Teria um serviço melhor”. (B, M, 24)

TER SAÍDO DA ESCOLA FEZ ALGUMA DIFERENÇA EM SUA VIDA?	
Sim	82,7%
Não	17,3%

Quadro 33

39. O que você espera fazer ou ser daqui para a frente?

- no grupo A, 20 pessoas responderam que pretendem continuar estudando normalmente, com a finalidade de conseguir uma profissão e/ou um

bom emprego; 2 responderam que não sabem. Seguem respostas apresentadas por essas pessoas.

- “Eu quero terminar meu colegial e ser advogada. Eu quero fazer direito”. (A, F, 37)

- “Eu vou terminar o 2º grau e ver se consigo fazer magistério, 3º e 4º ano”. (A, F, 36)

- “Estudar e fazer uma escola técnica para arrumar um emprego numa firma de construção”. (A, M, 22)

- “Terminar meus estudos e ser diretor da empresa”. (A, M, 20)

- “Cabeleireiro”. (A, M, 18)

- “Arrumar um emprego bom, trabalhar”. (A, M, 18)

- “Pensei em ser enfermeira”. (A, F, 17)

- “Eu queria ser professora de Física”. (A, F, 18)

- “Enfrentar os problemas que vier sem medo de nada”. (A, F, 18)

- “Eu não sei”. (A, M, 17)

- “Eu pretendo e acho que quero levar isso adiante: ser uma pessoa, em primeiro lugar, humana. Ver a necessidade de cada um e poder ajudar, porque eu acho que um país só vai para a frente com a ajuda de cada um. Só vai para a frente se todos cooperarem”. (A, F, 21)

- “Espero fazer um supletivo, terminar o 2º grau e arrumar emprego”. (A, M, 17)

- “Acabar meus estudos. Fazer uma faculdade de medicina ou pediatria”. (A, F, 18)

- no grupo B, houve maior variação nas respostas. Em 10 delas as pessoas manifestaram o desejo de voltar a estudar. Entre as que não trabalham há o desejo de trabalhar e, entre as que trabalham, percebe-se que pretendem ter mais oportunidades, obter melhores empregos. Enquanto no grupo anterior apenas uma pessoa falou em família (“terminar os estudos, fazer uma faculdade e começar até a pensar em uma família”), neste grupo algumas pessoas

manifestaram a preocupação de oferecer boas condições de sustento à família. Duas responderam que pretendem se aposentar. Seguem-se respostas apresentadas por essas pessoas.

- “Voltar a estudar, ser veterinária”. (F, 18)
- “Continuar cuidando da minha família e tentando dar a ela o que não tive”. (F, 19)
- “Curso de cabeleireiro, para não depender só do meu marido quando me casar”. (F, 14)
- “Estudar e ser empresário”. (M, 17)
- “Voltar a estudar, trabalhar e ser alguém na vida”. (F, 18)
- “Me aposentar, viver tranquilo daqui para a frente”. (M, 46)
- “Voltar a estudar se tiver oportunidade”. (F, 33)
- “Uma pessoa honesta e que continue trabalhando para conseguir todos os meus ideais”. (F, 24)

40. Como você pretende se sustentar no futuro?

A maioria respondeu que pretende se sustentar com o próprio trabalho. Cinco apresentaram resposta do tipo “não sei”. Seguem respostas apresentadas pelas pessoas.

- “Eu quero me sustentar com a minha profissão”. (A, F, 37)
- “Terminar o magistério e dar aula”. (A, F, 36)
- “Eu pretendo me formar engenheiro mecânico”. (A, M, 22)
- “Eu tenho vários pensamentos na cabeça. Não posso dizer nenhum porque não sei o dia de amanhã”. (A, M, 19)
- “Cabeleireiro”. (A, M, 18)
- “Do meu trabalho. Vou trabalhar como enfermeira e nas horas vagas da minha arte, não é?”. (A, F, 17)
- “Trabalhando muito, mas numa coisa que não prejudique ninguém”. (A, F, 18)
- “Com emprego de vendas”. (A, M, 28)

- “Eu quero ter um trabalho fixo, bom, marcado na carteira de trabalho” (A, M, 17)
- “Não sei não”. (A, M, 17)
- “Só quando chegar a hora vou resolver isso”. (B, F, 19)
- “Trabalhando por conta própria”. (B, F, 14)
- “Por enquanto eu não sei, afinal vai que eu não esteja viva”. (B, F, 20)
- “Da minha aposentadoria”. (B, M, 48)
- “Trabalhando e cada vez mais se dedicando à minha profissão”. (B, M, 27)

41. Qual dos seus sonhos você gostaria de ver realizado?

Os sonhos das pessoas são bastante variados, alguns podem ser considerados modestos, outros mais ambiciosos. Entre os sonhos citam-se: concluir os estudos, adquirir uma profissão, ter uma casa e/ou veículo, viver bem com a família, ser feliz, etc. Apenas uma pessoa não respondeu. A seguir transcrevemos todas as respostas que nos foram apresentadas.

- “Ser advogada”. (A, F, 37)
- “Ser professora. Se não estiver muito velhinha”. (A, F, 36)
- “Engenheiro de projetos mecânicos”. (A, M, 22)
- “Ter um pouco mais de felicidade na minha vida e na vida da minha família”. (A, M, 19)
- “Estou realizando agora: um carro”. (A, M, 20)
- “Ator”. (A, M, 18)
- “Não tenho sonho”. (A, M, 18)
- “Queria que tivesse a cura da diabetes para se livrar desse problema terrível”. (A, F, 17)
- “Em primeiro lugar ter minha casa, um casamento, meus filhos e viver uma vida digna”. (A, F, 17)
- “Ah, que eu conseguisse ter minha casa e deixasse de morar com minha sogra”. (A, F, 18)

- “A minha família melhorar”. (A, F, 18)
- “Ter uma vida”. (A, F, 18)
- “Que não houvessem tantos problemas sócioeconômicos nesse país”.
(A, M, 22)
- “Terminar a escola”. (A, M, 17)
- “Sabia que eu não tenho sonho. Queria ter minha casa, minha família”.
(A, M, 25)
- “Ter estabilidade na vida”. (A, M, 28)
- “Terminar o 2º grau e fazer um curso de secretária”. (A, F, 18)
- “Meu sonho maior que eu tinha era ser uma decoradora. Como eu parei de estudar e atrapalhou, eu perdi esses anos. Então eu vou realizar agora, com certeza, e na área de enfermagem. Ser uma enfermeira”. (A, F, 21)
- “Eu queria viajar. Eu queria conhecer o Rio de Janeiro, mas queria também que o Brasil mudasse. Do jeito que está não dá”. (A, M, 17)
- “Meu maior sonho é ser professora”. (A, F, 18)
- “Ficar sossegado na vida”. (A, M, 19)
- “Sei lá. Dar mais conforto para minha mãe”. (A, M, 17)
- “Uma família que eu possa sustentar”. (A, M, 19)
- “Ser engenheira”. (A, F, 16)
- “Dar uma vida boa para minhas filhas”. (A, F, 19)
- “Me formar em medicina”. (A, F, 22)
- “Ser veterinária, voltar a estudar”. (B, F, 18)
- “Casar, ter minha própria casa e sustentar minha família no nível adequado”. (B, M, 21)
- “Arrumar um emprego bom e ter minha própria casa”. (B, M, 19)
- “Meu sonho é ver minha filha crescer, estudar, se formar, ser alguém e vencer na vida, ser tudo o que eu não fui”. (B, F, 19)
- “Ir embora com minha irmã para os Estados Unidos”. (B, M, 15)
- “Em primeiro lugar empregos para os cidadãos e em segundo minhas esperanças”. (B, F, 14)

- “Dinheiro e felicidade”. (B, M, 17)
 - “Ser muito rico”. (B, F, 17)
 - “Ter melhores condições financeiras”. (B, M, 20)
 - “Ver meus irmãos com os estudos terminados, sendo pessoas honestas e decentes”. (B, F, 20)
 - “No momento voltar a estudar e terminá-lo”. (B, F, 18)
 - “Ser rico, ter uma BMW, ser muito feliz”. (B, M, 46)
 - “Primeiro voltar a estudar para ter um bom emprego e poder me sustentar para ter o meu próprio veículo”. (B, F, 19)
 - “Ter casa e um automóvel próprio”. (B, M, 22)
 - “De ver meus filhos bem na vida”. (B, M, 44)
 - “Estudar e trabalhar”. (B, F, 18)
 - “Que as empresas não discriminassem o aposentado, dando chances de novos trabalhos”. (B, M, 48)
 - “Ter uma profissão”, (B, F, 33)
 - “Separar da minha mulher que não quer dar a minha separação”. (B, M, 38)
 - “Ser rico e ter um emprego melhor”. (B, M, 21)
 - “Que o motorista fosse reconhecido como uma profissão de risco e ganhasse mais, porque tudo que você come, bebe, são os motoristas que transportam”. (B, M, 27)
 - “Ter uma casa, um carro e ser inteligente, bem estudado”. (B, M, 18)
 - “Dinheiro”. (B, M, 18)
 - “Tivesse emprego para todos, assim não precisa roubar”. (B, M, 47)
 - “Que o Brasil mudasse”. (B, F, 24)
-

4.4. Conclusão

Nosso objetivo neste capítulo foi o de apresentar e analisar os resultados de nossa pesquisa de campo, realizada com 52 pessoas. Conforme já salientamos, com metade delas (grupo A) gravamos entrevista, a outra metade (grupo B) respondeu às mesmas questões formuladas ao grupo anterior, através de questionário. O grupo A é formado por pessoas que se evadiram mas retomaram os estudos; o grupo B é formado por pessoas que não mais retomaram os estudos.

De acordo com dados do capítulo 1, já sabíamos que a maioria dos alunos de 5ª a 8ª série em nosso país estudam na rede pública. Esse fato foi confirmado em nossa amostra pois, das 52 pessoas consultadas, mais de 90% se evadiram de escolas estaduais.

Com relação à série da evasão, embora estudos anteriores apontem o 1º ano da antiga escola primária como o mais problemático, havendo diminuição progressiva nos seguintes, isso não se verificou junto às pessoas com as quais trabalhamos. No caso particular do nosso grupo, o abandono escolar foi maior na 6ª (30,8%) e 7ª (32,7%), em relação à 5ª série (25,0%).

A maior parcela das pessoas com as quais mantivemos contato é solteira (59,6%), com uma pequena diferença entre os grupos: 65,4% no A e 53,9% no B. A parcela de pessoas casadas é maior no grupo B (34,6%) em relação ao grupo A (26,9%).

A maioria reside em moradia própria, com 5 cômodos em média. As famílias, também em média, são constituídas de 4 a 5 pessoas, com a presença do pai e da mãe.

A respeito da ocupação do pai, as respostas mais citadas foram aposentado e pedreiro. Para a ocupação da mãe, em mais da metade dos casos, é do lar; sendo que a segunda ocupação mais citada foi empregada doméstica.

Sobre o nível de instrução dos pais, embora varie bastante, em mais de 50% dos casos não passou da 4ª série. Observamos, também, que o nível de escolaridade da mãe é menor que o do pai. Como nossa pesquisa foi realizada com pessoas que se evadiram da 5ª à 8ª série e metade delas retornou aos estudos, a escolaridade destas é superior à de seus pais.

A renda mensal familiar mais comum é de 1 a 3 salários mínimos (40%), seguida de mais de 3 até 5 salários mínimos (30%). Com a renda mensal de 1 a 3 salários mínimos vivem em média de 3 a 4 pessoas; de mais de 3 até 5 salários mínimos vivem em média 5 pessoas.

Pouco mais da metade (52,9%) trabalha, sendo que no grupo B, onde estão as pessoas que não voltaram a estudar, a porcentagem é bem maior (68%). Menos da metade (44,4%) possui carteira de trabalho assinada e a média salarial não chega a três salários mínimos. A maioria (69,2%) está satisfeita como o seu trabalho e apenas 17,9% é filiada a alguma associação e/ou sindicato. Quase todos começaram a trabalhar por motivos financeiros. Entre as que saíram do emprego as alegações foram: falência, ter sido mandado(a) embora, mudança de cidade, ter se aposentado, etc.

Quando abandonaram a escola, metade estudava à noite; apenas 10% estudavam de manhã.

No capítulo 3, quando apresentamos causas que levam os alunos a ficarem fora da escola ou a abandoná-la, foram citadas instalações escolares,

professores, preconceito, drogas, violência e trabalho infantil. Essas e outras razões foram constatadas em nossa pesquisa e serão relatadas a seguir.

O motivo mais alegado foram razões econômicas (trabalho): para auxiliar na renda familiar, as pessoas começam a ingressar no mercado de trabalho muito cedo e acabam deixando a escola. Nesse caso devem ser desencadeadas ações para evitar o trabalho precoce de crianças e adolescentes. Um desses mecanismos é o programa bolsa-escola, que será analisado no capítulo 5.

O segundo maior motivo apontado foi “não gostar da escola”, “não se interessar pelas aulas”. Neste aspecto deve haver uma busca constante de todos os setores envolvidos com a educação, no sentido de que as aulas e a metodologia sejam envolventes, para que os alunos se tornem motivados e interessados. Os professores, que, por um lado, podem colaborar para a não permanência dos alunos, por outro, podem e devem ser um estímulo à perseverança dos mesmos. A formação dos professores será abordada no capítulo 5.

Outra causa apontada foram problemas familiares (doença, casamento e gravidez). Uma pessoa relatou que abandonou os estudos por problema de diabetes, outra para ficar com a cunhada que teve derrame. Com relação à doença, têm ocorrido progressos. Nestes últimos anos, tive, por exemplo, alunos com diabetes e até uma aluna com câncer que, excetuando-se algumas faltas por causa da enfermidade, assistiam às aulas e realizavam as tarefas da mesma maneira que os demais colegas. É importante que ocorra um acompanhamento dessas pessoas e que os professores sejam esclarecidos sobre os problemas, para poderem proceder de modo adequado. Vou relatar agora uma experiência da qual participei. No início da década de 70, professores de Ciências foram capacitados para realizar testes de acuidade visual nos alunos.

Quando se suspeitava de alguma anormalidade, o aluno era encaminhado à direção da escola e esta solicitava aos pais que levassem a criança a um oftalmologista. A ação foi benéfica, pois determinados alunos que apresentavam baixo rendimento escolar, após constatação e correção do problema visual, melhoraram seu desempenho. Testes de acuidade visual e outros devem ser realizados, pois se for verificado algum problema com o aluno, este deverá ser assistido e, provavelmente, melhorará seu rendimento e ganhará mais motivação para permanecer na escola.

No caso das jovens, algumas deixam a escola devido à gravidez, relacionada ou não à constituição de família. Note-se que nossa pesquisa foi feita com pessoas de 5ª a 8ª série, mas esse problema deve repetir-se e ser mais intenso entre estudantes do ensino médio. O fato aventa que tanto em nível de escola como de família deve haver muito diálogo para que os jovens se sintam seguros em relação ao namoro, gravidez e casamento.

Por outro lado, verificamos que pessoas deixam de estudar por não haver escola perto, não haver vagas. Sentimos, por suas declarações, que algumas deixaram de estudar quando mudaram de cidade e não encontraram opção no novo local. Principalmente entre as pessoas do grupo B, percebe-se que algumas tentaram retornar, mas foram barradas pela ausência de vagas. No capítulo 3, ao analisarmos as instalações escolares, comentamos que, ao final de cada ano letivo, deve ser feita a previsão e construção de quantas salas de aula forem necessárias para que, quando um novo período escolar se iniciar, não ocorram problemas de falta de lugares. Além disso, não seria o caso das Diretorias de Ensino aumentarem a oferta do ensino supletivo para que muitas pessoas possam retomar os estudos?

Constatamos igualmente que algumas pessoas acabaram saindo da escola ao perceberem que seriam reprovadas. Para reduzir o problema, uma

medida que se tornou possível com a Lei nº 9394/96 é a progressão continuada (divisão do ensino em dois ou mais ciclos), a qual será analisada no capítulo 5.

Em nosso grupo de pesquisa não houve nenhum relato explícito de que a evasão se deu por causa de drogas, violência e preconceito, mas tais fatores devem estar relacionados a ela. Quando questionados sobre por que os alunos deixam de estudar, duas pessoas citaram drogas, o que seria uma evidência de sua relação com os níveis de permanência. Uma outra disse: “Não se enturma”. Em sua justificativa pela desistência, uma entrevistada afirmou: “Também teve uma briga na escola e eu saí”.

Um maior número de pessoas atribui a si mesmas a culpa por ter deixado de estudar/ Em ordem, os demais motivos alegados foram trabalho, escola e família, já comentados.

Quanto ao fato de deixar de estudar, 9,6% responderam que a família aceitou o fato normalmente, entendeu o motivo; em 13,5 % não opinou, não se interessou e; na maioria dos casos, não gostou, criticou (63,4%).

Relativamente à finalidade da escola, na visão das pessoas, ela é um local onde se ensina, se adquirem conhecimentos (32,7%). Ela também permite um futuro melhor (27,2%) e possibilita melhores empregos (10,9%).

Com relação a quem se sai melhor na vida, a maioria (88,5%) respondeu ser quem estuda. Das 52 pessoas pesquisadas, 42 acham importante ter um diploma, 43 afirmam que ter saído da escola fez diferença em suas vidas e 48 acreditam que quem estuda arranja emprego melhor. Para 44 não há vantagens em deixar de estudar; a principal desvantagem seria justamente o fato de não conseguir um bom emprego. Das 23 que voltaram a estudar, mais de

30% relacionaram seu retorno a motivos relacionados ao trabalho. Entre as que não voltaram a estudar, cerca de 70% gostariam de retornar à escola.

Embora a escola apresente problemas, verificamos que, mesmo para quem a abandonou, ela era vista como boa, ótima, organizada (45,3%) e melhor que hoje (5,6%). Um número bem menor (18,9%) a considerava desorganizada, “bagunçada”, péssima e; para apenas 1,9% era pior do que agora. Sobre como deveria ser a escola, o maior número de respostas (20,8%) foi no sentido de ser mais rígida, disciplinada, um lugar de respeito.

No entender das pessoas, o bom professor é aquele que explica, ensina, respeita e se interessa pelos alunos.

Em ordem decrescente de citações, os maiores problemas sociais apontados:

- do bairro onde as pessoas residem, foram falta de segurança, escola, violência, saneamento, ruas sem asfalto, posto de saúde, drogas, telefone público, marginalidade, vandalismo e luz. Obs: nesta questão, conforme citado na página 93, houve maior número de respostas no sentido de que o bairro não tem problemas, é bom.
- da cidade de Sorocaba, foram desemprego, saúde, violência, escolas, drogas, falta de segurança, marginalidade, asfalto, saneamento, poluição, creches, luz, trânsito, lazer, vandalismo, falta de moradia, enchentes, favelas e alunos fora da escola.
- do Brasil, foram desemprego, política, educação, saúde, violência, problemas econômicos, fome, habitação, drogas, preconceito racial, saneamento, luz, enchentes, poluição e vandalismo.

De acordo com as pessoas, problemas como educação (escolas), saúde, violência, saneamento, drogas, vandalismo e luz são comuns aos bairros, cidade de Sorocaba e Brasil. Falta de segurança, ruas sem asfalto e

marginalidade foram incluídos tanto em nível de bairros como da cidade de Sorocaba. Já desemprego, poluição, enchentes e habitação foram relacionados em termos de cidade de Sorocaba e de Brasil. Ainda na percepção das pessoas, o desemprego, atualmente, se constitui em nosso principal entrave. Embora as questões se refiram a problemas sociais, algumas pessoas as relacionaram aos políticos, como já salientamos. Tanto é que, no caso do país, política (políticos, governo), foi o segundo mais apontado. Ainda que os problemas sejam muitos, a maioria acredita que possam ser resolvidos.

Acerca do que as pessoas esperam fazer daqui para a frente repetirei o que já foi citado durante o desenvolvimento deste capítulo. No grupo A, 77% pretendem continuar estudando, normalmente com a finalidade de conseguir uma profissão e/ou um bom emprego. No grupo B, em que houve maior variação nas respostas, 38% manifestaram o desejo de voltar a estudar; entre as que não trabalham há o desejo de trabalhar e, entre as que trabalham, percebe-se que pretendem ter mais oportunidades, obter melhores empregos. A maioria pretende se sustentar com o próprio trabalho e seus sonhos são bastante variados.

5. AÇÕES PARA DIMINUIR A REPETÊNCIA/EVASÃO E/OU MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO.

Neste capítulo apresentamos as principais ações que estão sendo desenvolvidas no sentido de diminuir a repetência/evasão e/ou melhorar a qualidade do ensino.

Inicialmente cabe aqui um esclarecimento. Sendo o nosso trabalho sobre evasão escolar, por que o título e o desenvolvimento deste capítulo são mais abrangentes? O motivo é que várias providências aqui analisadas, além de combater o abandono escolar, também se relacionam com a diminuição da repetência e com a melhoria da qualidade do ensino.

A primeira a ser analisada e, provavelmente a mais comemorada pelo ministro da Educação, é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), pelo qual os recursos são repassados às prefeituras de acordo com o número de alunos matriculados nas escolas municipais.

Na seqüência, examinaremos a avaliação do livro didático, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a formação de professores. A avaliação do livro didático, aprofundada a partir de 1995, visa retirar das salas de aula as obras que estejam desatualizadas, contenham erros conceituais, sugestões de experiências perigosas e preconceito. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, nas palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998) constituem um trabalho “para atualizar e dar um novo impulso à educação fundamental”. A formação de professores tem por um de seus objetivos aumentar a escolaridade dos docentes, pois entre eles existem alguns milhares que concluíram apenas o ensino fundamental.

Outras medidas são o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a campanha Toda Criança na Escola, o Exame Nacional de Cursos e a Lei de Diretrizes e Bases. O Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), é um plano de US\$ 1,3 bilhão para melhorar a qualidade do ensino das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. O penúltimo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado em 1997, possibilitou uma visão da performance do sistema educacional por Estado, indicando a necessidade de melhorias, principalmente nas regiões mais pobres. A campanha Toda Criança na Escola, como o próprio nome diz, procurou colocar na escola todas as crianças de 7 a 14 anos. O Exame Nacional de Cursos, que vem sendo aplicado a graduandos do ensino superior, permite uma avaliação indireta dos professores. A Lei de Diretrizes e Bases é considerada um mecanismo importante no combate ao fracasso escolar pelas inovações que introduziu no sistema educacional.

Posteriormente, observaremos a TV Escola, o programa bolsa-escola, a progressão continuada, o Programa de Aceleração de Aprendizagem, a Escola Ativa, a punição dos pais que não mantêm seus filhos na escola e o Programa de Informatização das Escolas (Proinfo). A TV Escola tem por finalidade ajudar o professor na preparação de aulas, via satélite. O programa bolsa-escola que fornece uma complementação ao salário de famílias carentes que mantêm seus filhos na escola, foi iniciado em Brasília, onde reduziu significativamente a evasão escolar. A progressão continuada, na qual a organização escolar seriada é substituída por um ou mais ciclos de estudo, elimina a repetência que havia ao final de cada série. As classes de aceleração visam eliminar uma das aberrações do nosso sistema educacional, a defasagem idade/série de milhões de alunos. A Escola Ativa, programa para melhorar o ensino na zona rural, distribui os conteúdos curriculares em módulos, permitindo ao aluno caminhar no seu próprio ritmo, eliminando a repetência e a evasão. A punição aos pais que não mantêm seus filhos na escola tem reduzido drasticamente o abandono escolar

em muitas cidades. O Programa de Informatização das Escolas tem por finalidade estimular o uso do microcomputador como recurso pedagógico.

Além das disposições anteriores, cito outras: duas em nível de Estado de São Paulo (a reorganização da rede e a recuperação de conteúdos nas férias) e; uma na cidade de Sorocaba (SP) (o projeto Alfa Vida). A reorganização da rede de ensino do Estado de São Paulo, iniciada em 1996, separou as escolas em dois grupos: umas voltadas só para crianças e outras só para adolescentes. Ainda no Estado de São Paulo, a recuperação de férias, realizada pela primeira vez em 1997, ofereceu nova oportunidade aos alunos e aumentou os índices de promoção. Na cidade de Sorocaba (SP), o projeto Alfa Vida traz para a escola pessoas evadidas ou que não chegaram a freqüentá-la.

5.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

A Emenda Constitucional 14/96 estabeleceu a obrigatoriedade de se criar em cada estado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O “Fundão”, como ficou conhecido, foi regulamentado pela Lei Federal 9424/96⁴⁸ e tem por finalidade redistribuir os recursos da educação, tentando reduzir as profundas desigualdades existentes entre as redes públicas de ensino, encaminhando verbas correspondentes ao número de alunos dos municípios. Do total arrecadado pelos municípios e Estados com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios), 15% são repassados ao Fundef. Uma proporção não inferior a 60% dos 15% retidos no fundo, devem ser destinados ao pagamento dos professores que estejam trabalhando em sala de aula.

⁴⁸ REALIZAÇÕES. Praia Grande. São Paulo: Idéias. v. I, p. 17. dez. 1997.

Aplicado nacionalmente pela primeira vez em 1998, estabeleceu o piso de R\$ 315,00 por aluno. Nos Estados onde esse valor não foi atingido, o governo federal liberou recursos complementares.⁴⁹

SILVA⁵⁰, de acordo com relatório do MEC, informa que o Fundef:

- elevou em R\$ 2 bilhões a receita de 2703 municípios brasileiros, responsáveis por 10,9 milhões de alunos. Desse total, 2159 municípios estão nas regiões ou áreas metropolitanas mais pobres do país. Nessas cidades, o valor aplicado por aluno antes da criação do fundo era inferior a R\$ 315,00. Em 308 deles, era menor que R\$ 100,00.

- reduziu as desigualdades no investimento de cada aluno. Vinte e dois estados com pequena rede de ensino tiveram de repassar recursos para os municípios. Já os municípios com pequena rede de ensino repassaram quase R\$ 1 bilhão para outros municípios. A maior disparidade ocorria em Alagoas. Antes do Fundef, o valor médio por aluno era de R\$ 830,00 na rede estadual e R\$ 153,00 na rede municipal. Em São Paulo ocorria o contrário: os municípios, que tinham menos alunos, investiam mais de R\$ 1 mil, ante R\$ 569,00, destinados aos alunos da rede estadual. Com o Fundef, em São Paulo, o valor foi nivelado em R\$ 657,00.

- fez com que o número de matrículas aumentasse 6%. No Nordeste, o aumento foi de 12,8% ou 1,2 milhão de vagas. No Sudeste, o aumento foi de 2,3% ou 208 mil vagas. A expansão deu-se exclusivamente nas redes municipais, onde houve um aumento de 2,7 milhões de alunos. Nas redes estaduais houve diminuição de 832 mil alunos.

- levou à criação de 153 mil novos empregos diretos ou indiretos, devido à contratação de professores e até mesmo de operários da construção civil, para obras de ampliação de salas de aula.

⁴⁹ EDUCAÇÃO para o futuro. *Revista E*, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 12, ago. 1998.

⁵⁰ SILVA, Sônia Cristina. Balanço do governo aponta benefícios do Fundef. *O Estado de S. Paulo*, 19 mar. 1999. Caderno A, p 12.

- propiciou um aumento entre 10 e 33,3% no salários dos professores, com média de 12,9%. Conforme já citado, do total de receitas do fundo, 60% devem ser revertido em salário para os professores, o que melhora os valores e evita as terríveis distorções entre os salários do Sul e do Nordeste.

Da mesma forma que o Fundef é elogiado por uns, é criticado por outros. Entre seus defensores, o argumento básico é que distribui melhor os recursos, minimizando disparidades entre as regiões. Em Estados como Piauí e Bahia, que têm uma renda de cerca de R\$ 240,00 por aluno, o valor é complementado pelo fundo.

Uma das críticas ao Fundef é a de que o repasse de cerca de R\$ 1,50 por dia, para cada criança matriculada, fica longe do ideal. Segundo o Instituto de Pesquisas Educacionais (Inep), o custo médio anual por aluno no ensino fundamental, em 1996, foi de US\$ 489,00. Outra crítica é a de que trouxe problemas para municípios, com sistemas educacionais já implantados. No Estado de São Paulo, por exemplo, dados de 1998 indicam que a maioria dos municípios priorizava a educação infantil (creches). Com o “Fundão”, os municípios são obrigados a investir no ensino fundamental, e acabam deixando para segundo plano a educação infantil. Outra crítica é a de que o repasse pode não acontecer de forma correta. Segundo Cláudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Simpeem), o “Fundão” não apresenta um mecanismo de controle eficiente para garantir isso, e os tribunais de conta que deveriam fiscalizar, muitas vezes são subservientes às prefeituras e aos seus dispositivos para burlar a lei.⁵¹

Empossado em 1999, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, entrou no Superior Tribunal Federal (STF) para contestar o

⁵¹ REVISTA E, n. 2, ago. 1998, p. 12.

mecanismo de financiamento do ensino fundamental pelo Fundef. Segundo Garotinho, o Estado deverá transferir R\$ 378 milhões para seus municípios, porque o ensino fundamental é descentralizado.⁵²

Para 1999 há uma reivindicação dos secretários estaduais e municipais de educação, para que o valor destinado a cada aluno seja aumentado para cerca de R\$ 400,00. De acordo com o relator da emenda que criou o Fundef, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-DF), para calcular o valor mínimo a ser aplicado anualmente por aluno, a lei manda dividir a receita do fundo pelo número de alunos matriculados. Para uma estimativa de receita para o fundo de R\$ 13,2 bilhões e um total de 32,8 milhões de alunos na rede pública em 1999, a divisão de um número pelo outro resulta num valor pouco superior a R\$ 400,00.⁵³ Embora tenha reconhecido que esse deveria ser o investimento por aluno, o ministro da Educação descartou esse valor, pois ele inviabilizaria o orçamento do ministério, ampliando o custo do fundo para o MEC dos atuais R\$ 900 milhões para R\$ 2,7 bilhões. Se o valor ultrapassasse os R\$ 400, o número de Estados beneficiados passaria de 8 para 16.

A rede de ensino do Estado de São Paulo, por possuir em 1998 o maior número de alunos matriculados no ensino fundamental em todo o país (78% dos alunos de 7 a 14 anos), foi a que mais se beneficiou com o “Fundão”. Pelo mecanismo de distribuição de recursos, o Estado teve acréscimo de R\$ 410 milhões na receita para o ensino fundamental. O valor médio destinado para cada aluno estadual saltou de R\$ 575 para R\$ 665,00. Cento e dois municípios paulistas e seus 767 mil alunos, onde já havia ocorrido a descentralização do ensino fundamental, receberam de outros, com rede precária de ensino

⁵² SILVA, Sônia Cristina e MONTEIRO, Tânia. FHC condena governadores que criticam Fundef. *O Estado de S. Paulo*, 20 mar. 1999. Caderno A, p. 9.

⁵³ SILVA, Sônia Cristina. Verba por aluno não aumentará no nível fundamental. *O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1999. Caderno A, p. 9.

fundamental, R\$ 168,9 milhões. Antes da criação do fundo, os municípios que detinham mais de 20% do total de 5,6 milhões de alunos de 7 a 14 anos, aplicavam R\$ 1.039,00 por aluno, valor 83% maior que o da rede estadual. Com o Fundef, o investimento por aluno nas duas redes passou para aproximadamente R\$ 657,00, o maior do país em 1998.⁵⁴ Se, por um lado, os dados apontam que 102 municípios foram beneficiados, podemos concluir que mais de 500 dos 645 existentes no Estado de São Paulo, perderam recursos para o fundo. Os municípios prejudicados normalmente utilizavam os 25% determinados pela Constituição na manutenção da educação infantil e estão com dificuldades funcionais para ampliar a rede com classes de ensino fundamental.

Como já salientamos, com a criação do Fundef, acentuou-se a municipalização do ensino fundamental, já que os municípios passaram a receber verbas de acordo com o número de alunos matriculados. Na cidade de Sorocaba (SP), manchete do jornal *Cruzeiro do Sul*, de 24 de janeiro de 1999, afirma que a Prefeitura perdeu R\$ 1,5 milhões com a municipalização.⁵⁵ VICENTE⁵⁶ relata que, num debate ocorrido dias antes na Câmara Municipal, o vereador Horácio Blazek, ex-integrante da Comissão de Educação, levantou o problema, afirmando que a Prefeitura assumiu 2.870 alunos do ensino fundamental do Estado, mas que não foram computados no Censo Escolar, de modo que o Fundef não fez repasse de verbas. Ainda de acordo com o noticiado, esse R\$ 1,5 milhão deve ser somado a outros R\$ 7 milhões retidos no “Fundão”, totalizando R\$ 8,5 milhões. A Secretária Municipal de Educação, Sheila Bovo, admitiu que a Prefeitura assumiu quase 3 mil alunos do Estado,

⁵⁴ SILVA, Sônia Cristina. Rede de ensino de São Paulo foi a mais beneficiada. *O Estado de S. Paulo*, 19 mar. 1999. Caderno A, p. 12.

⁵⁵ PREFEITURA perde R\$ 1,5 milhão com municipalização. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 24. jan. 1999, p. 1.

⁵⁶ VICENTE, José Jesus. Prefeitura acusada de perder dinheiro na municipalização. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 24. jan. 1999, p. 5.

mas negou que isso tenha trazido prejuízos para a cidade. Para ela, esses alunos eram de 1ª série, a qual inexistia antes de sua criação e, portanto, sem condições de cadastramento.

5.2. Avaliação do livro didático.

BIZZO (1996) relata que, em meados de 1995, através da Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e do Centro de Pesquisas para Educação e Cultura (CENPEC), equipes técnicas do Ministério da Educação (MEC) começaram a coordenar um trabalho de análise dos livros didáticos, para selecionar os que merecessem integrar o catálogo de compras do governo. Anteriormente, a FAE já estabelecia critérios mínimos de qualificação, como atualização, consumibilidade, resistência, etc. Com a nova estrutura, ocorreu um aprofundamento no julgamento, passando-se a examinar o conteúdo propriamente dito dos livros.⁵⁷

O trabalho começou pelos livros didáticos destinados às quatro primeiras séries do ensino fundamental. Para cada área - Matemática, Português, Ciências, História e Geografia - foram estabelecidas diretrizes apresentadas às entidades representativas de autores e editoras em 14 de dezembro, ocasião em que foram debatidas sugestões e emendas ao texto inicial. Em janeiro de 1996, as editoras inscreveram os livros para análise. Em maio, os resultados foram apresentados às editoras e seus autores. Foram feitas duas listas, uma com os livros recomendados por estarem dentro dos critérios estabelecidos e outra, com os livros rejeitados por não apresentarem condições mínimas de adoção. Os livros desta última lista foram excluídos do catálogo de

⁵⁷ BIZZO, Nélío. Graves erros de conceito em livros didáticos que passaram por rigorosa avaliação. *Ciência hoje*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 121, p. 26-36, jun. 1996.

compras da FAE. Pela primeira vez, oficialmente, os professores tiveram uma relação de livros que não deveriam recomendar a seus alunos.⁵⁸

O MEC colocou à disposição das escolas da rede pública de ensino dois grandes guias para auxiliar os professores na escolha dos livros didáticos para 1997. Um deles, o *Catálogo para Indicação do Livro Didático* trazia a relação de livros, por título e em ordem alfabética, assinalados da seguintes forma: (**) - livro recomendado pelo MEC; (*) - livro recomendado com alguma observação. A seleção foi feita levando em conta a presença de erros conceituais ou informações que induzissem a erro; e também qualquer expressão de preconceitos de origem, raça, cor, idade. De 430 títulos, 24 foram recomendados e 31 o foram com alguma observação. No *Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª séries*, os livros assinalados com asteriscos foram resenhados por professores de 1º grau e especialistas das universidades nas quatro áreas de conhecimento básico.⁵⁹

Em 1998, o MEC excluiu 220 livros de 5ª a 8ª séries, utilizando os mesmos parâmetros: erros conceituais grosseiros, desatualização, preconceito e até sugestões de experiências perigosas que poderiam resultar em acidentes. Do total de 438 livros avaliados, 50,23% foram rejeitados. Os 218 aprovados foram reunidos em um guia, distribuídos do seguinte modo: poucos com três estrelas (recomendados com distinção), outros com duas estrelas (recomendados) e a maior quantidade com uma estrela (recomendados com ressalvas, ou seja, apresentavam qualidades e acertos, apesar de algumas deficiências que poderiam ser contornadas pelos professores em sala de aula). A exclusão de obras não foi pacífica, já que mexeu com interesses poderosos. Segundo o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, as pressões de editoras

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

que se sentiram prejudicadas ocorreram devido a interesses comerciais, pois o MEC calcula gastar R\$ 300 milhões na compra de livros didáticos anualmente.⁶⁰ Segundo MAGALHÃES, para 1999 seriam distribuídos 86,5 milhões de livros que beneficiariam 23,5 milhões de crianças de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental.⁶¹

A avaliação continuará a ser feita em 1999, com o intuito de eliminar obras que contenham informações incorretas e privilegiar aquelas que, na avaliação do MEC, contribuam para a formação de um cidadão dotado de massa crítica.⁶² Além disso, propiciar aos alunos a oportunidade de terem no livro didático um instrumento que auxilie na mediação da aprendizagem, favorecendo a construção do conhecimento e a compreensão de conceitos.

5.3. Parâmetros Curriculares Nacionais

WEBER relata que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são documentos elaborados pelo Ministério da Educação, para orientar o ensino de 1ª a 8ª séries. Concebido para indicar o que deve ser aprendido pelos alunos e o método pelo qual os professores devem ensinar, os PCNs constituem apenas uma referência para as escolas - sua aplicação, portanto, não é obrigatória. Em 1997, foram apresentados os parâmetros referentes à primeira metade do ciclo, de 1ª a 4ª série.⁶³ Com data de 1º de setembro de 1998, foram encaminhados às escolas os PCNs de 5ª a 8ª séries. Além de tratar as matérias convencionais (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências), abrangem os

⁶⁰ SILVA, Sônia Cristina. MEC reprova 220 livros didáticos de 5ª a 8ª séries. *O Estado de S. Paulo*, 27 mai. 1998. Caderno A, p. 11.

⁶¹ MAGALHÃES, Gláucia. Operação de guerra! *Jornal do MEC*, Brasília, DF, ano 11, n. 6, p. 2, nov/dez 1998.

⁶² ATHIAS, Gabriela. Investimento faz avançar o ensino fundamental. *O Estado de S. Paulo*, 31 dez. 1998. Caderno A, p. 8.

⁶³ WEBER, Demétrio. Proposta curricular do MEC é criticada. *O Estado de S. Paulo*, 15 jul. 1998. Caderno A, p. 11.

chamados temas transversais (ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual).

Os PCNs⁶⁴ fazem, para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (5ª a 8ª séries), as seguintes sugestões de desenvolvimento dos temas transversais:

- **Ética** - Na primeira parte o tema é definido e descrito historicamente, e voltado aos valores que orientam o exercício da cidadania numa sociedade democrática. Na seqüência, são feitas considerações sobre o desenvolvimento da moralidade nas pessoas, assinalando o papel da afetividade e da racionalidade nas diversas fases do desenvolvimento. No final da primeira parte, são apresentados os objetivos gerais da proposta de formação ética dos alunos. Na segunda parte, destacam-se os quatro blocos de conteúdos eleitos como eixos do tema para o trabalho pedagógico: Respeito mútuo, Justiça, Solidariedade e Diálogo.

- **Pluralidade cultural** - Na primeira parte, são caracterizados o tema e suas contribuições para o desenvolvimento do mesmo no âmbito da escola. Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e que a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro,

⁶⁴ PARÂMETROS curriculares nacionais - Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e Secretaria de Educação Fundamental (SEF) - 1998.

valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser o local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. Na segunda parte destacam-se os blocos de conteúdos eleitos como eixos do tema para o trabalho pedagógico: Pluralidade cultural e a vida dos adolescentes no Brasil, Pluralidade Cultural na formação do Brasil, O ser humano como agente social e produtor de cultura e Direitos humanos, direitos de cidadania e pluralidade.

- **Meio ambiente** - Na primeira parte aborda-se a questão ambiental a partir de um breve histórico e discorre-se sobre o reconhecimento da existência de uma crise ambiental que muito se confunde com um questionamento do próprio modelo civilizatório atual, apontado para a necessidade da busca de novos valores e atitudes no relacionamento com o meio em que vivemos. Enfatiza-se assim, a urgência da implantação de um trabalho de Educação Ambiental que contemple as questões da vida cotidiana do cidadão e discuta algumas visões polêmicas sobre essa temática. São apresentadas ainda algumas reflexões sobre o processo educacional propriamente dito, com destaque para a explicação dos indicadores para a construção de ensinar e de aprender em Educação Ambiental. Na segunda parte, destacam-se os blocos de conteúdos eleitos como eixos do tema para o trabalho pedagógico: A natureza “cíclica” da Natureza, Sociedade e meio ambiente e Manejo e conservação do ambiente.

Na apresentação do meio ambiente como tema transversal, os PCNs afirmam:

“A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual.” ... “É fundamental, na sua abordagem, considerar os aspectos físicos e biológicos e, principalmente, os modo de interação do ser

*humano com a natureza por meio de suas relações sociais do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia.”*⁶⁵

Essas colocações vêm de encontro às de REIGOTA (1997) que define meio ambiente como

*“o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.”*⁶⁶

- **Saúde** - Na primeira parte, o texto trata de uma concepção dinâmica de Saúde, entendida como direito universal e como algo que as pessoas constroem ao longo de suas vidas, em suas relações sociais e culturais. Na abordagem apresentada, a educação é considerada um dos fatores mais significativos para a promoção da saúde. Ao educar para a saúde, de forma contextualizada e sistemática, o professor e a comunidade escolar contribuem de maneira decisiva na formação de cidadãos capazes de atuar em favor da melhoria dos níveis de saúde pessoais e da coletividade. Na segunda parte, destacam-se os blocos de conteúdos eleitos como eixos do tema: Autoconhecimento para o autocuidado e Vida coletiva.

- **Orientação sexual** - Na primeira parte, justifica-se a importância de incluir Orientação Sexual como tema transversal nos currículos e discorre-se sobre a postura do educador e da escola, descrevendo, para tanto, as referências necessárias à atuação educacional ao tratar do assunto, trabalho que se diferencia do tratamento da questão no ambiente familiar. Aborda ainda, por meio de objetivos gerais, as capacidades a serem desenvolvidas pelos alunos do ensino fundamental. Na segunda parte, destacam-se os blocos de conteúdos

⁶⁵ PARÂMETROS Curriculares Nacionais, 1998, p. 169.

eleitos como eixos do tema para o trabalho pedagógico: Corpo: matriz da sexualidade, Relações de gênero, Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids.

Vários autores têm se preocupado com a orientação sexual nas escolas, já que os aspectos abordados podem ser discriminados e reprimidos como tabus. Sobre a educação sexual, GUIMARÃES afirma que

“os educadores deverão posicionar-se quanto a

- 1) *Ser um instrumento social do prolongamento da família e reforço de seus valores, ou*
- 2) *Ser um instrumento social para abrir horizontes para a criança, na linha de sua emancipação, superando os limites da sua própria família.”⁶⁷*

- **Trabalho e consumo** - Na primeira parte é feita a caracterização do tema explicitando-se as características do trabalho e do consumo na sociedade atual e o trabalho e consumo na sociedade brasileira. Na segunda parte, destacam-se os blocos de conteúdos eleitos como eixos do tema para o trabalho pedagógico: Relações de trabalho, Trabalho, consumo, saúde e meio ambiente, Consumo, meios de comunicação de massas, publicidade e vendas e Direitos humanos, cidadania, trabalho e consumo.

5.4. A formação de professores.

No capítulo 3, verificamos que professores com má qualificação e falta de interesse podem contribuir para o abandono escolar por parte dos alunos. No capítulo 4, acrescentamos que professores qualificados e motivados podem e devem ser um estímulo à permanência dos estudantes. A seguir discorreremos sobre a formação dos professores.

⁶⁶ REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 14.

⁶⁷ GUIMARÃES, Isaura. *Educação sexual na escola: mito e realidade*. Campinas, SP, Mercado de Letras, 1995, p. 109.

A meta do Ministério da Educação para 1999 é investir na formação de professores, através de uma verba de R\$ 300 milhões reservada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Uma das finalidades é aumentar a escolaridade dos docentes. Em 1998, dos cerca de 1 milhão de professores do ensino fundamental, 76 mil tinham concluído no máximo a 8ª série. Pelo Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso, em dez anos, todos os professores devem ter nível superior. Isso significa que, nos próximos dez anos, mais de 2 milhões de professores deverão completar seus estudos superiores.

No início de fevereiro de 1999, o ministro da Educação anunciou a criação pelo MEC de cursos normais (magistério) de nível médio e superior a distância. Pela proposta elaborada pela Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), o MEC deverá providenciar o material didático e organizar o curso em módulos, sendo as aulas financiadas pelos governos estaduais.

Se, por um lado destaca-se a formação de professores, por outro, a construção de prédios escolares passa a ser ignorada em 1999, o que é lamentável, pois, conforme já constatamos no capítulo 3, na medida em que estabelecimentos de ensino não são inaugurados, reformados ou construídos, pode-se estar contribuindo para a permanência de pessoas fora da escola. Na reunião do ministro Paulo Renato Souza e dirigentes do MEC com secretários estaduais de educação, a secretária executiva do FNDE afirmou que as escolas que tinham de ser construídas e reformadas já o foram em 1998, quando foram liberados R\$ 450 mil com essa finalidade. Para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme já citado no item 3.2., existe verba do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), programa de US\$ 1,3 bilhão a ser gasto

até 2002, do qual US\$ 650 milhões correspondem a empréstimos do Banco Mundial (Bird).

Sobre o tema aqui enfocado, em 27/02/99, o jornal O Estado de São Paulo, na página *Notas e Informações*, analisou a viabilidade de formação de professores a distância:

... Um balanço dos prós e contras do ensino a distância não pode desconsiderar que em termos de democratização do acesso à universidade e da multiplicação de possibilidades de aprendizagem, o recurso as novas tecnologias representa, sem dúvida, uma evolução significativa e irreversível.

A maior crítica feita à didática entre ausentes - por exemplo, aos cursos por correspondência - consiste na falta de interação entre o professor e os alunos. Trata-se de postura superada. Com as redes de computadores e a videoconferência é possível desenvolver cursos interativos "on-line" com estímulos, velocidade e recursos didáticos impensáveis nas estruturas tradicionais. O problema maior, atualmente, reside na falta de recursos humanos capazes de oferecer suporte à produção de material didático inovador, e docentes com vocação "multimídia" . E mais, vinculada a padrões antiquados de aferição do mérito acadêmico e da produção científica, a universidade ainda não valoriza adequadamente, para a progressão na carreira, as iniciativas nesse setor.

Outro problema sério é o descompasso de afinidades com a informática registrado entre as gerações mais jovens de estudantes e os docentes mais antigos. Enquanto os primeiros chegam às universidades geralmente familiarizados com o mundo tecnológico, os segundos, em número expressivo, têm dificuldades em lidar com os instrumentos da informática. Os cursos virtuais devem encontrar formas de superação desse obstáculo.⁶⁸

⁶⁸ UNIVERSIDADE virtual. O Estado de S. Paulo, 27 fev. 1999. Caderno A, p. 2.

Na medida em que ocorrer melhoria na preparação dos professores, estes terão ampliado seu poder de estimular os estudantes a permanecerem na escola. Assim, todas as ações que visem capacitar os professores, sejam elas realizadas diretamente com especialistas ou mesmo a distância, devem ser incrementadas.

Ainda a respeito da formação de professores, WEBER⁶⁹ cita que, nos Referenciais para Formação de Professores, elaborado pela Secretaria de Educação Fundamental está a intenção do MEC em diminuir a importância de certificados e do tempo de serviço como referência para promoções e valorizar o trabalho em sala de aula.

5.5. Outras.

5.5.1. Fundo de Fortalecimento da Escola.

O Fundo de Fortalecimento da escola (Fundescola) é uma parceria entre o Ministério da Educação e o Banco Mundial (Bird), que prevê o investimento de cerca de US\$ 1,3 bilhão no sistema educacional das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.⁷⁰ Do total a ser gasto, US\$ 650 milhões correspondem a empréstimos do Banco Mundial.⁷¹ Um dos objetivos do programa é tornar disponíveis os insumos e serviços que contribuam para que as escolas beneficiadas alcancem um padrão mínimo de funcionamento.⁷²

⁶⁹ WEBER, Demétrio. Empenho deve orientar carreira no magistério. **O Estado de S. Paulo**, 21 mar. 1999. Caderno A, p. 13.

⁷⁰ ÉBOLI, Evandro. Estudo revela crise de ensino fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 6 ago. 1998. Caderno A, p. 12.

⁷¹ ATHIAS, Gabriela. Fundescola terá corte de US\$ 200 milhões. **O Estado de S. Paulo**, 23 dez. 1998. Caderno A, p. 8.

⁷² COSTA, Gilberto. Fundescola pesquisa situação física das escolas. **Jornal do MEC**, Brasília, DF, ano 11, n. 6, p. 4, nov/dez 1998.

A primeira etapa do programa começou a ser posta em prática em junho de 1998 e terminará em dezembro do ano 2000. Está sendo feito o Levantamento da Situação Escolar (LSE), com finalidade de obter e classificar informações das escolas públicas e comparar sua situação física ao padrão mínimo de funcionamento estabelecido pelo Fundescola. Outra meta do LSE é detectar a necessidade de adequação das escolas e a aquisição de equipamentos, mobiliário e material pedagógico. No caso da região Nordeste, o LSE servirá também para avaliar as construções, reformas e ampliações financiadas pelo Projeto Nordeste.

De 1998 a 2002, a verba do Fundescola, além de ser empregada na reforma de escolas, aquisição de material didático e mobiliário escolar, será utilizada na qualificação de professores e treinamento de diretores (gestão escolar).

5.5.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é realizado a cada dois anos, sendo que o penúltimo foi aplicado nos dias 27, 30 e 31 de outubro de 1997, em amostra nacional representativa do País e de cada um dos estados da Federação.⁷³ Permitiu o estabelecimento de um perfil do sistema educacional em nosso país e indicou a urgência de melhorar a qualidade do ensino, principalmente nas regiões mais pobres, como é o caso do Nordeste. A partir do Saeb, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) montou uma base de dados compatível com os indicadores produzidos no exterior. Esses dados permitem a comparação entre a performance dos estudantes brasileiros com a de outros países e a formulação de políticas que

⁷³ PIOLLA, Gilmar. MEC divulga os resultados da avaliação da Educação Básica. *Jornal do MEC*. Brasília, DF, ano 11, n. 6, p. 13-14, nov/dez 1998.

visem à elevação do padrão de qualidade e eficiência do ensino. De acordo com a presidente do Inep, Maria Helena Castro, o processo de avaliação escolar está levando à construção de uma nova ética dentro do sistema educacional, já que as escolas, preocupadas com os resultados das avaliações, têm desenvolvido programas de capacitação de professores para melhorar o rendimento dos alunos e o desempenho das próprias escolas.⁷⁴

O último Saeb foi aplicado de 25 a 29/10/99, quando procedíamos à revisão deste trabalho. Foi respondido por 360 mil alunos da 4ª e da 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Além de avaliar os estudantes, coletou dados sobre o perfil de 44.251 professores e 6800 diretores de escolas. A seleção das escolas e alunos participantes é por amostragem, com participação representativa dos 26 Estados e do Distrito Federal.⁷⁵

Na cidade de Sorocaba, duas escolas participaram deste último Saeb: a EE Senador Vergueiro, da Vila Hortêncica, e o Colégio Objetivo. Na EE Senador Vergueiro, alunos de duas classes da 4ª série e de duas da 8ª série do ensino fundamental; realizaram provas de Ciências, Geografia, História, Matemática e Português. No Colégio Objetivo, alunos da 3ª série do ensino médio, realizaram provas de Biologia, Física, Geografia, História, Matemática, Português e Química.⁷⁶

⁷⁴ ATHIAS, Gabriela. Investimento faz avançar o ensino fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 31 dez. 1998. Caderno A, p. 8.

⁷⁵ Mec aplica Saeb 99 nesta semana. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 24 out. 1999. Caderno A, p. 10.

⁷⁶ Duas escolas da cidade participam do Saeb. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 27 out. 1999. Caderno A, p. 3.

5.5.3. Campanha Toda Criança na Escola.

A Campanha Toda Criança na Escola mobilizou a sociedade desde os últimos meses de 1997, culminou com a Semana da Matrícula em março de 1998 e passou a ser repetida como *slogan*.⁷⁷ No início de 1999, o programa começou novamente a ser veiculado na televisão.

Para o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a colocação na escola de todas crianças de 7 a 14 anos só ocorrerá com a mobilização de toda a sociedade, o que envolve a dedicação integral de professores, pais, secretárias de educação estaduais e municipais, entidades filantrópicas, ONGs e até as Forças Armadas.⁷⁸

5.5.4. Exame Nacional de Cursos.

O Exame Nacional de Cursos, o “Provão”, é uma prova aplicada todos os anos aos alunos que estão concluindo o curso de graduação. Tem por objetivo complementar a avaliação das instituições e dos cursos de ensino superior, visando à melhoria dos cursos de graduação⁷⁹ e vem avaliando os professores indiretamente. Sua quarta edição foi realizada no dia 13 de junho de 1999, com a participação de 94% dos 173.786 inscritos. Foram analisados 13 cursos do ensino superior, três a mais do que em 1998. As novas carreiras incluídas na avaliação foram Economia, Engenharia Mecânica e Medicina.⁸⁰

⁷⁷ ATHIAS, Gabriela. Investimento faz avançar o ensino fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 31 dez. 1998. Caderno A, p. 8.

⁷⁸ REVISTA E, n. 2, ago. 1998, p. 2.

⁷⁹ ATHIAS, Gabriela. MEC estuda novas formas de avaliar cursos. **O Estado de S. Paulo**, 6 jun. 1999. Caderno A, p. 14.

⁸⁰ BARBOSA, Chico e BARRETO, Fábio Madrigal. Provão teve a participação de 94% dos formandos. **O Estado de S. Paulo**, 14 jun. 1999, p. 9.

Essa avaliação, somada a outras medidas adotadas pelo MEC, tem permitido estabelecer o perfil dos professores e a tomada de ações para sua melhor qualificação.

5.5.5. Lei de Diretrizes e Bases.

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), da qual, em nosso segundo capítulo, selecionamos os artigos que se relacionam a nossa pesquisa, introduziu uma série de dispositivos para diminuir a repetência/evasão e/ou melhorar a qualidade do ensino, já que dá mais autonomia a cada escola para a construção de sua grade curricular, levando em conta as peculiaridades locais, os planos das escolas e as diferenças individuais dos alunos. O currículo é elaborado a partir de uma base comum: Língua Portuguesa e Matemática, conhecimento do mundo físico e natural e conhecimento da realidade social e política. Com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (item seguinte), estão sendo introduzidos outros temas como ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, meio ambiente e saúde. Da mesma forma que a LDB dá mais liberdade à escola, também lhe passa mais responsabilidade. Para que a autonomia pedagógico-curricular realmente traga benefícios à escola, é necessário que educadores, professores e alunos sejam ouvidos.⁸¹

5.5.6. A TV Escola.

A TV Escola é um projeto que procura levar novas tecnologias para melhorar as condições de professores e alunos. O programa pode auxiliar os professores na elaboração de aulas, via satélite. As escolas, por intermédio de antenas parabólicas, captam os sinais e gravam os programas. No total, são 650

⁸¹ Revista E, no 2, ago. 1998, p. 12-13.

mil professores e 21,5 milhões de alunos em escolas com o *kit*, mas apenas 61% delas o têm em funcionamento. O problema é a falta de capacitação dos professores, especialmente nas regiões mais pobres, de assimilar esse tipo de projeto. Apesar das dificuldades, para o governo, a TV Escola se tornou um meio pedagógico importante para capacitar professores.⁸²

Sobre a TV Escola transcrevemos a seguir o último parágrafo de análise publicada na página *Notas e Informações* do jornal O Estado de S. Paulo, onde é ressaltada a sua aprovação:

*O MEC submeteu seu programa aos diretores de escolas, mediante questionários sobre a qualidade do conteúdo, a adequação curricular, a eficiência e a capacitação. Mais de 2.800 diretores responderam: e, destes, 77% atribuíram notas entre 8 e 10 para o primeiro item; 65% para o terceiro, compondo a aprovação média de 70%. É um resultado auspicioso para um país em que dois Estados - Acre e Alagoas - ainda têm, respectivamente, 16,98% e 17,7% da população na faixa etária dos 7 aos 14 anos fora de qualquer escola e em que mesmo Estados como São Paulo e Minas Gerais apresentam índices preocupantes - 3,39% e 5,2%, respectivamente. E em que a permanência na escola ainda está longe de ser viabilizada, insinuando que, por alguma razão, esta embuste um mecanismo de exclusão.*⁸³

Embora tenhamos citado a TV Escola como uma das medidas para melhorar a qualidade do ensino, seria interessante também que cada professor estivesse ciente do papel da televisão em nossos dias e sua implicação na educação. Com a finalidade de “contextualizar o papel da televisão neste final de século”, PACHECO⁸⁴, organizou uma obra com falas de vários especialistas

⁸² Revista E, n. 2, ago. 1998, p. 13.

⁸³ A experiência da TV Escola. O Estado de S. Paulo, 6 jul. 1998. Caderno A, p. 3.

⁸⁴ PACHECO, Elza Dias (org.). *Televisão, criança, imaginário e educação*. Campinas, SP, Papirus, 1998.

que participaram do I Simpósio Brasileiro de Televisão e Imaginário, ocorrido em 1996.

5.5.7. Programa bolsa-escola.

O programa bolsa-escola foi instituído em Brasília em maio de 1995, ano em que Cristovam Buarque tomou posse como governador do Distrito Federal. A elaboração mental do plano já havia sido formulada quando Buarque ainda era reitor da Universidade de Brasília e, segundo OLIVEIRA, partiu de um raciocínio simples: “se a prioridade do país é a educação e se as crianças das famílias mais pobres precisam trabalhar para ajudar os pais, então é preciso que o governo pague para que elas sejam mantidas nas escolas”. Em 1998, o programa atendia 44.879 crianças e beneficiava 22.608 famílias, que recebiam um salário mínimo todo mês.

Para poder usufruir do bolsa-escola, a família precisa residir em Brasília há mais de 5 anos, ter filhos entre 7 e 14 anos e renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Segundo o secretário da Educação de Brasília, o custo do programa em 1998 seria de R\$ 32 milhões ou 0,6% do Orçamento do Distrito Federal. Os resultados têm sido espetaculares, pois, ainda no dizer de OLIVEIRA: “o índice de evasão escolar é de apenas 0,4% contra 10,7%, para os alunos que não são bolsistas”. Como a família perde o direito ao salário mínimo, é claro que o fator econômico colabora para a pequena evasão dos beneficiados. Observou-se também que os alunos bolsistas têm melhor aproveitamento: entre 1995 e 1996 o índice de aprovação deles passou de 78,4% para 87,9%, enquanto entre os não-bolsistas o índice passou de 78,4% para 79,2%. Dados de uma pesquisa do Serviço de Inspeção do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho de Brasília mostraram que o programa reduziu o trabalho infantil: enquanto em 1995, as crianças de 10 a 14 anos de idade

representavam 7,2% do mercado de trabalho do Distrito Federal, em 1996 a taxa baixou para 5,1%.⁸⁵

Com a mesma finalidade do programa bolsa-escola, no dia 10 de dezembro de 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei que garante uma renda mínima às famílias carentes que mantiverem seus filhos na escola.⁸⁶ Essa lei foi regulamentada por decreto assinado em 1 de junho 1998, no qual foram definidas regras para o apoio financeiro às prefeituras que instituírem o programa de renda mínima. Para receber a verba, os municípios terão de aprovar leis criando os programas. Cada família deverá receber R\$ 15,00 do governo federal e outros R\$ 15,00 do município, por filho que provar manter na escola. Embora seja um programa vinculado à Educação, os recursos virão do Ministério da Previdência e a fiscalização do uso ficará a cargo dos conselhos municipais de Educação.⁸⁷

Adendo.

No início de novembro de 1999, o governo do Distrito Federal, comandado por Joaquim Roriz, decidiu acabar com o programa bolsa-escola, um dos projetos de maior repercussão da gestão anterior, de Cristovam Buarque, e premiado pela Unesco, Unicef e Fundação Getúlio Vargas. O programa, que é seguido em mais de cem municípios do país e exterior e inspirou iniciativas do governo federal, será substituído gradualmente, a partir do ano 2000, com a garantia de que as mais de 20 mil famílias atendidas continuarão recebendo o benefício até seus filhos saírem da escola ou completarem 15 anos. O programa será substituído pelo Sucesso no Aprender,

⁸⁵ OLIVEIRA, Ribamar. Unanimidade nacional. *O Estado de S. Paulo*, 15 jul. 1998. Caderno A, p. 4.

⁸⁶ BRAGA, Isabela. Lei garante renda mínima às famílias com filhos na escola. *O Estado de S. Paulo*, 11 dez. 1997.

⁸⁷ RENDA mínima educacional é regulamentada. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 3 jun. 1998. p. 7.

que deverá beneficiar 55 mil crianças, que receberão material escolar e uniformes, além de serem incluídas em outros programas do governo, que distribuem cestas básicas, leite, pão e prestam atendimento médico e odontológico a estudantes.⁸⁸

A troca do bolsa-escola tem sido criticada por educadores e partidos de oposição. No entanto, para a atual secretária de Educação do DF, Eurides Brito, a decisão de lançar o Sucesso no Aprender foi tomada com base em três pesquisas realizadas pela própria secretaria, pela Fundação Cesgranrio e pela Universidade Católica de Brasília e que puseram em xeque algumas premissas do bolsa-escola. De acordo com a secretária, das 52 mil crianças atualmente atendidas pelo programa, apenas 2% não estudavam antes de suas famílias receberem a bolsa e 14% trabalhavam em outros horários que não os de aula. Ainda de acordo com outro estudo, as crianças beneficiadas tiveram rendimento pior que as não-atendidas.⁸⁹ Esta última afirmação contraria as do governo anterior, segundo as quais os bolsistas passaram a ter aproveitamento melhor que os não-bolsistas.

5.5.8. Progressão continuada (Divisão do ensino fundamental em ciclos de duas ou mais séries).

A Lei 9394/96 (LDB), em seu artigo 23, diz que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, etc. Já no artigo 32, parágrafo 2º, confere aos estabelecimentos que utilizam progressão regular por série o poder de adotar, no ensino fundamental, o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. Na

⁸⁸ WEBER, Demétrio. DF acaba com programa premiado pela Unesco. *O Estado de S. Paulo*, 12 nov. 1999. Caderno A, p. 13.

⁸⁹ Idem.

progressão continuada, a organização escolar seriada é substituída por um ou mais ciclos de estudos com aprendizagem ininterrupta.

Essa medida já é adotada, total ou parcialmente, em 14 de 23 Estados pesquisados entre junho e julho/98 pelo MEC.⁹⁰ No Estado de São Paulo, a Deliberação CEE 9/97 instituiu o regime de progressão continuada, sendo que, a partir de 1998, o ensino fundamental foi dividido em dois ciclos: um de 1ª a 4ª série (Ciclo I) e outro de 5ª a 8ª série (Ciclo II). Até 1997 havia o ciclo básico, formado pela 1ª e 2ª séries, com promoção automática.

Documentos da Secretaria Estadual de Educação enfatizam que o conceito de progressão continuada não deve estar associado à idéia de promoção automática, sugestiva de menor investimento no ensino. Na nova forma de organização escolar perdem sentido os termos aprovação e reprovação.

No regime de progressão continuada adotado no Estado de São Paulo, o aluno:

- da 1ª, 2ª ou 3ª séries do Ciclo I e da 5ª, 6ª ou 7ª séries do Ciclo II é promovido, desde que tenha 75% ou mais de frequência. Nessas mesmas séries, o aluno com frequência inferior a 75% poderá ser promovido pela equipe escolar, desde que seu desempenho seja considerado satisfatório antes ou depois de recuperação nas férias.
- da 4ª série do Ciclo I e da 8ª série do Ciclo II, com desempenho satisfatório e frequência igual ou superior a 75%, também é promovido. Nessas séries o aluno com frequência inferior a 75%, mas com rendimento satisfatório poderá ser promovido pela equipe escolar.

⁹⁰ WEBER, Demétrio. Pesquisa mostra impacto da LDB no ensino. **O Estado de S. Paulo**, 14 out. 1998. Caderno A, p. 16.

- da 8ª série do Ciclo II, com frequência igual ou superior a 75%, pode ser promovido parcialmente, se tiver rendimento insatisfatório em até três componentes curriculares. Nesse caso, o aluno só poderá frequentar a 1ª série do ensino médio na mesma escola ou em outra unidade escolar, desde que os horários sejam compatíveis. Se o aluno da 8ª série do Ciclo II tiver rendimento insatisfatório em mais de três componentes curriculares, ele é retido parcialmente, ou seja: continua na mesma série, frequentando as aulas das disciplinas onde foi retido, mas dispensado de cursar os componentes concluídos com êxito no ano anterior.
- da 1ª, 2ª ou 3ª séries do Ciclo I e da 5ª, 6ª ou 7ª séries do Ciclo II é retido, se tiver desempenho insatisfatório e frequência inferior a 75%.
- da 4ª série do Ciclo I é retido, se seu desempenho for insatisfatório, mesmo que tenha 75% ou mais de frequência.⁹¹

Pela Lei 5692/71 era permitida a aprovação com dependência em duas disciplinas, a partir da sétima série do primeiro grau (atual ensino fundamental). Agora esse conceito foi substituído e ampliado.

No Estado de Minas Gerais, com a mudança de governo em 1999, o novo Secretário da Educação, Murilo Hingel, que já foi ministro da Educação, deixou a cada uma das escolas públicas a escolha do sistema de organização do ensino fundamental. O interessante é que esse Estado vinha adotando a organização por ciclos desde 1996 e, em 1997, foi o que apresentou melhor desempenho pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb). Para Murilo Hingel, o sistema de ciclos está longe de refletir a realidade, pois houve muita propaganda e manipulação de dados.⁹²

⁹¹ SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Progressão continuada: o desafio a fazer acontecer. *Escola agora*, ano III, n. 19, out. 1998.

⁹² WEBER, Demétrio e MOREIRA, Ivana. Divisão do ensino em ciclos causa polêmica. *O Estado de S. Paulo*, 27 jan. 1999. Caderno A, p. 14.

Na capital paulista, decreto assinado pelo prefeito Celso Pitta, em setembro de 1998, ampliou o tempo de permanência no ensino fundamental de oito para nove anos. A partir de 1999, crianças com seis anos passam a ser matriculadas nas escolas. Com essa medida, 70 mil alunos das Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis) passam para o ensino fundamental. Outras 15 mil crianças que não conseguiram vaga em 1998 também são beneficiadas. Até 1998, crianças que terminavam a pré-escola com sete anos incompletos corriam o risco de não conseguir vaga no ensino fundamental, na rede pública. Com a ampliação, as duas primeiras séries do ensino fundamental da rede municipal ficam destinadas à alfabetização. É evidente que a maior oferta do número de vagas requer maior número de salas de aulas e contratação de novos professores. Os recursos para a ampliação são oriundos do Fundef.⁹³

5.5.9. Programa de Aceleração de Aprendizagem.

Embora em 1998 nosso país tenha antecipado uma meta prevista para 2002, a de colocar 94% dos jovens nas escolas, persistem algumas distorções em nosso sistema educacional, sendo uma delas a defasagem idade/série. Dos 35,5 milhões de estudantes matriculados em 1998, 46,7% não estavam na série adequada para a idade que possuíam. Quase 9 milhões tinham 15 anos ou mais, idade em que já deveriam estar no ensino médio. Entre os alunos com 10 anos, a defasagem entre idade e série cursada é de 57,8%; entre os alunos de 14 anos é de 76,6%. Para tentar reduzir essa distorção, o MEC criou, em 1997, o Programa de Aceleração de Aprendizagem, mas, em 1998, as classes de aceleração foram freqüentadas por apenas 1,2 milhão de jovens, de um universo de 16 milhões de alunos em idade avançada para a classe freqüentada.⁹⁴

⁹³ JUNQUEIRA, Juliana. Ciclo fundamental será de 9 anos na cidade de SP. *O Estado de S. Paulo*, 9 set. 1998. Caderno A, p. 12.

⁹⁴ SILVA, Sônia Cristina. Brasil põe mais de 95% dos jovens nas escolas. *O Estado de S. Paulo*, 8 dez. 1998. Caderno A, p. 10.

Em reportagem do início de 1998, TOLEDO afirma que com R\$ 1,4 bilhão, o Brasil poderia regularizar o fluxo escolar, levando alunos defasados para a série em que deveriam estar:

Com R\$ 1,4 bilhão o Brasil poderia, em tese, eliminar a defasagem que emperra o fluxo escolar e levar 7 milhões de alunos com pelo menos dois anos de atraso para uma série mais compatível com a idade.

É uma soma grande, mas não impossível de se obter. Equivale a três meses de arrecadação da CPMF - a contribuição sobre movimentações financeiras, que se destina à área da saúde.

Por R\$ 200 a mais per capita seria possível fazer um aluno atrasado saltar até três séries. Não se trata de mágica, mas de investimento em livros, material didático, treinamento do professor, supervisão e avaliação externa, diz o consultor João Batista Araújo e Oliveira.⁹⁵

Nas classes de aceleração, organizadas por faixa etária, utilizando livros e materiais adequados à sua idade e experiência, os alunos recuperam o atraso e podem passar à série adequada à sua idade. O material didático e a capacitação dos professores é financiada pelo MEC; os demais encargos ficam por conta dos governos estaduais.

Sobre os resultados das classes de aceleração no Estado de São Paulo, ATHIAS divulga:

O efeito das classes de aceleração já apresenta reflexos censitários. A Secretaria de Estado da Educação divulgou com exclusividade para o Estado os novos índices de atraso escolar. Entre 1996 e 1998, a taxa de alunos matriculados na 5ª série, uma das mais críticas, com um ano de atraso, foi reduzida de 16,4% para 14,9%. Com dois anos de atraso, a redução foi de 12,4% para 9,2%.

Esse atraso, chamado tecnicamente de distorção idade/série, atinge 55,6%, segundo o MEC, dos

⁹⁵ TOLEDO, José Roberto. R\$ 1,4 bi poderia tirar 7 milhões de alunos do atraso. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1998. Caderno 3, p. 9.

estudantes brasileiros matriculados na 5ª série. São pessoas que, de acordo com a faixa etária, já deveriam estar pelo menos na 7ª série.

As causas mais frequentes do atraso são as repetências múltiplas (pelo menos duas vezes) e o abandono escolar geralmente movido por problemas econômicos. Ao retornar para a escola esses alunos passam a ser os mais velhos da classe. É comum encontrar adolescentes de 12 anos acomodados (ou mal acomodados) em classes de 2ª ou de 3ª série, por exemplo, com crianças de 8 ou 9 anos.⁹⁶

A secretária de Educação Fundamental do MEC, Iara Prado, calcula em um mínimo de quatro anos o tempo indispensável para que estados e municípios consigam regularizar o fluxo escolar. Por enquanto, é ainda muito baixa a oferta de classes de aceleração, pois, conforme citado acima, foram 1,2 milhão de vagas em 1998, o que é pouco para o universo de repetentes. Mas é tarefa inadiável, como adverte Iara Prado: “Não adianta os Estados decidirem matricular os alunos a partir dos 6 anos, se ainda não tiverem corrigido a defasagem entre a idade e a série dos que já estão estudando.” Porque pouco ou nada significa antecipar o acesso, sem garantia de sua progressão.

5.5.10. Escola Ativa.

A Escola Ativa é um programa que visa melhorar a qualidade do ensino na zona rural. Nela, a divisão dos conteúdos curriculares em séries é substituída pela divisão em módulos. Esse modelo, importado da Colômbia, que conseguiu reduzir a evasão escolar, só pôde ser implantado no Brasil após a aprovação da Lei 9394/96 (LDB), que permitiu a organização do ensino fundamental de forma não-seriada. Não havendo seriação, acaba-se com a repetência e a evasão. O conteúdo correspondente a cada série é dividido em 15 módulos e o aluno só passa de um para outro após demonstrar domínio sobre os conteúdos

⁹⁶ ATHIAS, Gabriela. Secretaria ampliará salas na Febem/SP. *O Estado de S. Paulo*, 6 mar. 1999. Caderno A, p. 14.

apresentados. Cada um caminha com seu próprio ritmo. Se, por exemplo, o aluno precisar ajudar o pai na colheita, ele não precisa repetir o ano, pois retorna às aulas no módulo em que parou. Isso estimula o retorno à escola e reduz a evasão.⁹⁷

Outro aspecto positivo da Escola Ativa é que o material didático é próprio para a zona rural e favorece o auto-aprendizado. Cada atividade traz regras claras que explicam o que o aluno deve fazer sem ter de consultar o professor. Os alunos, em vez de sentar em filas indianas, trabalham em grupos, de acordo com o que sabem. Os mais experientes, ou com mais facilidade de compreensão, ajudam os demais. A Escola Ativa também envolve a família do aluno. Os manuais trazem atividades para serem realizadas em casa junto com os familiares. São atividades que não exigem que os pais sejam alfabetizados. Os pais também são incentivados a freqüentar a escola, ajudando a cultivar a horta e a preparar a merenda.⁹⁸

O programa, que tem no Maranhão e em Pernambuco o maior número de salas de aula, só será expandido para as regiões Norte e Centro-Oeste. No Sul e no Sudeste, a estratégia para combater o baixo nível de ensino no campo continuará sendo acabar com as escolas com menos de 30 alunos (escolas multisseriadas), reunindo-as em uma maior, na mesma localidade. A união de várias escolas em uma única, usando transporte escolar, foi incentivada em 1998 pelo governo federal, que repassou às prefeituras R\$ 73,9 milhões para a compra de ônibus escolares. Em 1999, após o corte no orçamento, a Escola Ativa passa a ser uma boa alternativa, mas deve ficar restrita às regiões de

⁹⁷ FALCÃO, Daniela. Corte de verbas estimula escola alternativa. *Folha de S. Paulo*, 1 mar. 1999. 4º caderno, p. 1.

⁹⁸ *Idem*.

difícil acesso e de muita pobreza, onde as estradas são muito ruins, dificultando o transporte dos alunos para escolas maiores.⁹⁹

As escolas maiores, resultantes da união de escolas multisseriadas, além de receberem recursos para a compra de ônibus (R\$ 50 mil para cada veículo), recebem outros incentivos do MEC. As com mais de 100 alunos e que tenham Associação de Pais e Mestres (APM) recebem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) recursos para manutenção e realização de pequenas obras, programa conhecido como Dinheiro na Escola. Nas menores (entre 21 e 100 alunos), a verba do programa é repassada às prefeituras, não caindo na conta da escola. As com menos de 20 alunos são excluídas do Dinheiro na Escola.¹⁰⁰

5.5.11. Punição aos pais que não mantêm seus filhos na escola.

Em várias cidades, juízes, promotores e delegados têm ameaçado de punição os pais que não mantêm os filhos na escola. Desse modo colaboram para combater o analfabetismo e a evasão escolar. A seguir, apresentamos duas notícias relacionadas ao tema:

A primeira, relatada por TALENTO, refere-se ao município de Pirapiranga (BA), onde o promotor conseguiu aumentar o número de alunos na escola em quase 50%:

No município de Parapiranga, a 367 quilômetros de Salvador (BA), o promotor Gildásio Risério de Amorim, baseado no artigo 246 do Código Penal que define como delito de “abandono intelectual” a omissão de pais que não matriculam seus filhos na

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

escola, ameaça de prisão todos os pais que insistem em não matricular seus filhos na escola. Por causa dessa ação, iniciada em março de 1997, quando foi designado para a comarca local, conseguiu aumentar o número de alunos no município em quase 50%. As matrículas passaram de 3.800 em 1997, para 5.200 em 1998.¹⁰¹

A segunda, relatada por CAROSI FILHO, refere-se à cidade de Itapetininga (SP), onde a delegada da Delegacia da Defesa da Mulher tem estimulado os pais de alunos que abandonam a escola a matricular seus filhos:

Na cidade de Itapetininga (SP), a delegada da Delegacia de Defesa de Mulher (DDM), Jaqueline Coutinho, está intimando os pais de 768 alunos que abandonaram os estudos no ano passado. A medida é inédita e visa conter a evasão escolar no município. O órgão cuida de delitos praticados contra a criança e o adolescente e espera que 30% dos jovens voltem as salas de aula.

Jaqueline também se baseia no artigo 246 do Código Penal. O trabalho foi iniciado em dezembro, com o pedido para a Delegacia de Ensino dos nomes das crianças e adolescentes, entre 7 e 17 anos, que deixaram a escola. Com o levantamento, os pais foram intimados via correio para comparecer a DDM, onde são incentivados a matricular seus filhos. Após a matrícula dos filhos, a DDM irá acompanhar a frequência. Caso deixem de ir à escola, os pais novamente serão intimados. A delegada destaca que o número fornecido pelo órgão de ensino se refere somente ao ano passado. Isso pode significar que o número de jovens que deixaram os bancos escolares é muito superior.¹⁰²

¹⁰¹ TALENTO, Biaggio. Ameaça de prisão reduz problema na BA. **O Estado de S. Paulo**, 26 set. 1998. Caderno A, p. 11.

¹⁰² CAROSI FILHO, Orestes. DDM de Itapetininga vai intimar pais de alunos que deixaram as escolas. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 25 fev. 1999, p. 12.

5.5.12 Programa de Informatização das Escolas.

O Programa de Informatização das Escolas (Proinfo), criado no final de 1996, é outro dos projetos que visam levar novas tecnologias para melhorar as condições de trabalho para professores e alunos. Em nossos dias, a informática tornou-se vital. O Proinfo está sendo implantado nas 6 mil escolas que se mostraram inicialmente interessadas no treinamento de professores e dispostas a ceder um espaço para os computadores. Num primeiro momento, o Proinfo prevê o domínio da máquina, mas, para o futuro, haverá incentivo para a produção de *softwares* educacionais.¹⁰³

Determinados educadores criticam o investimento no Proinfo e alguns projetos, alegando que as prioridades deveriam ser as necessidades básicas de todas as escolas. Para outros, se a população tivesse de esperar que as condições mínimas básicas estivessem sanadas para começar a implantação da tecnologia, continuaríamos na contramão da educação. A tecnologia hoje não é um luxo, mas uma necessidade. O aluno precisa estar capacitado a compreender todas as linguagens que estão aí. Afirma Cláudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Professores em Educação no Ensino Municipal (Simpeem): “Muitas vezes o Governo acaba secundarizando o conteúdo em prol da tecnologia. Os computadores devem ser valorizados pelo seu caráter instrumental, para servir na aprendizagem, mas não devem ser considerados o mais importante.” Ana Maria Freire, doutora em História da Educação e viúva do educador Paulo Freire, concorda que as prioridades são as relações humanas: “A relação professor-aluno é a base da aprendizagem e é imprescindível. Quanto mais se investir no professor, mais a educação brasileira se beneficiará. É preciso priorizar o investimento nisso, mais do que em tecnologia. A solidariedade, a cumplicidade e o amor não se aprendem por

¹⁰³ REVISTA E, n° 2, ago. 1998, p. 14.

computador. O carinho, o olhar e o escutar, isso tudo o aluno aprende com a pessoa, não com a máquina.”¹⁰⁴

SPOSITO destaca que, depois de treinar mais de 20 mil professores da rede pública em todo o país, no dia 22 de fevereiro de 1999, o Proinfo começou a distribuição de computadores para as escolas. Na primeira etapa do programa está prevista a entrega, até maio, de micros para 2.646 escolas, com cerca de 3 milhões de alunos. A meta é colocar equipamentos nas 6 mil escolas inscritas, beneficiando 7,5 milhões de alunos do ensino fundamental e médio.¹⁰⁵

5.5.13. Reorganização da rede.

A partir de 1995, com a posse de Mário Covas no Governo do Estado de São Paulo e de Rose Neubaier como secretária da Educação, foram promovidas várias alterações na área educacional. Em 1996, iniciou-se a reorganização da rede escolar¹⁰⁶, separando-a em unidades que atendem crianças de 1ª a 4ª séries e outras destinadas a adolescentes de 5ª a 8ª séries e 2º grau (atual ensino médio).

De acordo com dados do governo, com a reorganização, cerca de 3 mil escolas estão atendendo exclusivamente crianças de 1ª a 4ª séries, enquanto outras duas mil atendem alunos mais velhos, da 5ª série ao ensino médio. Todas receberam recursos para compra de materiais pedagógicos, bem como para transformar as salas de aula em “salas-ambiente”, ou seja, salas onde o ambiente estimula a aprendizagem, porque nelas existem livros, jogos, mapas,

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ SPOSITO, Rosa. Proinfo entrega micros a escolas. **O Estado de S. Paulo**, 1 mar. 1999.

¹⁰⁶ O programa de reorganização das escolas da rede pública estadual foi instituído pelo decreto nº 40.473, de 22/11/95.

gravadores, enfim, tudo o que a criança ou o jovem precisa para ter vontade de descobrir, conhecer e aprender mais.¹⁰⁷

Com o processo de reorganização, muitos alunos foram transferidos, a maioria para escolas próximas de suas casas. No caso em que houve deslocamento para unidades mais distantes, ainda segundo dados governamentais, as Delegacias de Ensino receberam recursos para comprar e distribuir passes aos alunos ou para alugar ônibus escolares. Algumas prefeituras assumiram o transporte dos alunos; outras receberam verbas da Secretaria para esse fim.¹⁰⁸

5.5.14. Recuperação de conteúdos nas férias.

Com o objetivo de dar mais uma oportunidade aos alunos, em dezembro de 1996, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo instituiu a chamada “recuperação de férias”, para aqueles que haviam sido reprovados no ensino fundamental. Nesse ano, houve 8,8% de reprovação e a evasão escolar foi de 7,6% da 1ª às 8ª séries. Os alunos tiveram aulas em janeiro de 1997 e a experiência foi considerada um sucesso pelo governo. Dos alunos reprovados no ano letivo convencional, a taxa de aprovação durante a recuperação foi de 51,3%: de um total de 235.530 inscritos, 120.930 foram promovidos.¹⁰⁹

A partir de 1998, as aulas de recuperação passaram a ser obrigatórias para os alunos do ensino fundamental e também do ensino médio. Em janeiro

¹⁰⁷ SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. **O que já mudou na escola pública paulista?**, fev. 1997, p. 6-7.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 16-17.

¹⁰⁹ PEREIRA, Pablo. Reprovados de SP terão de fazer recuperação. **O Estado de S. Paulo**, 2 dez. 1997. Caderno A, p. 11.

de 1998 cerca de 350 mil alunos participaram do programa, inclusive aqueles com mais de 25% de faltas, o que não havia ocorrido no ano anterior.

5.5.15. Projeto Alfa Vida.

Na cidade de Sorocaba, o projeto Alfa Vida traz para a escola pessoas evadidas ou que não chegaram a frequentá-la. Está ligado à Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e tem por finalidade a alfabetização de jovens e adultos, em nível fundamental (1ª a 4ª séries). A idade mínima exigida para participar do projeto é de 12 anos completos.¹¹⁰ Em 1999 se inscreveram 1776 alunos, que foram distribuídos em 57 classes de 35 Centros de Educação Infantil (CEIs).¹¹¹

Sobre o projeto Alfa Vida existe um trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia, apresentado por Luis Fábio Santos, em novembro de 1998. Intitulado “O lápis faz calo em mãos calejadas na construção da cidadania do curso de alfabetização de jovens e adultos na rede municipal de Sorocaba - Alfa Vida”, está disponível na biblioteca da Universidade de Sorocaba, onde o autor realizou o curso de graduação.

¹¹⁰ ALFA Vida abre inscrição para novas turmas dia 8. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 3 fev. 1999, p.3.

¹¹¹ DOCENTES têm treinamento ao Alfa Vida. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 3 mar. 1999, p. 8.

5.6. Conclusão.

No início deste capítulo dizíamos que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério seria provavelmente a medida mais comemorada pelo ministro da Educação para a melhoria do ensino fundamental. De fato, o Fundef apresentou uma série de pontos positivos, sendo um deles a diminuição do desequilíbrio de receita entre cidades mais e menos desenvolvidas, aumentando a receita destas últimas. Outro aspecto a salientar, é que melhorou o salário de professores, principalmente os de 1ª a 4ª série das regiões Norte e Nordeste, que muitas vezes ganhavam menos de um salário mínimo por mês. Também aumentou o número de matrículas em 6%. Embora o número de matrículas tenha aumentando, ainda persistem alguns problemas. Um deles é que há uma perda média de 15% em relação às matrículas iniciais, o que não ocorre em países mais ricos e industrializados. Outro é que, embora a maioria dos alunos esteja na escola, muitos estão defasados em relação à idade/série. As maiores discrepâncias encontram-se no Nordeste, contribuindo para que a nossa taxa média de escolaridade seja inferior à de muitos países. A criação do Fundef intensificou a municipalização do ensino, mas a incumbência assumida pelas prefeituras não vem acompanhada de verbas para a manutenção das escolas e, em breve, uma série de problemas poderão surgir nessas unidades e afetar a qualidade do ensino.

Embora a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) já se preocupasse com a atualização, consumibilidade e resistência do livro didático, a partir de 1995 houve um aprofundamento dos critérios. Quando o MEC começou a divulgar o resultado da avaliação, houve reação por parte das editoras e apareceram críticas de ambos os lados: os avaliadores apontando erros conceituais, ilustrações imprecisas ou incorretas, hábitos inapropriados, sugestões para realização de experiências perigosas, preconceito, etc; as

editoras afirmando que os autores não tiveram o direito de defesa e que os avaliadores estariam considerando sua avaliação infalível. De qualquer modo, julgamos que o saldo foi positivo e está havendo uma maior preocupação no sentido de oferecer material de melhor qualidade aos alunos.

Os ^{PCNs} Parâmetros Curriculares Nacionais servem de subsídio aos professores para organizarem o processo de ensino aprendizagem de acordo com o cotidiano dos alunos, visando à formação de uma identidade nacional. Verificamos que são documentos bem elaborados e que realmente podem ser úteis na modificação do modelo pedagógico brasileiro. Uma crítica feita aos PCNs é que foram criados sem haver o envolvimento e formação da grande maioria dos profissionais, o que é negado pelo MEC.

Todos temos convicção de que os professores, figuras-chave na melhoria da educação, devem estar em constante processo de qualificação e requalificação. Mas, no dia-a-dia, são ignorados e até culpabilizados pela maioria dos problemas educacionais. É necessário que voltem a ser valorizados e tenham condições de desempenhar dignamente sua função.

O Fundo de Fortalecimento da Escola, lançado em 1998, visa reparar a precária condição em que se encontra o sistema educacional básico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De início, fez-se o levantamento da situação, esperamos agora que comecem as ações para realmente qualificar as escolas e os professores.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, realizado em 1997, juntamente com outros critérios de aferição, tem permitido uma análise mais precisa de nossos alunos e do sistema educacional, possibilitando a elaboração de políticas que visem à elevação do padrão de qualidade e eficiência do ensino.

A Campanha Toda Criança na Escola, que culminou com a Semana de Matrícula em março de 1998, levou para a escola crianças que ainda não estavam matriculadas. Como já ressaltamos, além de colocar as crianças na sala de aula, outros procedimentos devem ser tomados para que elas permaneçam na escola e não a abandonem posteriormente.

O Exame Nacional de Cursos, como já foi citado, avalia os professores indiretamente. Ano a ano o número de cursos analisados tem sido ampliado e isso tem levado as universidades a preparar melhor seus alunos, o que acaba influenciando positivamente no ensino.

A Lei 9394/96, embora receba críticas de muitos educadores por ser incompleta e estar atrelada à política neoliberal, que se tornou hegemônica na década de 90, trouxe avanços, dando maior autonomia às escolas e possibilitando a tomada de novas decisões para diminuir o fracasso escolar e melhorar a qualidade do ensino

A TV Escola, embora esteja colaborando na capacitação e aperfeiçoamento dos professores, precisa ser aperfeiçoada. Vimos que apenas 61% das escolas têm o *kit* em funcionamento e, mesmo nelas, ocorrem problemas na recepção dos sinais e gravação dos programas. Os professores não se encontram devidamente preparados para o projeto e se ressentem da falta de tempo para um envolvimento maior.

O programa bolsa-escola, iniciado em Brasília, em 1995, beneficiando com um salário mínimo famílias pobres que mantêm seus filhos na escola, aparentemente foi aprovado por todos os segmentos da sociedade, recebendo elogios do próprio presidente da República. Em dezembro de 1997, foi sancionada a lei que garante renda mínima às famílias que deixam os filhos na

escola. De acordo com essa lei, cada família deverá receber R\$ 15.00 do governo federal e outros R\$ 15,00 do município, por filho que provar manter na escola. O MEC também lançou o Programa de Renda Mínima para beneficiar as regiões em que os alunos estão há pelo menos dois anos atrasados na escola. O programa bolsa-escola e o de renda mínima significam avanços no sentido de que as crianças deixam de trabalhar, passam a frequentar a escola e também apresentam melhor rendimento, pois as que trabalham costumam ter desempenho escolar insuficiente.

A progressão continuada tem por finalidade eliminar barreiras que ocorriam ao final de cada série, já que o ensino fica dividido em ciclos. No sistema seriado, quando o aluno era reprovado, tinha de recomeçar novamente da estaca zero; no novo sistema, quando não consegue dominar as habilidades e conteúdos mínimos ao final de cada ano letivo, é promovido, mas, na nova série, recebe aulas de reforço e recuperação para atingir o aproveitamento médio de sua turma.

O Programa de Aceleração de Aprendizagem visa reduzir ao máximo a diferença entre idade e série cursada, já que, em nosso país, mais de 45% dos alunos matriculados no ensino fundamental já repetiram pelo menos uma série. Embora a oferta das classes de aceleração ainda seja pequena para o número de repetentes, é uma medida que, incrementada, colocará os estudantes em séries compatíveis com sua idade e liberará vagas para os que ainda se encontram fora da escola ou mesmo para reduzir a superlotação que ocorre em muitas salas.

A Escola Ativa, estratégia para combater a baixa qualidade do ensino nos estabelecimentos rurais, é outra medida digna de elogios. Conforme já salientamos, nelas o conteúdo, com material próprio para o campo, é dividido em blocos e os alunos só passam de um para outro, após demonstrarem domínio sobre o anterior. Como cada aluno caminha de acordo com seu

próprio ritmo, ele pode se ausentar das aulas nas épocas em que precise ajudar seus pais.

A punição aos pais que não mantêm seus filhos na escola é outro mecanismo que vem sendo utilizado com sucesso em algumas cidades, para fazer com que as crianças permaneçam na escola. Promotores e juizes têm se baseado no artigo 246 do Código Penal Brasileiro, que afirma que os pais cometem delito de abandono intelectual, quando não cuidam da educação dos filhos em idade escolar.

O Programa de Informatização das Escolas procura levar novas formas de propagação do conhecimento para professores e alunos. Embora determinados segmentos da sociedade defendam que inicialmente devam ser supridas as necessidades básicas das escolas, acreditamos que o projeto deva ser incentivado. Devemos voltar nossas preocupações para que todas as unidades escolares tenham condições adequadas de funcionamento, mas também é necessário que se invista em novas tecnologias, as quais, em nossos dias, constituem uma necessidade.

A reorganização da rede no Estado de São Paulo, que separou as escolas em dois grupos, um para alunos de 1ª a 4ª séries e outro para as demais séries do ensino fundamental e ensino médio, também tem seus méritos. Com ela procurou-se fazer com que em cada escola permaneçam alunos de idades próximas e também o material pedagógico seja adequado à clientela atendida. Surgiram problemas como a supressão de parte das séries em determinadas escolas, com conseqüente deslocamento dos alunos para outros locais, muitas vezes distantes de suas residências. Ainda no Estado de São Paulo, a recuperação de conteúdos nas férias tem feito com que alunos de aproveitamento insatisfatório assistam a mais aulas e tenham uma nova chance de promoção durante o mês de janeiro. A divisão do ensino em ciclos, que

impede o professor de reprovar e a recuperação de férias são estratégias adotadas pelo governo e que têm diminuído o fracasso escolar. São medidas “de cima para baixo”, por decreto, que foram tomadas sem que houvesse o devido preparo dos professores e, se outras providências não forem estabelecidas, poderão se transformar em simples promoção automática, levando muitos alunos ao desinteresse pelas aulas.

O projeto Alfa Vida, na cidade Sorocaba, traz para a escola pessoas evadidas ou que não chegaram a freqüentá-la. É outra iniciativa salutar, da qual devem existir programas semelhantes em outras localidades, e que devem ser estimulados.

Vimos neste capítulo que muitas ações têm sido desenvolvidas para diminuir a repetência/evasão e/ou melhorar a qualidade do ensino. É necessário que todas sejam constantemente avaliadas, para eliminar possíveis distorções e também evitar que acabem no esquecimento, pois só desse modo poderemos falar no sucesso escolar.

CONCLUSÃO FINAL

A evasão escolar, embora tenha diminuído nos últimos anos, ainda requer muitas ações do governo, da sociedade e dos educadores.

De 1996 para 1997, no ensino fundamental, caiu de 12,9% para 11,1% no Brasil e, de 5,1% para 3,0% no Estado de São Paulo. Na cidade de Sorocaba, aumentou de 5,1% para 7,0% na 1ª Delegacia de Ensino, mas foi reduzida de 7,9% para 4,7% na 2ª Delegacia de Ensino. Em 1998, de 5ª a 8ª série, foi de 6,18% na cidade de Sorocaba.

Uma de suas causas, a repetência, vem sendo enfrentada com mais eficiência. A reprovação, de 1996 para 1997, decresceu de 14,1% para 11,4% no Brasil, e de 8,8% para 4,5% no Estado de São Paulo; na cidade de Sorocaba, passou de 9,1% para 4,7% na 1ª Delegacia de Ensino, e de 10,7% para 2,0% na 2ª Delegacia de Ensino. Nesse aspecto, acreditamos que a principal medida veio com os parágrafos 1º e 2º do artigo 32 da nova LDB, que possibilita o desdobramento do ensino fundamental em ciclos e a adoção da progressão continuada, permitindo o fluxo do aluno sem retenção. No Estado de São Paulo, instituiu-se também a recuperação de conteúdos nas férias, o que contribuiu para aumentar o índice de aprovação.

Outra ação para combater a repetência é o Programa de Aceleração de Aprendizagem, criado em 1997, e que procura colocar o aluno na série correspondente à sua idade. O avanço de uma ou mais séries faz com que o estudante recupere sua auto-estima e sinta-se motivado a permanecer na escola. Com a aceleração, a média para concluir as oito séries do ensino fundamental, que era superior a 10 anos, passou a ser menor, bem como diminuiu o desperdício de recursos financeiros, possibilitando que mais vagas sejam abertas à população.

Também determinante da evasão escolar, o fato de crianças terem de trabalhar para auxiliarem na renda familiar tem sendo contornado com os programas de bolsa-escola e, mais recentemente, com o de renda-mínima. A partir de uma iniciativa pioneira em Brasília, os programas de bolsa-escola vêm sendo adotados em muitas cidades do país, permitindo uma complementação salarial aos pais que mantêm seus filhos na escola. O programa de renda-mínima, a partir de junho de 1999, começou a liberar recursos financeiros a famílias carentes em 3.355 municípios. Uma norma complementar às que acabamos de relatar tem partido de juízes, promotores e delegados, cobrando dos pais a matrícula dos filhos.

Verificamos, igualmente, que pessoas deixam de estudar por não gostarem da escola, não se interessarem pelas aulas, significando que a escola não está alcançando seus objetivos, devendo o ensino, o currículo, o sistema de acompanhamento e a avaliação serem repensados. Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, “é o professor e não o aluno o principal responsável pelo sucesso ou insucesso escolar”.¹¹² É evidente a importância do professor, porém o que se aspira é que ele seja melhor qualificado, melhor remunerado e tenha condições de superar as limitações a que está sujeito. Segundo o MEC, em 1999, uma verba de R\$ 300 milhões está sendo aplicada na formação de professores, além de outras iniciativas que visam melhorar as condições desses profissionais e também dos alunos, como a TV Escola e o Programa de Informatização das Escolas. Ainda de acordo com o MEC, em 1998, com a entrada em funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), houve um aumento médio de 12,9% no salário dos professores.

¹¹² SOUZA, Paulo Renato. Aceleração espanta a repetência. *O Estado de S. Paulo*, 4 ago. 1999. Caderno A. p. 12.

O Fundef fez também com que o número de matrículas aumentasse 6%, sendo que outra providência, a Campanha Toda Criança na Escola, trouxe para os estabelecimentos de ensino 1,6 milhão de novos alunos, reduzindo para menos de 5% a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos fora das salas de aula.

Além das causas já apontadas, as pessoas também deixam de estudar por não haver escola perto de suas residências e por falta de vaga, evidenciando-se a necessidade de construção de novas escolas na tentativa de solucionar essas questões. Ocorre que, em determinados locais, não se tem verificado a construção, ampliação, reforma ou inauguração de estabelecimentos públicos de ensino há muito tempo. Mesmo com a adoção de um ou mais desses procedimentos, ainda assim é preciso adequar o número de vagas à demanda da clientela e dotar as escolas dos materiais e recursos pedagógicos necessários para assegurar a permanência dos seus alunos.

Faremos agora mais algumas considerações sobre o livro didático: verificamos que, a partir de 1995, com a avaliação aprofundada, tem havido uma melhoria na qualidade dos mesmos, bem como a exclusão daqueles de má categoria. No Estado de São Paulo, o governo divulga que adquiriu e distribuiu gratuitamente, de 1996 a 1998, 12 milhões de livros por ano. Transmite, nesse caso, a idéia de que cada aluno tem as obras de que necessita, mas não é bem assim, sendo necessário muito mais, pois os livros realmente foram entregues, mas em quantidade insuficiente para todos os estudantes. O exemplo seguinte ilustra a situação: a escola tem 220 alunos na 6ª série e recebe apenas 120 livros, sendo impossível destinar um exemplar para cada aluno, e o que acaba ocorrendo é a sua distribuição no início de cada aula e o recolhimento ao final, para ser utilizado novamente por outra turma, sem que o estudante possa levá-lo para casa.

Como últimas palavras, gostaríamos de ressaltar que a educação não é um favor concedido às pessoas, mas um direito do cidadão e um dever do Estado; a legislação garante à criança e aos adolescentes o acesso à escola pública, gratuita e de qualidade. Creio que já está na hora de assegurar não só o ingresso, mas também a permanência de crianças e jovens em estabelecimentos de ensino público de bom nível.

ANEXOS

01. Roteiro de entrevista.
 02. Matrícula final - 1996 - 1º grau - taxa de retenção por escola - 2ª DE/SO.
 03. Matrícula final - 1996 - 1º grau - taxa de evasão por escola - 2ª DE/SO.
 04. Quadro de resultados finais por escola - 1997 - 1ª DE/SO.
 05. Porcentagem de alunos evadidos por escola - 1996 - 1º grau - 1ª DE/SO.
 06. Quadro resumo - matrícula final - 1994 - 1ª DE/SO.
 07. Taxas de promoção, evasão e retenção - 1994, 1995 e 1996 - 1º e 2º graus - 2ª DE/SO.
 08. Evasão/95 por escola - noturno - 2ª DE/SO.
 09. Evasão/95 por escola - diurno - 2ª DE/SO.
-

ANEXO 01 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista n° _____

Data: ____/____/____

Escola:

Série _____ e ano _____ em que ocorreu a evasão.

1. Sexo masculino ()
feminino ()

2. Idade ____ anos.

3. Estado civil: _____

4. Em que bairro você mora? _____

5. Como é o local onde você mora? (casa, sobrado, apartamento, outro).
_____6. Quantos cômodos tem o local onde você mora?
_____7. Fale sobre o local onde você mora. (próprio, alugado, cedido, emprestado, etc).
_____8. Com quem você mora? (pais, avós, irmãos, tios, sozinho, etc).

9. Descreva a ocupação (trabalho) de

a) seu pai _____

b) sua mãe _____

10. Qual o nível de instrução de

a) seu pai? _____

b) sua mãe? _____

11. Se não reside com seus pais, qual o nível de instrução das pessoas com quem você mora?

12. Qual é a renda mensal da unidade doméstica da qual você faz parte?
- a) de 1 até 3 salários mínimos () d) mais de 7 até 10 salários mínimos
b) mais de 3 até 5 salários mínimos () mínimos
c) mais de 5 até 7 salários mínimos () e) mais de 10 salários mínimos ()
13. Cite o número de pessoas que vivem da renda familiar indicada na questão anterior (incluindo você).
- a) uma (moro só) () c) três () e) cinco ()
b) duas () d) quatro () f) seis ou mais ()
14. Você trabalha? _____
- a) Desde quando? _____
- b) Onde? _____
- c) Quantas horas? _____
- d) Quanto recebe? _____
- e) Você tem carteira de trabalho assinada? _____
- f) Você está satisfeito com o seu trabalho? Por quê? _____
- _____
15. Quais os motivos que o levaram a trabalhar?
- _____
16. Você é filiado a alguma associação e/ou sindicato?
- _____
17. Se desempregado, falar o que fazia no último emprego.
- _____
18. Por que você saiu do emprego?
- _____
19. Em que turno (manhã, tarde, noite, outro) estudava quando abandonou os estudos?
- _____
20. Por que você deixou de estudar? _____
- _____
21. A quem você atribui a culpa? À escola? A sua família? Ao seu trabalho? Outros motivos.
- _____
22. Como sua família explica o fato de você ter deixado de estudar?
- _____
23. Para você, qual é a finalidade da escola?
- _____

24. Explique com suas palavras por que os alunos deixam de estudar.

25. Na sua opinião quem se sai melhor na vida?

26. Dê a sua opinião acerca de alguns aspectos de como era sua escola.

27. Como você pensa que deveria ser a escola?

28. Em poucas palavras, diga o que você entende por “um bom professor”.

29. Você acha que quem estuda arranja empregos melhores? Por quê?

30. Cite algumas vantagens ou desvantagens que há em deixar de estudar.

31. Você voltou a estudar? Por quê?

32. Você gostaria de voltar a estudar? Por quê?

33. Você acha importante ter um diploma? Por quê?

34. Na sua opinião, quais são os maiores problemas sociais de seu bairro?

35. E de Sorocaba? _____

36. E do Brasil? _____

37. Esses problemas têm solução? Sim () Não ()

Como poderiam ser resolvidos? _____

38. Você acha que ter saído da escola faz alguma diferença na sua vida?

Sim () Não ()

Como? Dê um exemplo. _____

39. O que você espera fazer ou ser daqui para frente?

40. Como você pretende se sustentar no futuro?

41. Qual dos seus sonhos você gostaria mais de ser realizado?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
2ª DELEGACIA DE ENSINO DE SOROCABA

ANEXO 02

MATRÍCULA FINAL - 1996 - 1º GRAU

TAXA DE RETENÇÃO %

Nome da Escola	Taxa Média Retenção DE. 10,70	Série e Taxa de Maior Retenção
EEPSG. Prof. Julio Bierrenbach Lima	1,19	7ª D 1,80
EEPG(A) Prof. Salvador Ortega Fernandes	3,42	2ª 8,33
EEPSG Senador Luiz Nogueira Martins	3,87	5ª D 8,12
EEPG Profº Dorival Dias de Carvalho	3,96	2ª 14,67
EEPG(A) Edward Frufru Marciano da Silva	4,55	2ª 9,76
EEPG Profª Maria Cândida de Barros Araújo	5,02	2ª 17,01
EEPG Prof. José Roque de Almeida Rosa	5,28	2ª 12,83
EEPGº Reverendo Augusto da Silva Dourado	5,45	2ª 15,15
EEPG Profº Dionysio Vieira	5,52	5ª N 17,31
EEPG. Baltazar Fernandes	5,61	2ª 15,00
EEPG Mário Guilherme Notari	6,29	2ª 19,68
EEPG Profª Osis Salvestrini Mendes	6,34	6ª N 12,28
EEPG Visconde de Porto Seguro	6,64	2ª 16,81
EEPSG Profº Francisco Coccaro	6,76	7ª N 15,56
EEPG Profº Enéas Proença de Arruda	6,84	2ª 15,21
EEPG Profª Rosemary de Mello Moreira Pereira	7,08	2ª 16,62
EEPG Profª Jordina Amaral Arruda	7,60	2ª 18,64
EEPG. Prof. Antonio Cordeiro	7,99	2ª 30,53
EEPSG Prof. Joaquim Izidoro Marins	8,24	5ª D 18,85
EEPSG Francisco Camargo César	8,30	5ª D 14,00
EEPG Prof. Waldemar de Freitas Rosa	8,31	2ª 26,15
EEPG Prof. Roque Conceição Martins	9,72	2ª 24,40
EEPSG Prof. Lauro Sanchez	10,30	2ª 21,36
EEPSG Profª Guiomar Camolesi de Souza	10,65	2ª 29,96
EEPSG Profª Genézia Isabel Cardoso Menciacci	10,73	6ª N 23,68
EEPG João Rodrigues Bueno	11,08	2ª 20,34
EEPG.(R) Prof. Dirceu Ferreira da Silva	11,11	3ª 24,24
EEPG Profª Beathris Caixeiro Del Cistia	11,30	5ª N 25,64
EEPG. Profª Isabel Lopes Monteiro	11,82	7ª N 41,67
EEPG Parque Vitória Régia	11,98	5ª D 18,94
EEPSG. Antonio Padilha	12,23	5ª D 23,36
EEPG Profª Marina Grohmann Soares Fernandes	13,41	2ª 25,68
EEPG Prof. Genésio Machado	13,73	6ª D 23,23
EEPG Humberto de Campos	14,51	5ª N 28,46
EEPG Profª Zélia Dulce de Campos Maia	14,74	2ª 33,81
EEPSG. João Climaco de Camargo Pires	15,29	7ª D 25,90
EEPG Prof. Jorge Madureira	15,51	2ª 40,19
EEPSG Prof. José Quevedo	16,11	2ª 33,92
EEPG Dr. Gualberto Moreira	16,46	2ª 35,63
EEPG Reverendo Ovídio Antonio de Souza	17,79	2ª 38,60
EEPG. Profª Antonia Lucchesi	18,18	2ª 43,02
EEPSG Profº Ezequiel Machado Nascimento	27,86	5ª N 43,64
EEPG. Bairro do Rosário	22,53	2ª 54,55



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
2ª DELEGACIA DE ENSINO DE SOROCABA

ANEXO 03

MATRÍCULA FINAL - 1996 - 1º GRAU

TAXA DE EVASÃO

Nome da Escola	Taxa Média Evasão DE. 7,87	Série e Taxa de Maior Evasão
EEPG Visconde de Porto Seguro	1,01	1ª 3,00
EEPGº Reverendo Augusto da Silva Dourado	1,82	1ª 3,70
EEPG. Baltazar Fernandes	2,29	1ª 4,66
EEPG Prof. José Roque de Almeida Rosa	2,40	5ª N 7,14
EEPG Profº Enéas Proença de Arruda	2,80	3ª 4,70
EEPSG. Prof. Julio Bierrenbach Lima	2,85	6ª D 7,21
EEPSG. Antonio Padilha	3,24	6ª D 3,91
EEPG(A) Edward Frufu Marciano da Silva	3,25	4ª 9,09
EEPG.(R) Prof. Dirceu Ferreira da Silva	3,70	1ª 7,14
EEPSG Prof. Joaquim Izidoro Marins	3,85	5ª D 9,42
EEPG Profª Marina Grohmann Soares Fernandes	3,90	1ª 4,24
EEPG Profª Beathris Caixeiro Del Cistia	4,02	5ª N 12,82
EEPG Prof. Jorge Madureira	4,14	7ª N 21,79
EEPG(A) Prof. Salvador Ortega Fernandes	4,27	3ª 7,69
EEPG Profº Dorival Dias de Carvalho	4,29	1ª 8,11
EEPSG Profº Francisco Coccaro	4,41	8ª N 14,41
EEPSG. João Clímaco de Camargo Pires	4,66	5ª D 9,84
EEPG Profª Rosemary de Mello Moreira Pereira	4,66	3ª 8,49
EEPG Prof. Roque Conceição Martins	5,04	8ª N 9,48
EEPG. Profª Isabel Lopes Monteiro	5,34	7ª N 58,33
EEPG Humberto de Campos	6,31	5ª N 22,76
EEPG. Profª Antonia Lucchesi	6,32	2ª 6,98
EEPG Prof. Waldemar de Freitas Rosa	6,82	5ª N 24,58
EEPG Profº Dionysio Vieira	6,98	5ª N 48,08
EEPG Profª Maria Cândida de Barros Araújo	6,98	7ª N 20,55
EEPG João Rodrigues Bueno	7,27	6ª N 19,63
EEPSG Prof. Lauro Sanchez	8,18	5ª N 42,50
EEPG Dr. Gualberto Moreira	8,42	5ª N 41,38
EEPSG Francisco Camargo César	9,39	8ª N 14,88
EEPG Profº Ossia Salvestrini Mendes	9,56	6ª N 20,18
EEPG Mário Guilherme Notari	9,59	6ª N 29,41
EEPG Profª Jordina Amaral Arruda	9,83	5ª N 53,49
EEPSG Prof. José Quevedo	9,89	5ª N 51,76
EEPG Parque Vitória Régia	9,92	5ª N 23,73
EEPSG Profª Guiomar Camolesi de Souza	10,10	5ª N 54,17
EEPG Profª Zélia Dulce de Campos Maia	10,52	5ª N 39,78
EEPSG Profº Ezequiel Machado Nascimento	11,79	6ª N 33,61
EEPG Reverendo Ovídio Antonio de Souza	12,17	7ª N 21,84
EEPSG Profª Genézia Isabel Cardoso Mencacci	12,50	5ª N 41,30
EEPSG Senador Luiz Nogueira Martins	13,58	5ª N 66,67
EEPG. Prof. Antonio Cordeiro	16,04	5ª N 50,94
EEPG Prof. Genésio Machado	17,88	6ª N 37,21



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
1ª DELEGACIA DE ENSINO DE SOROCABA

Rua Sete de Setembro, 287, Ed. A. Cardoso – 12º e 13º andar CEP: 18035-001
Telefone : 232-2333 / 232-2323 / 232-5085 / 233-5346 Fax : (015) 232-6782

ANEXO 04

QUADRO DE RESULTADOS FINAIS – 1997 - 1ª DE/SO.

Nº	Unidade Escolar	% - 1º GRAU			% - 2º GRAU			% -SUPLÊNCIA II			% -SUPLÊNCIA 2º GRAU		
		Prom.	Evad.	Ret.	Transf.	Prom.	Evad.	Ret.	Transf.	Prom.	Evad.	Ret.	Transf.
21	EEPG "Profª Elza Salvastro Bomilha"	73,13	3,62	15,20	8,07	---	---	---	---	---	---	---	---
22	EEPG "Prof. Flávio Gagliardi"	80,04	5,20	3,12	11,64	---	---	---	---	---	---	---	---
23	EEPG "Gumercindo Gonçalves"	82,0	3,0	2,75	12,25	---	---	---	---	---	---	---	---
24	EEPG "Profª Ida Y. Lauzonni de Barros"	81,0	6,0	7,0	6,0	---	---	---	---	---	---	---	---
25	EEPG "Profª Izabel Rodrigues Galvão"	90,0	4,0	0,0	6,0	---	---	---	---	---	---	---	---
26	EEPG "Dr. João Machado de Araújo"	92,0	2,0	0,0	6,0	---	---	---	---	---	---	---	---
27	EEPG "Prof. José Odín de Arruda"	80,4	11,6	0,96	7,04	---	---	---	---	---	---	---	---
28	EEPGA "Prof. José de C. Maia e Almeida"	74,30	2,00	8,84	14,86	---	---	---	---	---	---	---	---
29	EEPG "Profª Julia Rios Athayde"	87,09	2,09	2,62	8,20	---	---	---	---	---	---	---	---
30	EEPG "Profª Laila Galep Sacker"	80,28	1,35	3,53	14,84	---	---	---	---	---	---	---	---
31	EEPG "Prof. Luiz G. de Camargo Fleury"	76,5	6,4	4,4	12,7	---	---	---	---	---	---	---	---
32	EEPG "Monsenhor João Soares"	78,43	2,88	2,88	15,82	---	---	---	---	---	---	---	---
33	EEPG "Monteiro Lobato"	72,88	13,73	7,12	6,27	---	---	---	---	---	---	---	---
34	EEPGA "Profª Nazira N.J. Murad Rodrigues"	67,86	6,64	11,23	14,29	---	---	---	---	---	---	---	---
35	EEPG "Quinzinho de Barros"	84,4	2,2	3,5	9,9	---	---	---	---	---	---	---	---
36	EEPG "Prof. Rafael Orsi Filho"	86,0	4,0	2,0	8,0	---	---	---	---	---	---	---	---
37	EEPG "Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury"	86,27	2,33	2,52	8,90	---	---	---	---	---	---	---	---
38	EEPG "Prof. Roberto Paschoalick"	88,2	1,2	2,6	8,0	---	---	---	---	---	---	---	---
39	CEFAM "Prof. João Tortello"	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
40	CEES "Norberto Soares Ramos"	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

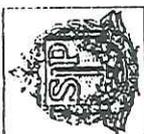


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
 1ª DELEGACIA DE ENSINO DE SOROCABA
 Rua Sete de Setembro, 287, Ed. A. Cardoso – 12º e 13º andar CEP: 18035-001
 Telefone : 232-2333 / 232-2323 / 232-5085 / 233-5346 Fax : (015) 232-6782

QUADRO DE RESULTADOS FINAIS – 1997 – 1ª DE/SO.

Nº	Unidade Escolar	% - 1º GRAU				% - 2º GRAU				% -SUPLÊNCIA II				% -SUPLÊNCIA 2º GRAU			
		Prom.	Evad.	Ret.	Transf.	Prom.	Evad.	Ret.	Transf.	Prom.	Evad.	Ret.	Transf.	Prom.	Evad.	Ret.	Transf.
01	EEPSG "Prof. Aggeu Pereira do Amaral"	89,8	3,75	1,47	4,98	81,25	9,65	1,27	7,83	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
02	EEPSG "Prof. Altamir Gonçalves"	77,2	7,2	2,6	13,0	57,2	22,0	4,1	16,7	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
03	EEPSG "Antonio Miguel Pereira Junior"	77,2	13,9	6,8	7,5	68,6	21,0	2,0	8,4	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
04	EEPSG "Antonio Vieira Campos"	82,14	3,30	8,69	5,87	76,23	14,46	5,64	3,67	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
05	EEPSG "Dr. Arthur Cyrillo Freire"	83,19	8,46	0,29	8,06	81,36	10,61	0,00	8,03	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
06	EEPSG "Brigadeiro Tobias"	83,2	3,1	7,4	6,3	79,1	8,5	8,5	3,9	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
07	EEPSG "Prof. Escolástica Rosa de Almeida"	80,0	6,0	5,0	9,0	85,0	10,0	2,0	3,0	83,0	10,0	7,0	0,00	91,1	7,4	1,0	0,5
08	EEPSG "Francisco Eufrásio Monteiro"	80,5	5,7	7,7	6,1	76,9	9,9	8,7	4,5	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
09	EEPSG "Prof. José Reginato"	84,0	2,0	4,0	10,0	77,0	9,0	3,0	11,0	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
10	EEPSG "Prof. Josefa Rodrigues Fernandes"	79,0	9,0	3,0	9,0	78,0	13,0	2,0	7,0	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
11	EEPSG "Dr. Julio Prestes de Albuquerque"	90,49	2,25	2,37	3,68	82,99	7,69	4,70	4,60	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
12	EEPSG "Prof. Marco Antonio Mencacci"	78,56	9,0	0,71	12,09	79,42	13,98	1,48	5,12	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
13	EEPSG "Prof. Octávio Novais de Carvalho"	82,6	4,9	2,9	9,6	71,9	16,9	2,3	8,9	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
14	EEPSG "Senador Vergueiro"	81,0	6,0	5,0	8,0	73,0	14,0	6,0	7,0	74,7	20,3	3,1	1,9	91,1	7,4	1,0	0,5
15	EEPSG "Prof. Wilson Ramos Brandão"	71,3	9,4	12,6	6,6	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
16	EEPG "Prof. Accácio de V. Camargo"	89,82	0,46	2,44	7,30	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
17	EEPG "Prof. Amélia Cesar M. de Araújo"	85,08	0,75	2,00	12,19	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
18	EEPG "Prof. Ana Cecília Martins"	88,28	2,21	1,99	7,52	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
19	EEPG "Prof. Arquimínio Marques da Silva"	84,0	2,0	5,0	9,0	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
20	EEPG "Prof. Diógenes Almeida Martins"	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Dirigente Regional de Ensino : José Maria Rodrigues da Paz



Secretaria de Estado da Educação
 Coordenadoria de Ensino do Interior
 1ª Delegacia de Ensino de Sorocaba

PORCENTAGEM DE ALUNOS EVADIDOS/RETIDOS 1996 - 1º GRAU

Unidade Escolar	1ª série		2ª série		3ª série		4ª série		5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		R+E	
	R+E	%E	R+E	%E	R+E	%E	R+E	%E	R+E	%E	R+E	%E	R+E	%E	R+E	%E		
EEPG "Prof. Accácio de V. Camargo"	D	7	7	4	28	3	6	2	1	3								
EEPG "Prof. Amélia C.M. de Araújo"	D	0,1	0,1	1,5	1,2	0,1	1,3	0,6	0,3	0,9								
EEPG "Prof. Ana Cecília Martins"	D	3	3	23	7	1	8	3	3	3								
EEPG "Prof. Arquimínio M. da Silva"	D	1,66	1,66	16,57	1,71	18,28	5,55	3,08	8,63	2,92	3,9	6,82						
EEPG "Prof. Diógenes Almeida Martins"	D	4,6	4,6	21	8,6	29,6	9	10	19	1,3	6,7	8						
EEPG "Prof. Elza Salvestro Bonilha"	D	8,04	8,04	31,89	9,18	41,07	7,64	2,35	9,99	6,48	8,33	14,81						
EEPG "Prof. Flávio Gagliardi"	D	7,9	7,9	27,27	1,01	28,28	8,33	8,33	16,66	3,13	4,68	7,81						
EEPG "Gumercindo Gonçalves"	D			25	2	27	2	1	3	2	1	3						
EEPG "Prof. Ida Yolanda L. Barros"	D	28,81	8,33	37,139	12,03	10,52	22,55	4,44	5,55	9,99	2,91	12,61						
EEPG "Prof. Izabel Rodrigues Galvão"	D	12	12	17	6	23	3	2	5	4	4	4						
EEPG "Dr. João Machado de Araújo"	D	6	6	5,4	0,1	5,5	2,2	0,5	2,7	0,1	0,3	0,4						
EEPG "Prof. José Odín de Arruda"	D																	
EEPG "Prof. José O. de C.M. Almeida"	D	7,5	7,5	19,51	10,56	30,07	3,44		3,44	1,36	2,73	4,09						
EEPG Prof. Júlia Rios Athayde"	D	8,03	8,03	12,3	1,53	13,83	5,88	4,11	9,99		3,78	3,78						



Secretaria de Estado da Educação
 Coordenadoria de Ensino do Interior
 1ª Delegacia de Ensino de Sorocaba

PORCENTAGEM DE ALUNOS EVADIDOS/RETIDOS 1996 - 1º GRAU

Unidade Escolar	1ª série		2ª série		3ª série		4ª série		5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		R+E					
	T	%E	R+E	%R	R+E	%R	R+E	%R	R+E	%R	R+E	%R	R+E	%R	R+E	%R						
EEPG "Prof Laila Galep Sacker"	D	2	2	13	10	23	5	3	8	1												
	N																					
EEPG "Prof. Luiz Gonzaga de C. Fleury"	D	5	5	10	4	14	12	3	15	3	4	7	12	3	15	11	26	3	6	11	15	
	N																					
EEPG "Morsenhor João Soares"	D	18,93	18,93	27,2	16,22	43,42	20,38	1,38	21,76	13,4	1,43	14,83										
	N																					
EEPG "Monteiro Lobato"	D																					
	N																					
EEPG Prof Nazira N.J.M. Rodrigues"	D	2,22	2,22	29,78	6	35,78	6,06	5,71	11,77	6,66	6,25	12,91	16,66	14,28	30,96	15						
	N																					
EEPG "Quinzinho de Barros"	D	4,49	4,49	13,47	4,67	18,14	5,4	1,8	7,2	0,62	0,62	1,24										
	N																					
EEPG Prof Rafael Orsi Filho"	D	0,7	0,7	20,5	3	23,5	6,3	3,8	10,1	1	3	4	5,1	2,5	7,6							
	N																					
EEPG "Prof. Renato S. de Sá Fleury"	D	4	4	24	4	28	2	7	9	1	4	5										
	N																					
EEPG "Prof. Wilson Ramos Brandão"	D	7	7	32	9	41	11	3	14	1	5	6										
	N																					
EEPG "Barro Barcelona"	D			12,09	1,8	13,89	9,76	1,3	11,06	1,03	1,03	2,06										
	N																					

COORD: 2 DRE: 03 DE: 08

ATENCAO QUADRO PARCIAL DO MUNICIPIO
M U N I C I P I O - SOROCABA

Q U A D R O R E S U M O - MATRICULA FINAL - 1994

SERIE/ TURNO	AFASTADOS POR		RETIDOS POR		PROMOV. OU EM CONTIN.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)		SERIE/ TURNO	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	TRANSF.	ABAND.	FREQ.	AVAL.			EVASAO	RETENCAO			EVASAO	RETENCAO
1 C/JU	2	2	5	9	196	214	3,30	4,24	1 C/JU	214	3,30	4,24
1 S/JU									1 S/JU			
2 C/JU	5			8	201	214		3,82	2 C/JU	214		3,82
2 S/JU				10	201	211		4,73	2 S/JU	211		4,73
3				8	206	215		3,73	3	215		3,73
4	1			35	304	854		4,13	4	354		4,13
T.1/4	8	2	5						T.1/4		,82	
5 D	11	15		51	217	294		18,02	5 D	294	5,30	18,02
6 N	3	8		59	222	292		20,41	6 N	292	2,76	20,41
7 D	5	6		33	209	253		13,30	7 D	253	2,41	13,30
8 N	5	3		11	197	216		5,21	8 D	216	1,42	5,21
T.5/8	24	39		159	871	1093		13,15	8 N	38	18,42	13,15
T.1/8	32	41	5	194	1675	1947		14,87	T.5/8	1093	3,64	14,87
									T.1/8	1947	2,40	10,13

URBANA

RURAL

TIPO	SEMEST /TERMO	AFAST. P/ ABANDONO	RETIDOS	PROMOV.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)		ZONA	DEF. AUDIT.	DEF. FISICO	DEF. MENTAL	DEF. VISUAL	TOTAL
						EVAS.	RET.						
I	1S 1							URBANA					
	2S 1							RURAL					
	2S 2							TOTAL					
II	1S 1							URBANA					
	2S 1							RURAL					
	2S 2							TOTAL					
	3												
	4												
	1S 1												
	2S 1												
	2S 2												
	3												
	4												
Q.P.													
TOTAL													

EDUCACAO INFANTIL

EDUCACAO ESPECIAL

EDUCACAO COMPENSATORIA

ANEXO 06

NOTA: -As Taxas de evasao e retencao foram calculadas sobre a matricula total menos o numero de alunos afastados por transferencia.
-A taxa de retencao refere-se apenas a retidos por avaliacao.
-A taxa de evasao refere-se a retidos por freq. mais afast. por abandono.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
 2ª DELEGACIA DE ENSINO DE SOROCABA

ANEXO 07

Taxas de Promoção, Evasão e Retenção – 1994, 1995 e 1996
1º e 2º Graus

1º Grau										2º Grau							
Pro 94	Pro 95	Pro 96	Ret 94	Ret 95	Ret 96	Ev. 94	Ev. 95	Ev. 96	Pro 94	Pro 95	Pro 96	Ret 94	Ret 95	Ret 96	Ev. 94	Ev. 95	Ev. 96
74,56	78,74	81,43	17,01	12,13	10,70	8,43	8,95	7,87	70,74	70,26	74,04	10,95	12,15	11,90	18,31	17,66	14,06

1ª a 4ª Série										5ª a 8ª Série							
Pro 94	Pro 95	Pro 96	Ret 94	Ret 95	Ret 96	Ev. 94	Ev. 95	Ev. 96	Pro 94	Pro 95	Pro 96	Ret 94	Ret 95	Ret 96	Ev. 94	Ev. 95	Ev. 96
78,75	82,16	86,78	16,37	13,86	9,64	4,88	3,98	3,57	69,79	75,05	76,42	17,75	11,17	9,98	12,46	13,78	13,60

GLOSSÁRIO

CENPEC:	Centro de Pesquisas para Educação e Cultura.
EMEIS:	Escolas Municipais de Educação Infantil.
ENEM:	Exame Nacional de Cursos.
FAE:	Fundação de Assistência ao Estudante.
FNDE:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
FUNDEF:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
FUNDESCOLA:	Fundo de Fortalecimento da Escola.
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LDB:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LSE:	Levantamento do Sistema Escolar.
OCDE:	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OIT:	Organização Internacional do Trabalho.
PCNs:	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PROERD:	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência.
SAEB:	Sistema Nacional de Avaliação Básica.
SEF:	Secretaria de Ensino Fundamental.
SUDENE:	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SIMPEEM:	Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo.
UDEMOM:	Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo.
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNICEF:	Fundo das Nações para a Infância.
UNESP:	Universidade Estadual Paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1995.

_____. **Educação e poder.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.

_____. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional. In: MOREIRA, A. F., SILVA, T. T., (org). **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo : Cortez, 1994, p. 59-91.

BRANDÃO, Zaia. **A escola em questão: evasão e repetência no Brasil.** Rio de Janeiro : Dois Pontos, 1985.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais.** Brasília, DF : MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, DF : MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: apresentação dos temas transversais.** Brasília, DF : MEC/SEF, 1998.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Evasão escolar.** Campinas, SP : Unicamp, 1987.

BRZEZINSKI, Iria (org). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo.** São Paulo : Cortez, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica.** Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1989.

_____. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo : Cortez, 1991.

DEZ medidas básicas para a infância brasileira: São Paulo : Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança, 1987.

ENQUITA, Mariano. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capital. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo : Paz e Terra, 1997.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro : Record, 1997.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola:** mito e realidade. Campinas, SP : Mercado de Letras, 1995.

KINCHELOE, Joe L. **A formação do professor como compromisso político.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo : EPU, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio B. (org). **Currículo:** questões atuais. Campinas, SP : Papyrus, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio B., SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs). **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo : Cortez, 1994.

NEVES, Aparecida Mamede. **O fracasso escolar e a busca de soluções alternativas.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1993.

PACHECO, Ela Dias (org). **Televisão, criança, imaginário e educação.** Campinas, SP : Papyrus, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar.** São Paulo : T.A. Queiroz, 1993.

PIRES, Nise. **Evasão e repetência no ensino de 1º grau:** doenças ou sintomas? Brasília, DF : Senado Federal/Comissão de Educação e Cultura, 1979. t. 3, p. 215-238.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo : Cortez, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro : Vozes, 1978.

SÃO PAULO (ESTADO). **Educação e desenvolvimento social: subprojeto I : estudo da implantação da escola de 8 anos**. São Paulo: SE/ATPCE/FCC, 1983. v. 1, p. 135-140.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP : Autores Associados, 1997.

_____. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP : Autores Associados, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de Sociologia da educação**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

_____. **Teoria educacional crítica em tempos pré-modernos**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

SIPAVICIUS, Nympha. **O professor e o rendimento escolar de seus alunos**. São Paulo : EPU, 1987.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de e SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância, **Situação mundial da infância 1998**. Brasília, DF, 1998.

WECHSLER, Solange Múglia. **Criatividade: descobrindo e encorajando**. Editorial PSY, Campinas, 1993.

Revistas

BAETA, A. M. B. et al. O fracasso escolar: o estado do conhecimento sobre a evasão e a repetência no ensino de 1º grau no Brasil (1971-1981). **Em Aberto**, Brasília, DF, n.6, maio 1982.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá, ALVES, Maria Leila. "Buscando a superação do fracasso escolar na rede estadual paulista". **Em Aberto**, Brasília, DF, n.6, maio 1982.

BIZZO, Nelio. Graves erros de conceito em livros didáticos que passaram por rigorosa avaliação. **Ciência hoje**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 121, p. 26-36, jun. 1996.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. O último trem parte às 19 horas: o ensino regular de 1º e 2º graus no período noturno. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, n. 16, p. 4-28, 1988.

DESEMPENHO ESCOLAR - REDE ESTADUAL - 1986-1996. São Paulo : **Centro de Informações Educacionais**, 1997.

EDUCAÇÃO para o futuro. **Revista E**, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 10-17, ago. 1998.

EMENDA 14: afinal que bicho é esse? **Realizações**, Praia Grande, SP, v. 1, n. 1, p. 17-23, dez. 1997.

GERALDI, C. M. G. Currículo em ação: buscando a compreensão do cotidiano na escola básica. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 5, n. 3 (15), p. 111-132, nov. 1994.

GOVERNO do Distrito Federal ajuda crianças pobres e também os seus pais. **Veja**, São Paulo, n. 1516, p. 74-76, 8 ago. 1997.

MACHADO, Nilson José. Educação: crise, avaliação, valores. **Escola em Movimento**, São Paulo, p. 104-117, 1994.

MELLO, Guiomar Namó. Fatores intra-escolares como mecanismos de seletividade no ensino de 1º grau. **Educação e sociedade**, São Paulo, v.2, p. 70-77, jan. 1979.

UHLE, Águida Bernadete. Avaliação e Planejamento na Escola. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, n. 28, p. 87-97, 1992.

Teses e dissertações

MAIA, Marilda de França. **A evasão escolar no 3º grau: a quem interessam as razões?** Campinas, SP : Unicamp. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1984.

Jornais

- A EXPERIÊNCIA da TV escola. **O Estado de S. Paulo**, 6 jul. 1998. Caderno A, p.3.
- A IMPORTÂNCIA do Enem. **O Estado de S. Paulo**, 11 mai. 1998 Caderno A, p.3.
- ALUNOS de cinco escolas recebem orientação para evitar as drogas. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 5 mar. 1999, p. 17.
- A MUNICIPALIZAÇÃO do ensino fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 3 dez. 1987. Caderno A, p. 3.
- ATHIAS, Gabriela. Estado perde R\$ 700 milhões com repetência. **O Estado de S. Paulo**, 31 mar. 1998. Caderno A, p. 20.
- _____. São Paulo tem evasão equivalente à de Maceió. **O Estado de S. Paulo**, 26 set. 1998. Caderno A, p. 8.
- _____. Classe média teme realidade da escola pública. **O Estado de S. Paulo**, 31 jan. 1999. Caderno A, p. 14.
- _____. Repetência escolar diminui em SP. **O Estado de S. Paulo**, 21 abr. 1998. Caderno A, p. 12.
- _____. Seca induz a trabalho infantil e evasão escolar. **O Estado de S. Paulo**, 22 jun. 1998. Caderno A, p. 11.
- _____. Investimento faz avançar o ensino fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 31 dez. 1998. Caderno A, p. 8.
- _____. Comunidade pode reduzir violência na escola. **O Estado de S. Paulo**, 19 fev. 1999. Caderno A, p. 7.
- _____. Secretaria ampliará salas na Febem/SP. **O Estado de S. Paulo**, 6 mar. 1999. Caderno A, p. 14.
- _____. MEC estuda novas formas de avaliar cursos. **O Estado de S. Paulo**, 6 jun. 1999. Caderno A, p. 14.
- AVANCINI, Marta. Crise faz escola particular perder aluno para pública. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1999. Caderno 4, p. 1.
-

- BARBOSA, Chico e BARRETO, Fábio Madrigal. Provão teve a participação de 94% dos formandos. **O Estado de S. Paulo**, 14 jun. 1999. Caderno A, p. 9.
- BARGANHANDO o futuro. **Cruzeiro de Sul**, Sorocaba, SP, 11 out. 1997.
- BARREIRA à ascensão social. **O Estado de S. Paulo**, 25 fev. 1998. Caderno A, p. 3.
- BETTO, Frei. Condenados à barbarie? **O Estado de S. Paulo**, 11 mar. 1998. Caderno A, p. 2.
- BRAGA, Isabel. Lei garante renda mínima às famílias com filhos na escola. **O Estado de S. Paulo**, 11 dez. 1997.
- CAROSI FILHO, Orestes. DDM de Itapetininga vai intimar pais de alunos que deixaram as escolas. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 25 fev. 1999, p. 12.
- CLASSE de aceleração faz aluno recuperar vontade de estudar. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1998. Caderno 3, p. 9.
- COMBATENDO a evasão. **Folha de S. Paulo**, 3 jul. 1997.
- COSTA, Gilberto. Fundescola pesquisa situação física das escolas. **Jornal do MEC**, Brasília, DF, ano 11, n. 6, p. 4, nov/dez 1998.
- DUAS escolas da cidade participam do Saeb. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 27 out. 1999. Caderno A, p. 3.
- ÉBOLI, Evandro. Estudo revela crise de ensino fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 6 ago. 1998. Caderno A, p. 12.
- EDUCAÇÃO e desigualdade. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 25 fev. 1998. p. 2.
- EDUCAR Minas. **O Estado de S. Paulo**, 30 abr. 1998. Suplemento especial.
- ESPECIAL-educação. **O Estado de S. Paulo**, 23 dez. 1997. Caderno H.
- EVASÃO escolar cai quase 50% em três anos. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 4 dez. 1997, p. 14.
-

- FALCÃO, Daniela. EUA obrigam alunos e escolas a fazer recuperação. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1998. Caderno 3, p. 8.
- GALVÃO, Arnaldo. Proibição de trabalho de menor traz desafio. **O Estado de S. Paulo**, 6 fev. 1999. Caderno A, p. 8.
- ÍNDICE de repetência e evasão é de 18% no 1º grau, mas chega a 28% no 2º grau. **Cruzeiro do Sul**. Sorocaba, SP, 21 set. 1997, p. 1.
- JANSEN, Roberta. Cresce taxa de escolaridade entre os 7 e os 14 anos. **O Estado de S. Paulo**, 14 mar. 1999. Caderno A, p. 8.
- JUNQUEIRA, Juliana. Ciclo fundamental será de 9 anos na cidade de SP. **O Estado de S. Paulo**, 9 set. 1998. Caderno A, p. 12.
- _____. Preconceito racial é questão difícil para docentes. **O Estado de S. Paulo**, 1 fev. 1998. Caderno A, p. 8.
- HEREDIA, Mariângela. Cartilha vai explicar programa de renda mínima. **O Estado de S. Paulo**, 3 ago. 1998. Caderno A, p. 5.
- _____. Vencer repetência é o 1º desafio do governo. **O Estado de S. Paulo**, 19 out. 1997. Caderno A, p. 22.
- KRAMEN, Frans Van. Educação faça valer esse direito. **O Estado de S. Paulo**, 20 dez. 1997. Caderno A, p. 2.
- LAVORATTI, Liliana Enriqueta. Bird quer programa bolsa-escola em todo o país. **O Estado de S. Paulo**, 23 jul. 1998. Caderno A, p. 5.
- MÁ-FORMAÇÃO de docente contribui para a evasão. **O Estado de S. Paulo**, 19 out. 1997. Caderno A, p. 22.
- MATEOS, Simone Biehler. Escola está distante dos alunos, revela pesquisa. **O Estado de S. Paulo**, 22 jul. 1998. Caderno A, p. 10.
- _____. Pesquisa mostra sucesso de bolsa-escola. **O Estado de S. Paulo**, 2 ago. 1998. Caderno A, p. 14.
- MEC amplia ações para reduzir o analfabetismo. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 3 out. 1999. Caderno A, p. 5.
- MEC aplica Saeb 99 nesta semana. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 24 out. 1999. Caderno A, p. 10.

- MEC muda data do Provão deste ano. **O Estado de S. Paulo**, 23 mar. 1999. Caderno A, p. 11.
- NEVES, Dom Lucas Moreira. O vasto mundo da educação. **O Estado de S. Paulo**, 11 mar. 1998. Caderno A, p. 2.
- O BRASIL na sala de aula ... e fora dela. **O Estado de S. Paulo**, set. 1998. Caderno LER, p. 3.
- O ENSINO fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 17 out. 1997. Caderno A, p. 13.
- O FUNDEF e a política municipal. **O Estado de S. Paulo**, 10 jul. 1998. Caderno A, p. 3.
- OLIVEIRA, Doca de. País tem 1,6 milhão de docentes no ensino básico. **O Estado de S. Paulo**, 11 ago. 1998. Caderno A, p. 9.
- OLIVEIRA, Ribamar. Unanimidade nacional. **O Estado de S. Paulo**, 25 jul. 1998. Caderno A, p. 4.
- PAULO Renato contesta números da FGV. **O Estado de S. Paulo**, 17 fev. 1998. Caderno A, p. 12.
- PEREIRA, Antonio Carlos. A vergonha da educação. **O Estado de S. Paulo**, 17 fev. 1998. Caderno A, p. 4.
- PEREIRA, Pablo. Reprovados em SP terão de fazer recuperação. **O Estado de S. Paulo**, 2 dez. 1997. Caderno A, p. 11.
- PINHEIRO, Pablo. Reprovados em SP terão de fazer recuperação. **O Estado de S. Paulo**, 2 dez. 1997. Caderno A, p. 11.
- PIOLLA, Gilmar. MEC divulga os resultados da avaliação da Educação Básica. **Jornal do MEC**. Brasília, DF, ano 11, n.6, p. 13-14, nov/dez 1998.
- PLANO de educação prevê mais verba ao setor. **O Estado de S. Paulo**, 20 dez. 1997. Caderno A, p. 2.
- PLANO nacional de educação. **O Estado de S. Paulo**, 4 jan. 1998. Caderno A, p. 3.
-

- PROGRESSÃO continuada: o desafio de fazer acontecer. **Escola Agora**, São Paulo, ano 3, n. 19, out. 1998.
- PROGRESSOS no ensino. **O Estado de S. Paulo**, 26 de abr. 1998. Caderno A, p. 7.
- PROJETO bolsa-escola consegue zerar a evasão. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1998. Caderno 3, p. 8.
- RENATO, Claudio. Crianças, um desafio para o Brasil enfrentar. **O Estado de S. Paulo**, 18 nov. 1997. Caderno A, p. 13.
- RENDA mínima educacional é regulamentada. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 3 jun. 1998, p. 7.
- RETENÇÃO está entre as maiores da AL. **O Estado de S. Paulo**, 19 out. 1997. Caderno A, p. 22.
- RETRATO da educação básica. **O Estado de S. Paulo**, 27 jul. 1998. Caderno A, p. 5.
- ROSSETTI, Fernando. Repetência e evasão emperram ensino no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1998. Caderno 3, p. 8.
- SEMANA nacional da matrícula. **O Estado de S. Paulo**, 10 fev. 1998. Caderno A, p. 3.
- SILVA, Sônia Cristina. Censo aponta aumento de matrícula nas escolas. **O Estado de S. Paulo**, 29 nov. 1997. Caderno A, p. 14.
- _____. Balanço do governo aponta benefícios do Fundef. **O Estado de S. Paulo**, 19 mar. 1999. Caderno A, p. 12.
- _____. Rede de ensino de SP foi a mais favorecida. **O Estado de S. Paulo**, 19 mar. 1999. Caderno A, p. 12.
- _____. Verba por aluno não aumentará no nível fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 17 mar. 1999. Caderno A, p. 9.
- _____. MEC reprova 220 livros de 5ª a 8ª séries. **O Estado de S. Paulo**, 27 mai. 1998. Caderno A, p. 11.
- _____. Brasil põe mais de 95% dos jovens nas escolas. **O Estado de S. Paulo**, 8 dez. 1998. Caderno A, p. 10.

- SILVA, Sônia Cristina, SATO, Sandra. Estado de São Paulo é o maior beneficiado com fundão. **O Estado de S. Paulo**, 4 jan. 1998. Caderno A, p. 2.
- SOUZA, Gisele Cristina de et al. Indignação. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 30 mar. 1997, p. 2.
- SOUZA, Paulo Renato. Aceleração espanta a repetência. **O Estado de S. Paulo**, 4 ago. 1999. Caderno A, p. 12.
- SPOSITO, Rosa. Proinfo entrega micros as escolas. **O Estado de S. Paulo**, 1 mar. 1999. Caderno G, p. 3.
- TOLEDO, José Roberto. R\$ 1,4 bi poderia tirar 7 milhões de alunos do atraso. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1998. Caderno 3, p. 9.
- _____. R\$ 1,4 bi poderia tirar 7 milhões de alunos do atraso. **Folha de S. Paulo**, 8 fev. 1998. Caderno 3, p. 9.
- TOMAZELA, José Maria. Falta de transporte deixa 10 mil alunos sem aula. **O Estado de S. Paulo**, 11 mar. 1998. Caderno C, p. 9.
- TRABALHO e mudanças afastam alunos da escola. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 21 set. 1997, p. 13.
- TREVISAN, Leonardo. Ciclo básico terá menos alunos a partir de 2000. **O Estado de S. Paulo**, 7 set. 1998. Caderno A, p. 11.
- UNIVERSIDADE virtual. **O Estado de S. Paulo**, 27 fev. 1999. Caderno A, p. 3.
- VERBAS para o ensino. **O Estado de S. Paulo**, 30 nov. 1997. Caderno A, p. 3.
- VICENTE, José Jesus. Prefeitura acusada de perder dinheiro na municipalização. **Cruzeiro do Sul**, SP, 24 jan. 1999, p. 5.
- WEBER, Demétrio. Cai número de matrículas em escolas privadas. **O Estado de S. Paulo**, 29 set. 1999. Caderno A, p. 11.
- _____. Crescem as matrículas na rede pública. **O Estado de S. Paulo**, 5 out. 1998. Caderno A, p. 14.
- _____. Cai reprovação nos ensino médio e fundamental. **O Estado de S. Paulo**, 8 out. 1998. Caderno A, p. 24.

_____. MEC investirá na formação de professores. **O Estado de S. Paulo**, 5 fev. 1999. Caderno A, p. 11.

_____. DF acaba com programa premiado pela Unesco. **O Estado de S. Paulo**, 12 nov. 1999. Caderno A, p. 13.

WEBER, Demétrio, MOREIRA, Ivana. Divisão do ensino em ciclos causa polêmica. **O Estado de S. Paulo**, 27 jan 1999. Caderno A, p. 14.

_____. Ingresso na primeira série será aos 6 anos. **O Estado de S. Paulo**, 14 out. 1998. Caderno A, p. 16.

WEIS, Luiz. A ética vai à escola. **O Estado de S. Paulo**, out. 1997.

Legislação

BRASIL. Leis, decretos, etc. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo : IMESP, 1988.

LEI n. 9394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996, n. 248, p. 27833-27841.

ESTATUTO da criança e do adolescente. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. 4. Ed. atual. São Paulo : SITRAEMFA, 1994. p. 28-29.

Outros

PACTO DE MINAS PELA EDUCAÇÃO. **Ética e cidadania na educação**. Belo Horizonte: Pacto de Minas, 199? (mimeo).

ROMANO, Demóstenes e WERNECK, Nisia. **Um novo jeito de ver, sentir e cuidar da Educação**. Belo Horizonte: Pacto de Minas, 199? (mimeo.)

UNICEF, FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Só a escola corrige o Brasil**. [199-].

_____. _____. 2ª etapa, [199-].

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação.
Matrícula final - 1996 - 1º grau - taxa de evasão por escola.
Sorocaba, 2ª Delegacia de Ensino, 1997.

_____. **Quadro de resultados finais por escola - 1997 - 1º e 2º graus.**
Sorocaba. 1ª Delegacia de Ensino, 1998.

_____. **Porcentagem de alunos evadidos/retidos por escola - 1996 - 1º grau.** Sorocaba. 1ª Delegacia de Ensino, 1997.

_____. **Quadro resumo - matrícula final - 1994.** Sorocaba, 1ª Delegacia de Ensino, 1995.

_____. **Taxas de promoção, evasão e retenção - 1994, 1995 e 1996 - 1º e 2º graus.** Sorocaba, 2ª Delegacia de Ensino, 1997.

_____. **Evasão/95 por escola - noturno.** Sorocaba, 2ª Delegacia de Ensino, 1996.

_____. **Evasão/95 por escola - diurno.** Sorocaba, 2ª Delegacia de Ensino, 1996.
